



Assembleia Municipal de Vila Real  
Data: 15/02/2018  
N.º 03-8...Proc.º n.º ...../.....  
Resp. of. n.º ...../...../.....

## CERTIDÃO

----- DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO, que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12/02/2018, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----ASSUNTO: - Emissão de pareceres de Reconhecimento de Interesse Público Municipal com vista à regularização das atividades económicas de acordo com o Regime Excecional estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE) -----

– Presente à reunião informação dos Serviços de Planeamento e Mobilidade, do seguinte teor:

### “1. Identificação do Assunto da Informação

No âmbito dos pedidos de emissão de Certidão de Reconhecimento do Interesse Público Municipal, com o objetivo de iniciar o processo de Regularização das Atividades Económicas de acordo com o Regime Excecional previsto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE), prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi reunida esta comissão que, após a análise e avaliação de cada um dos processos submetidos, procedeu à fundamentação e à redação de um parecer onde apresenta objetivamente uma proposta de decisão.

Neste sentido, esta informação é composta pelo enquadramento legal da pretensão de emissão de certidão de reconhecimento do interesse público municipal (ponto 2); pela apresentação da listagem da cada requerente, com o respetivo n.º de processo e n.º de parecer (ponto 3); e um resumo das pretensões apresentadas (ponto 4).

### 2. Enquadramento Legal

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou



condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **3. Listagem dos Processos Analisados**

A identificação de cada um dos requerentes e as respetivas propostas de parecer apresentam-se na listagem que se segue, contabilizando um total de 14 processos. Os pareceres estão anexados no final desta informação e contém todos os elementos considerados relevantes na análise e justificação da proposta de decisão. Refere-se ainda que o número da proposta de parecer continuará a numeração dos processos anteriores (até agora foram emitidos 53 pareceres), iniciando-se assim com o n.º 54/SPM/RERAE/2017.



1) NOME: Carlos Alberto de Fonte Dinis. MORADA: Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 367/17. REQUERIMENTO N.º 12696 de 24 de julho de 2017 e N.º 15968 de 12 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 54/SPM/RERAE/2017.

2) NOME: Maria Noémia Barrias Clemente. MORADA: Cimo da Veiga, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 368/17. REQUERIMENTO N.º 12697 de 24 de julho de 2017 e N.º 898 de 18 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 55/SPM/RERAE/2017.

3) NOME: Albertino Gonçalves da Costa. MORADA: Rua Principal, n.º 487, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 369/17. REQUERIMENTO N.º 12698 de 24 de julho de 2017 e N.º 894 de 18 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 56/SPM/RERAE/2017.

4) NOME: Martinho dos Anjos Fonte Dinis. MORADA: Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: Fonte Seca. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 370/17. REQUERIMENTO N.º 12699 de 24 de julho de 2017 e N.º 15971 de 19 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 57/SPM/RERAE/2017.

5) NOME: Martinho dos Anjos da Fonte Dinis. MORADA: Póvoa, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: Portas da Vila, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 373/17. REQUERIMENTO N.º 12702 de 24 de julho de 2017 e N.º 15970 de 19 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 58/SPM/RERAE/2017.

6) NOME: Carlos Alberto da Fonte Dinis. MORADA: Póvoa, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 374/17. REQUERIMENTO N.º 12703 de 24 de julho de 2017 e N.º 15969 de 18 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 59/SPM/RERAE/2017.

7) NOME: Maria Nair Novais Martins. MORADA: Rua da Póvoa, n.º 297, Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 376/17. REQUERIMENTO N.º 12709 de 24 de julho de 2017 e N.º 15964 de 18 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 60/SPM/RERAE/2017.

8) NOME: Pedro da Costa Rubião Dinis. MORADA: Lugar do Outeiro, n.º 180, Vilarinho. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 379/17. REQUERIMENTO N.º 12719 de 24 de julho de 2017 e N.º 14929 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 61/SPM/RERAE/2017.

9) NOME: Cabeça de casal da herança de Amadeu António Alves Domingues – Requerente: Florinda de Moura Maio. MORADA: Travessa da Tojeira da Lapa, n.º 21, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 382/17. REQUERIMENTO N.º 12716 de 24 de julho de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 62/SPM/RERAE/2017.



10) NOME: Fernanda Costa da Silva. MORADA: Rua da Fonte Romano, n.º 12, Aveçãozinho. FREGUESIA: Campeã. PROCESSO N.º 384/17. REQUERIMENTO N.º 12727 de 25 de julho de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 63/SPM/RERAE/2017.

11) NOME: José Martins da Silva. MORADA: Travessa da Rua, n.º 16, Muas. FREGUESIA: Vila Marim. PROCESSO N.º 386/17. REQUERIMENTO N.º 12749 de 24 de julho de 2017, N.º 14821 de 29 de agosto de 2017 e N.º 384 de 9 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 64/SPM/RERAE/2017.

12) NOME: Gracinda Maria Maio Ferreira. MORADA: Rua Nossa Sra. Conceição, n.º 2132, Currais, São Miguel. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 387/17. REQUERIMENTO N.º 12750 de 24 de julho de 2017 e N.º 14932 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 65/SPM/RERAE/2017.

13) NOME: Maria Agostinha Novais Maletto. MORADA: Rua de Santo António, n.º 24, Pepe. FREGUESIA: Pena, Vila Cova e Quintã. PROCESSO N.º 388/17. REQUERIMENTO N.º 12751 de 24 de julho de 2017 e N.º 14930 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 66/SPM/RERAE/2017.

14) NOME: Maria Lisete da Costa Rodrigues. MORADA: Rua Nova n.º 44, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 389/17. REQUERIMENTO N.º 12752 de 24 de julho de 2017 e N.º 14933 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 67/SPM/RERAE/2017.

#### **4. Resumo das Pretensões**

De forma resumida, e como já tem sido recorrente no âmbito destes processos, a maioria dos pedidos de regularização das atividades económicas refere-se à pecuária. Da listagem apresentada no ponto anterior evidencia-se que todos os pedidos (14 processos) se referem à atividade pecuária.

O encaminhamento destes processos para esta comissão decorre da sua localização desconforme com os instrumentos de gestão territorial e/ou servidões e restrições de utilidade pública, necessitando o requerente do reconhecimento do Interesse Público Municipal para iniciar o processo de legalização da sua atividade económica.

A emissão de certidão de deliberação fundamentada do reconhecimento do Interesse Público Municipal é a fase inicial que desencadeia todo o processo estabelecido no regime *RERAE*, devendo ser recordado que, as alterações aos Instrumentos de Gestão Territorial necessárias à legalização das explorações, ocorrerão após a análise e decisão de uma conferência decisória, reunida pela entidade que tutela a atividade e participada pelas entidades com pronúncia em cada um dos processos.

O prazo para a solicitação do pedido de Certidão de Interesse Público Municipal no âmbito do *RERAE* terminou no dia 24 de julho de 2017. Neste sentido, e embora possam existir processos que, após convite ao aperfeiçoamento não tenham sido ainda melhorados, prevê-se que estes sejam os últimos pareceres a





ser formulados no âmbito desta Comissão. Porém, na eventualidade de surgir a necessidade de responder a uma solicitação pendente, reunir-se-á novamente esta Comissão para a devida análise”.

Por Despacho de 07/02/2018 o **Vereador Adriano Sousa** apresentou a seguinte proposta:

“Considerando que:

1- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado o regime jurídico que estabelece o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE).

2- De entre a documentação necessária para a instrução do processo é necessária, nos termos da alínea a) do número 4 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

3- A análise da comissão técnica constituída para o efeito, deu parecer favorável aos 14 pedidos apresentados na Câmara Municipal.

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal o seguinte:

a) A aprovação da presente proposta.

b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização das 14 (catorze) atividades listadas na informação, sendo todas elas relacionadas com a atividade pecuária, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, conjugado com a alínea a) do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Aprovar submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade de 14 explorações pecuárias, nos termos da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, conjugado com a alínea r) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 14 de fevereiro de 2018.-----

O DIRETOR,

(Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues)



24

## Pelouro do Ordenamento do Território e do Urbanismo

### PROPOSTA

**Assunto: Emissão de pareceres de Reconhecimento de Interesse Municipal com vista à regularização das atividades económicas de acordo com o regime Excecional estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE)**

**Serviço: Serviço de Planeamento e Mobilidade | Informação n.º 018/2018 –SPM, de 01-02-2018**

Considerando que:

1- Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado o regime jurídico que estabelece o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE).

2- De entre a documentação necessária para a instrução do processo é necessária, nos termos da alínea a) do número 4 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

3- A análise da comissão técnica constituída para o efeito, deu parecer favorável aos 14 pedidos apresentados na Câmara Municipal.

Tenho a honra de propor à Câmara Municipal o seguinte:

a) A aprovação da presente proposta.

b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização das 14 (catorze) atividades listadas na informação, sendo todas elas relacionadas com a atividade pecuária, nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, conjugado com a alínea a) do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Vila Real, 07 de fevereiro de 2018

VEREADOR  
  
Adriano António Pinto de Sousa



**Informação n.º 018/2018**

**Data: 01-02-2018**

**Serviço Emissor: Serviços de Planeamento e Mobilidade**

<b>Classificação:</b>	<b>Despacho do Presidente/Vereador:</b>
<b>Data registo:</b>	
<b>Processo n.º:</b>	
<b>Projeto PAM/PPI:</b>	<b>Parecer/Despacho do Diretor do Departamento:</b>
<b>Classificação Orgânica e económica:</b>	
<b>Parecer do Chefe de Divisão:</b>	

**Assunto: Emissão de pareceres de Reconhecimento de Interesse Público Municipal com vista à regularização das atividades económicas de acordo com o Regime Excecional estabelecido no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE).**

**Exmo. Sr. Vereador do Pelouro do Ordenamento do Território e Planeamento Urbano**

### **1. Identificação do Assunto da Informação**

No âmbito dos pedidos de emissão de Certidão de Reconhecimento do Interesse Público Municipal, com o objetivo de iniciar o processo de Regularização das Atividades Económicas de acordo com o Regime Excecional previsto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE), prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi reunida esta comissão que, após a análise e avaliação de cada um dos processos submetidos, procedeu à fundamentação e à redação de um parecer onde apresenta objetivamente uma proposta de decisão.



Neste sentido, esta informação é composta pelo enquadramento legal da pretensão de emissão de certidão de reconhecimento do interesse público municipal (ponto 2); pela apresentação da listagem da cada requerente, com o respetivo n.º de processo e n.º de parecer (ponto 3); e um resumo das pretensões apresentadas (ponto 4).

## **2. Enquadramento Legal**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos



particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### 3. Listagem dos Processos Analisados

A identificação de cada um dos requerentes e as respetivas propostas de parecer apresentam-se na listagem que se segue, contabilizando um total de 14 processos. Os pareceres estão anexados no final desta informação e contém todos os elementos considerados relevantes na análise e justificação da proposta de decisão. Refere-se ainda que o número da proposta de parecer continuará a numeração dos processos anteriores (até agora foram emitidos 53 pareceres), iniciando-se assim com o n.º 54/SPM/RERAE/2017.

1) NOME: Carlos Alberto de Fonte Dinis. MORADA: Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 367/17. REQUERIMENTO N.º 12696 de 24 de julho de 2017 e N.º 15968 de 12 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 54/SPM/RERAE/2017.

2) NOME: Maria Noémia Barrias Clemente. MORADA: Cimo da Veiga, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 368/17. REQUERIMENTO N.º 12697 de 24 de julho de 2017 e N.º 898 de 18 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 55/SPM/RERAE/2017.

3) NOME: Albertino Gonçalves da Costa. MORADA: Rua Principal, n.º 487, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 369/17. REQUERIMENTO N.º 12698 de 24 de julho de 2017 e N.º 894 de 18 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 56/SPM/RERAE/2017.

4) NOME: Martinho dos Anjos Fonte Dinis. MORADA: Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: Fonte Seca. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 370/17. REQUERIMENTO N.º 12699 de 24 de julho de 2017 e N.º 15971 de 19 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 57/SPM/RERAE/2017.

5) NOME: Martinho dos Anjos da Fonte Dinis. MORADA: Póvoa, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: Portas da Vila, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 373/17. REQUERIMENTO N.º 12702 de 24 de julho de 2017 e N.º 15970 de 19 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 58/SPM/RERAE/2017.





6) NOME: Carlos Alberto da Fonte Dinis. MORADA: Póvoa, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 374/17. REQUERIMENTO N.º 12703 de 24 de julho de 2017 e N.º 15969 de 18 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 59/SPM/RERAE/2017.

7) NOME: Maria Nair Novais Martins. MORADA: Rua da Póvoa, n.º 297, Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 376/17. REQUERIMENTO N.º 12709 de 24 de julho de 2017 e N.º 15964 de 18 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 60/SPM/RERAE/2017.

8) NOME: Pedro da Costa Rubião Dinis. MORADA: Lugar do Outeiro, n.º 180, Vilarinho. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 379/17. REQUERIMENTO N.º 12719 de 24 de julho de 2017 e N.º 14929 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 61/SPM/RERAE/2017.

9) NOME: Cabeça de casal da herança de Amadeu António Alves Domingues – Requerente: Florinda de Moura Maio. MORADA: Travessa da Tojeira da Lapa, n.º 21, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 382/17. REQUERIMENTO N.º 12716 de 24 de julho de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 62/SPM/RERAE/2017.

10) NOME: Fernanda Costa da Silva. MORADA: Rua da Fonte Romano, n.º 12, Aveçãozinho. FREGUESIA: Campeã. PROCESSO N.º 384/17. REQUERIMENTO N.º 12727 de 25 de julho de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 63/SPM/RERAE/2017.

11) NOME: José Martins da Silva. MORADA: Travessa da Rua, n.º 16, Muas. FREGUESIA: Vila Marim. PROCESSO N.º 386/17. REQUERIMENTO N.º 12749 de 24 de julho de 2017, N.º 14821 de 29 de agosto de 2017 e N.º 384 de 9 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 64/SPM/RERAE/2017.

12) NOME: Gracinda Maria Maio Ferreira. MORADA: Rua Nossa Sra. Conceição, n.º 2132, Currais, São Miguel. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 387/17. REQUERIMENTO N.º 12750 de 24 de julho de 2017 e N.º 14932 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 65/SPM/RERAE/2017.

13) NOME: Maria Agostinha Novais Maleto. MORADA: Rua de Santo António, n.º 24, Pepe. FREGUESIA: Pena, Vila Cova e Quintã. PROCESSO N.º 388/17. REQUERIMENTO N.º 12751 de 24 de julho de 2017 e N.º 14930 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 66/SPM/RERAE/2017.



14) NOME: Maria Lisete da Costa Rodrigues. MORADA: Rua Nova n.º 44, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 389/17. REQUERIMENTO N.º 12752 de 24 de julho de 2017 e N.º 14933 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 67/SPM/RERAE/2017.

#### **4. Resumo das Pretensões**

De forma resumida, e como já tem sido recorrente no âmbito destes processos, a maioria dos pedidos de regularização das atividades económicas refere-se à pecuária. Da listagem apresentada no ponto anterior evidencia-se que todos os pedidos (14 processos) se referem à atividade pecuária.

O encaminhamento destes processos para esta comissão decorre da sua localização desconforme com os instrumentos de gestão territorial e/ou servidões e restrições de utilidade pública, necessitando o requerente do reconhecimento do Interesse Público Municipal para iniciar o processo de legalização da sua atividade económica.

A emissão de certidão de deliberação fundamentada do reconhecimento do Interesse Público Municipal é a fase inicial que desencadeia todo o processo estabelecido no regime *RERAE*, devendo ser recordado que, as alterações aos Instrumentos de Gestão Territorial necessárias à legalização das explorações, ocorrerão após a análise e decisão de uma conferência decisória, reunida pela entidade que tutela a atividade e participada pelas entidades com pronúncia em cada um dos processos.

O prazo para a solicitação do pedido de Certidão de Interesse Público Municipal no âmbito do *RERAE* terminou no dia 24 de julho de 2017. Neste sentido, e embora possam existir processos que, após convite ao aperfeiçoamento não tenham sido ainda melhorados, prevê-se que estes sejam os últimos pareceres a ser formulados no âmbito desta Comissão. Porém, na eventualidade de surgir a necessidade de responder a uma solicitação pendente, reunir-se-á novamente esta Comissão para a devida análise.



Vila Real, 01 de fevereiro de 2018

A comissão de Avaliação,

Susana A. C. Gomes

(Susana Gomes, SPM)

Filipe José Martins Machado

(Filipe Machado, DAF)

António Faria

(António Faria, GMVM)

Fátima Alexandra Cavaleiro Lucas

(Fátima Lucas, GPCDF)



**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Carlos Alberto de Fonte Dinis. MORADA: Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 367/17. REQUERIMENTO N.º 12696 de 24 de julho de 2017 e N.º 15968 de 12 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 54/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se



encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12696 de 24 de julho de 2017 e n.º 15968 de 12 de setembro de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Carlos Alberto Fonte Dinis, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada no lugar de Póvoa, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número NIF e BI / CC;
- Memória descritiva com as condições da exploração e do estábulo;





- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2234817763001;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:25.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária, no enquadramento com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), localiza-se em espaço Florestal. O uso atribuído aos espaços Florestais não é compatível com a atividade pecuária, não estando estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM.

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração abrangida pela classe de perigo “baixo”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração do requerente, com o número de registo de exploração 4091961 de classe 2, encontra-se atualmente em atividade, e não dispõe de título ou licença válida (número 3416/N/2014).

O produtor possui uma exploração pecuária de classe 2 que funciona em regime extensivo ou intensivo consoante o núcleo de produção. Para produção de carne da espécie bovina e recria de equídeos o regime é extensivo, para recria e acabamento de bovinos o regime é intensivo.

O efetivo animal é de 20 CN de vacas aleitantes, 1 CN toiro e 12 CN de bovinos de 6 a 24 meses para produção de carne. Para recria e acabamento possui 18 CN de bovinos de 6 a 24 meses e 6 CN espécie equídea para recria. Assim, como efetivo animal total a exploração possui 57 CN.

A superfície de terreno total afeta à exploração é de 150.000 m<sup>2</sup> e inclui as zonas de pastoreio e baldio. Em relação ao edifício do estábulo para recolha de animais, este possui uma área de implantação de 103,04 m<sup>2</sup> com 1 piso, sendo o pavimento impermeabilizado com cimento, as



paredes em bloco de cimento e a cobertura em chapa ondulada. A exploração possui energia que provém de um gerador e a água é proveniente de captações subterrâneas (furos), estando sempre disponível para os animais.

Os resíduos da exploração, nomeadamente o estrume, são utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas. Por ser de regime extensivo, o volume de resíduos é bastante reduzido.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e restante agregado familiar, possuindo assim 1 trabalhador permanente e 2 sazonais.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária, de acordo com as declarações de IRS do requerente, foram de 21.000,00€ em 2015 e 30.000,00 € no ano de 2016. Estes valores referem-se à venda dos produtos da exploração, sendo bastante relevantes no contexto dos rendimentos do agregado familiar. É importante referir que estes rendimentos advêm de duas explorações que o requerente possui, a que corresponde a este parecer e à que se encontra descrita no Parecer N.º 59/SPM/RERAE/2017.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Sendo a atividade pecuária uma das principais ocupações do produtor, deve ser contabilizado o impacto social originado na impossibilidade de continuar a atividade, quer pela manutenção da sua ocupação, quer pelos rendimentos que desta advêm, substanciais para o agregado familiar.

A exploração, no contexto das que existem no Concelho de Vila Real, relaciona-se culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.

Este tipo de prática agrícola e pecuária é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente Carlos Alberto da Fonte Dinis, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: CARLOS FONTE DINIS

Data: \_\_\_\_\_

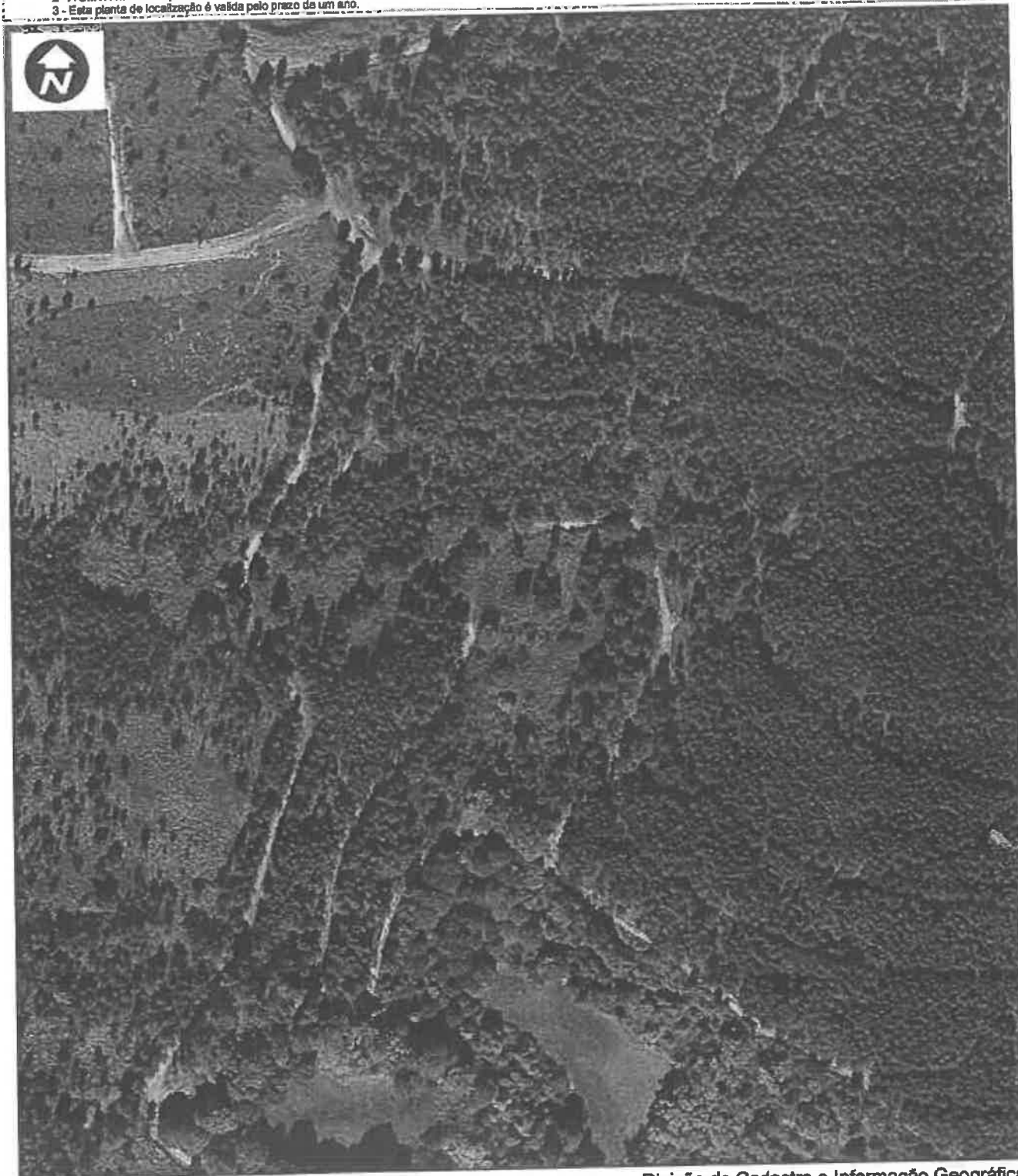
Natureza da Obra: PROCESSO: 367/17

Func: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Guia: \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica



Requerente: <NOMEREQUERENTE>

**Data :** \_\_\_\_\_

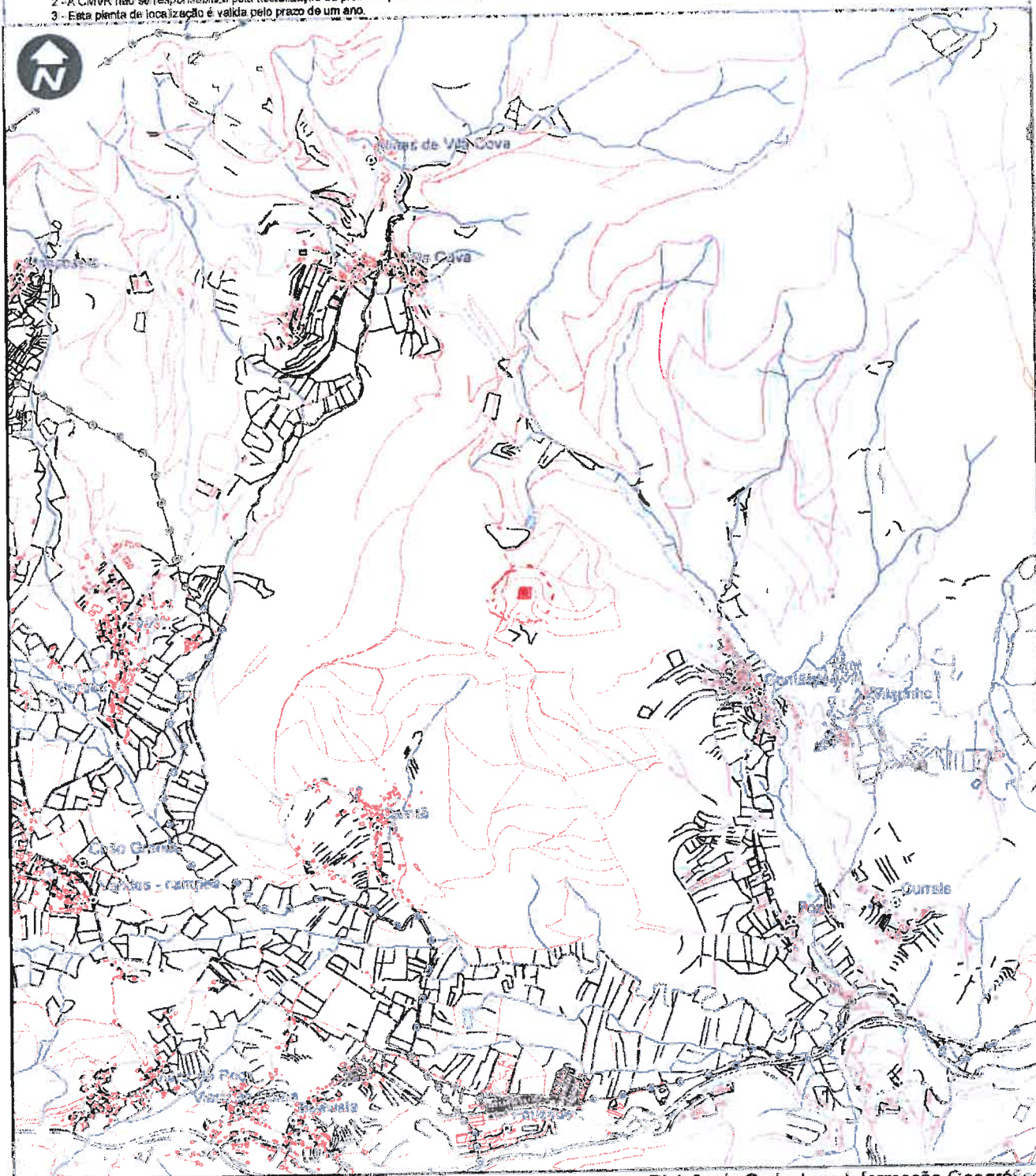
Natureza da Obra : <OBRA>

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

- 2 - A CMVR não se responsabiliza pela atualização da presente planta de localização;
- 3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.

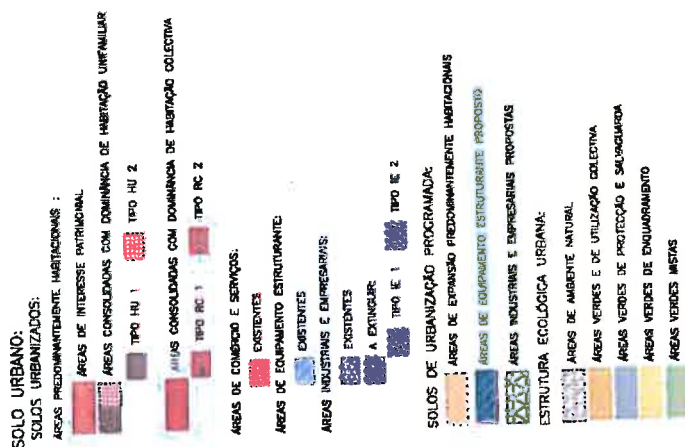


Divisão de Cadastro e Informação Geográfica



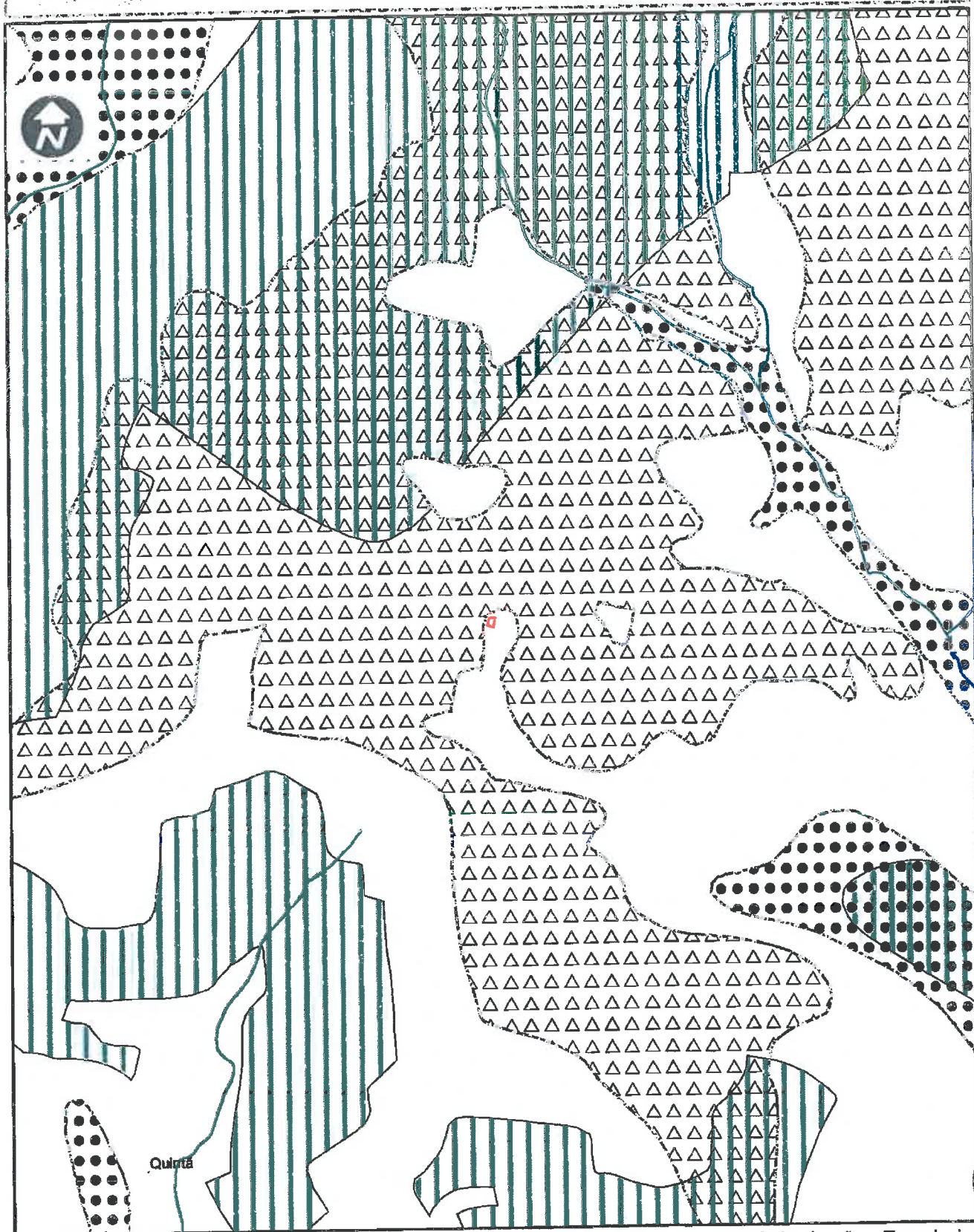






PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO-QUALIFICAÇÃO DO SOLO











**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Maria Noémia Barrias Clemente. MORADA: Cimo da Veiga, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 368/17. REQUERIMENTO N.º 12697 de 24 de julho de 2017 e N.º 898 de 18 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 55/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização na atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se





encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12697 de 24 de julho de 2017 e n.º 898 de 18 de janeiro de 2018, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Maria Noémia Barrias Clemente, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua atividade, localizada em Quintã, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;
- Memória Descritiva com a descrição da exploração e condições do estábulo;



- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2224808654004;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica, à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:25.000 e 1:2.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento do PDM à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes do PDM à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária localiza-se, de acordo com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), em Solo Rural, espaço Agrícola.

Em relação ao espaço Agrícola, em que o uso dominante é o Agrícola, a atividade pecuária é compatível, no entanto, não cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 29.º do PDM, que determina o afastamento de 200 metros das instalações pecuárias em relação aos aglomerados urbanos ou edificações habitacionais existentes.

Adicionalmente foi consultada planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração localizada na classe de perigo "muito baixo".

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração, com o número de registo de exploração 6076328 de classe 2, encontra-se em atividade, com título ou licença não válida, número 2216/N/2011. Esta exploração pecuária destina-se à produção de carne da espécie bovina da raça Maronesa, e funciona em regime extensivo. Como efetivo animal, o produtor detém 11 CN de vacas aleitantes e 6,6 CN de bovinos de 6 a 24 meses, totalizando 17,6 CN.

A área total de terreno afeto à atividade exploração é de 206.800,0 m<sup>2</sup> sendo 140.500,0 m<sup>2</sup> referentes a área de baldeio para pastoreio e 66.800,0 m<sup>2</sup> de culturas temporárias.

O edifício do estábulo possui uma área de implantação de 190,43 m<sup>2</sup> e é constituído por 1 piso, o pavimento é de terra batida, as paredes em bloco de cimento e a cobertura em chapa ondulada.



Tanto a energia elétrica como a água são provenientes das redes públicas de abastecimento, estando esta sempre disponível para os animais que lhe acedem através de bebedouros permanentes.

Os resíduos da exploração, nomeadamente o estrume, são utilizados para valorização agrícola nos terrenos agrícolas do produtor e são manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas. Por ser maioritariamente de regime extensivo, o volume de resíduos é bastante reduzido.

O requerente não contrata mão-de-obra sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e restante agregado familiar, possuindo assim 2 trabalhadores permanentes afetos à exploração.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Os rendimentos associados à exploração agropecuária foram de 13.723,69 € no ano de 2015 e 16.812,25 € no ano de 2016, e compreendem quer os rendimentos associados à venda da carne como os subsídios à exploração. Estes rendimentos evidenciam a importância que a exploração possui no contexto dos rendimentos do agregado familiar, revelando que a esta atividade pecuária é viável financeiramente, sendo ainda o único rendimento do agregado familiar.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

A exploração pecuária, por possuir dois trabalhadores permanentes, tem uma importância social ao permitir manter a atividade profissional de dois cidadãos, não esquecendo que o rendimento da exploração é bastante considerável para o agregado familiar.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.

Convém ainda referir que esta atividade se relaciona culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente, Maria Noémia Barrias Clemente, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

Susana A. C. Gomes

(Susana Gomes, SPM)

Filipe José António Machado

(Filipe Machado, DAF)

António Faria

(António Faria, GMVM)

Fátima Alexandra Caeelas Lucas

(Fátima Lucas, GPCDF)

Requerente: <NOMEREQUERENTE> **MARIA NOÉMIA**  
Natureza da Obra: <OBRA> **PROLETO: 368/17**

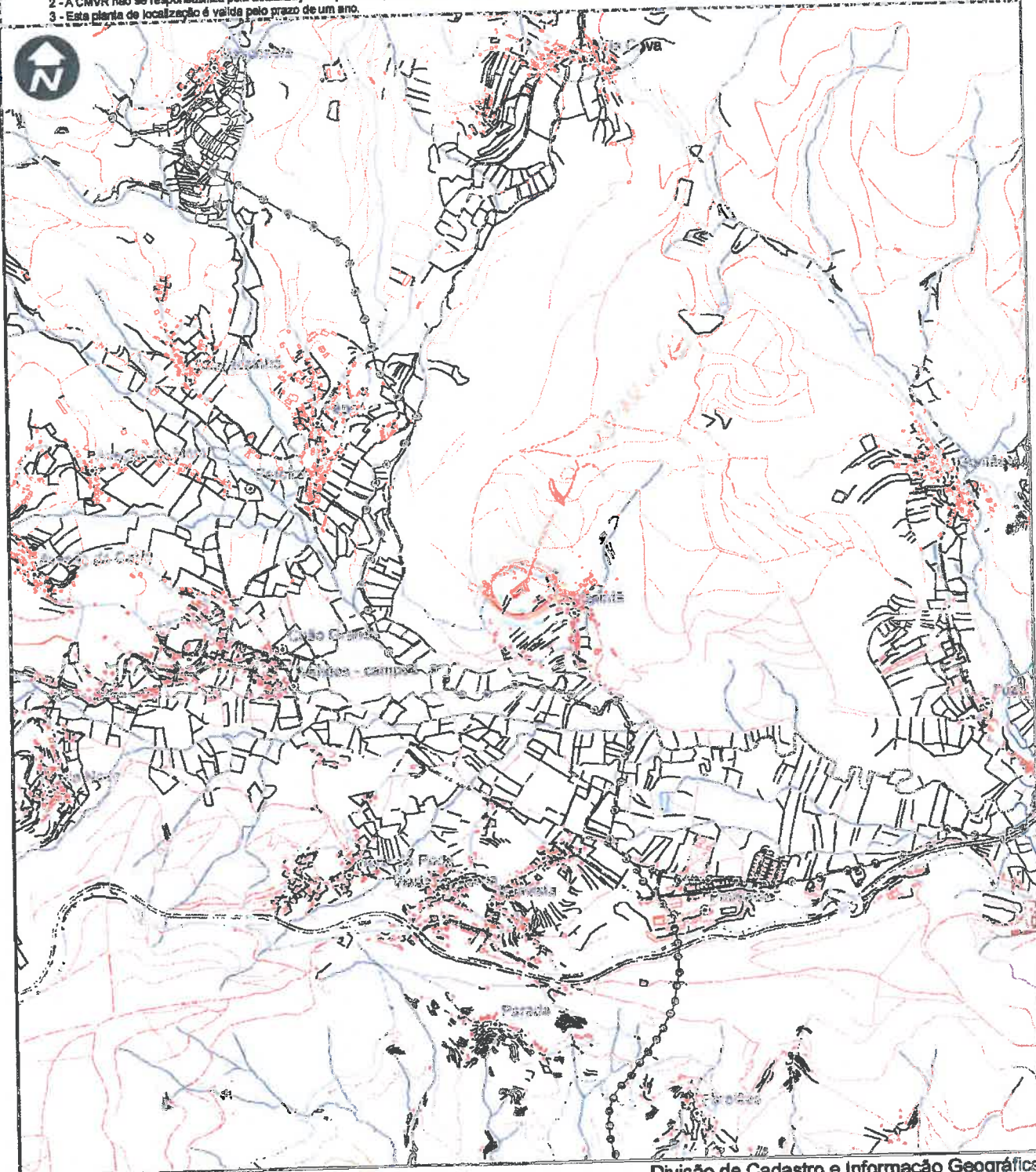
Data: \_\_\_\_\_

Func: \_\_\_\_\_

Guia: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.





Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : <OBRA>

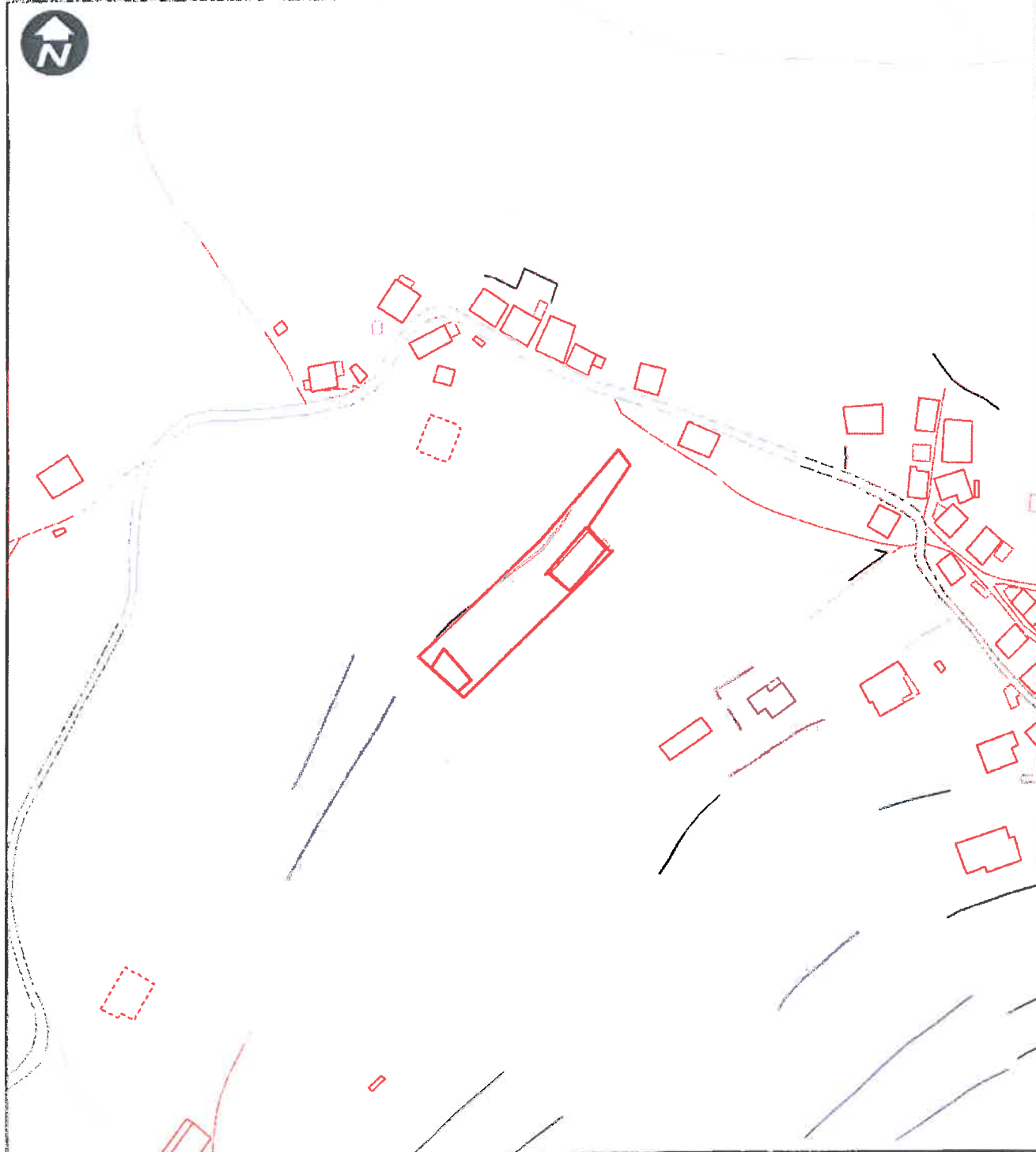
Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_

Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica



# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: \_\_\_\_\_

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : \_\_\_\_\_

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_

Freguesia : \_\_\_\_\_

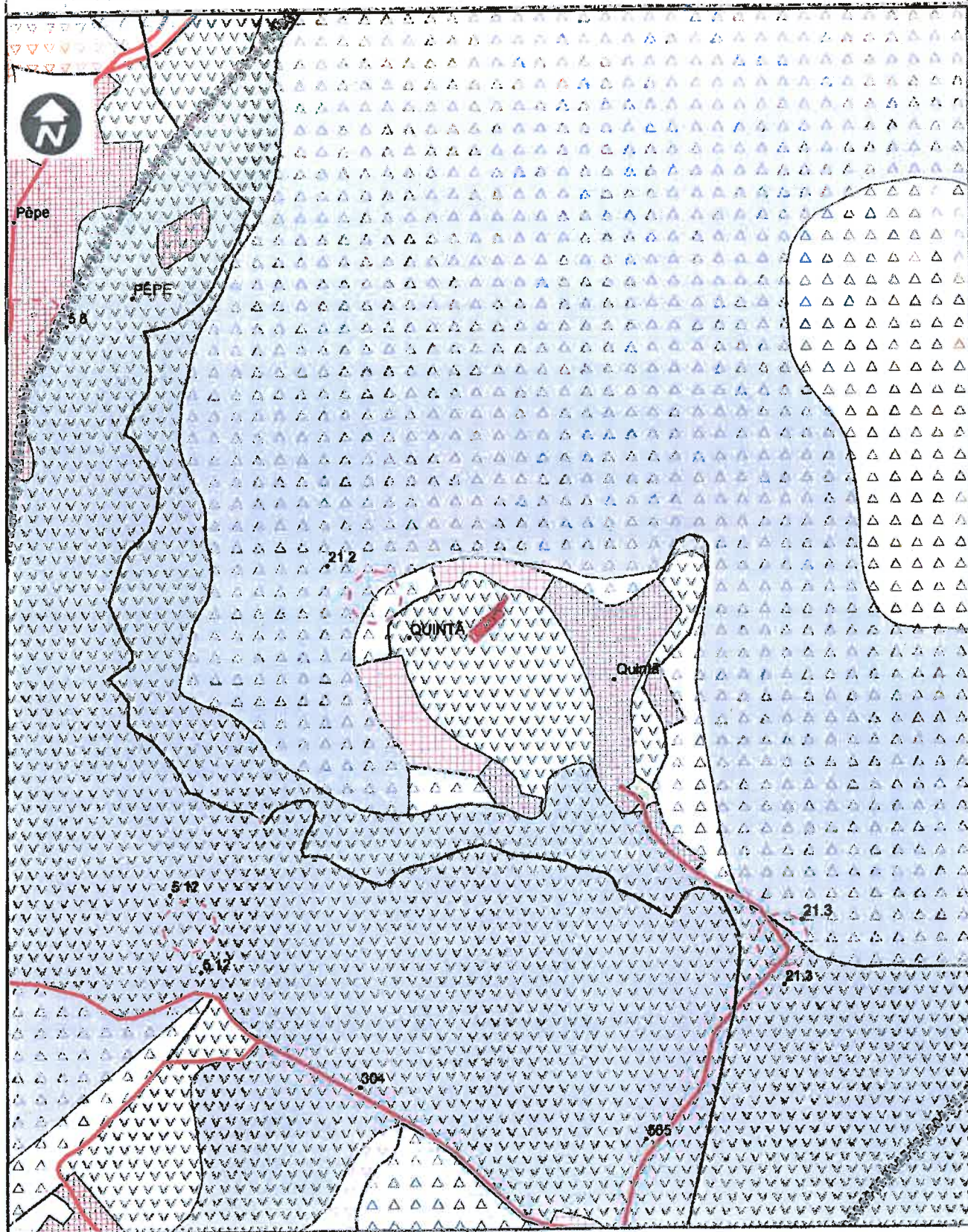
Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



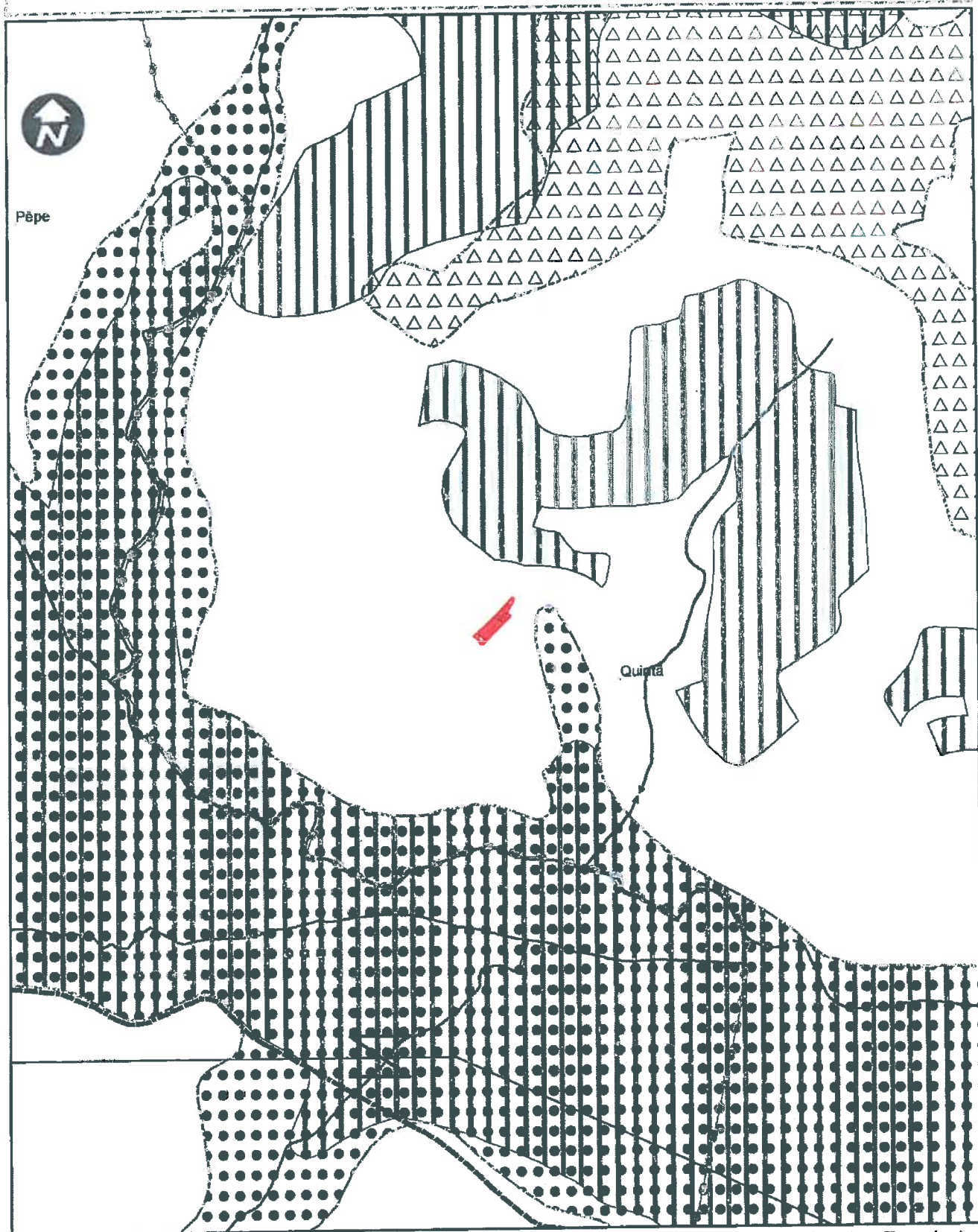
Divisão de Cadastro e Informação Geográfica















**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Albertino Gonçalves da Costa. MORADA: Rua Principal, n.º 487, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 369/17. REQUERIMENTO N.º 12698 de 24 de julho de 2017 e N.º 894 de 18 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 56/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se





encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12698 de 24 de julho de 2017 e n.º 894 de 18 de janeiro de 2018, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Albertino Gonçalves da Costa, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada no lugar da Quintã, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número NIF e BI / CC;
- Memória descritiva com as condições da exploração e do estábulo;



- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2234803625012;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária, no enquadramento com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), localiza-se em Solo Rural, espaço Florestal. O uso atribuído aos espaços Florestais não é compatível com a atividade pecuária, não estando estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM.

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração abrangida pela classe de perigo "média".

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração do requerente, com o número de registo de exploração 3084629 de classe 2, encontra-se atualmente em atividade, e não dispõe de título ou licença válida (número 6501/N/2013).

O produtor possui uma exploração pecuária de classe 2 que funciona em regime extensivo para a produção de carne da espécie bovina, raça Maronesa. Como efetivo animal, o detentor da exploração possui um total de 20,8 CN da espécie bovina, com 13 CN de vacas aleitantes e 7,8 CN de bovinos de 6 a 24 meses para produção de carne da espécie bovina.

A superfície de terreno total afeta à exploração é de 252.600 m<sup>2</sup> de área, dos quais 220.000 m<sup>2</sup> se configuram como baldio para pastoreio e 32.600 m<sup>2</sup> de culturas temporárias. Em relação ao edifício do estábulo para recolha de animais, este possui uma área de implantação de 246,15 m<sup>2</sup>



com 1 piso, sendo o pavimento impermeabilizado com cimento, as paredes em bloco de cimento e a cobertura em chapa ondulada. A exploração possui energia que provém da rede pública e a água é proveniente de captações subterrâneas, estando sempre disponível para os animais através de bebedouros.

Os resíduos da exploração, nomeadamente o estrume, são utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas. Por ser maioritariamente de regime extensivo, o volume de resíduos é bastante reduzido.

O requerente não contrata mão-de-obra sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e restante agregado familiar, possuindo assim 2 trabalhadores permanentes afetos à exploração.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Os rendimentos da exploração agropecuária foram de 5.430,00 € em 2015 e 8.012,70 € no ano de 2016, apenas referentes à venda de produtos da exploração. A estes valores acrescem os referentes aos subsídios à exploração que foram de 6.728,09 € em 2015 e 12.079,01 € em 2016. No total, o rendimento da exploração foi de 12.158,09 € em 2015 e 20.091,71 € em 2016. Estes rendimentos evidenciam a importância da exploração no contexto dos rendimentos do agregado familiar, revelando que a exploração pecuária é viável financeiramente.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

A exploração pecuária, por possuir dois trabalhadores permanentes afetos à exploração tem uma importância social ao permitir manter a atividade profissional de dois cidadãos, não esquecendo que o rendimento da exploração é bastante considerável para o agregado familiar.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.

Convém ainda referir que esta atividade se relaciona culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente Albertino Gonçalves da Costa, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)



# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: ALBERTINO COSTA

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : PROVENHO: 369/17

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

Obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : <OBRA>

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é valida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

















**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Martinho dos Anjos Fonte Dinis. MORADA: Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: Fonte Seca. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 370/17. REQUERIMENTO N.º 12699 de 24 de julho de 2017 e N.º 15971 de 19 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 57/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12699 de 24 de julho de 2017 e n.º 15971 de 19 de setembro de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Martinho dos Anjos da Fonte Dinis, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada no lugar da Fonte Seca, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número NIF e BI / CC;



- Memória descritiva com as condições da exploração e do estábulo;
- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2234817379001;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:25.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária, no enquadramento com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), localiza-se em Solo Rural, espaço Florestal. O uso atribuído aos espaços Florestais não é compatível com a atividade pecuária, não estando estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM.

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração abrangida pelas classes de perigo “alto e muito baixo”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração do requerente, com o número de registo de exploração 1099023 de classe 2, encontra-se atualmente em atividade, e não dispõe de título ou licença válida (número 540/N/2013).

O produtor possui uma exploração pecuária de classe 2 que funciona em regime extensivo ou intensivo consoante o núcleo de produção e o tipo de espécie, tendo a exploração pecuária associadas 5 espécies: bovina, ovina, caprina, suína e equídea. É importante referir que o regime intensivo apenas é desenvolvido para a recia e acabamento das espécies, suína e bovina.

O efetivo animal registado na memória descritiva entregue pelo requerente apenas se refere ao efetivo animal da espécie bovina, com 16 CN de vacas aleitantes e 6,6 CN de bovinos de 6 a 24 meses para produção de carne da espécie bovina. Assim, como efetivo pecuário total para produção de carne da espécie bovina a exploração possui 22,6 CN.



A superfície de terreno total afeta à exploração é de 230.000 m<sup>2</sup> de área de baldio para pastoreio. Em relação ao edifício do estábulo para recolha de animais, este possui uma área de implantação de 187,64 m<sup>2</sup> com 1 piso, sendo o pavimento em terra batida, as paredes em bloco de cimento e a cobertura em telha e madeira. A exploração possui energia que provém de um gerador e a água é proveniente de captações, estando sempre disponível para os animais.

Os resíduos da exploração, nomeadamente o estrume, são utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas. Por ser maioritariamente de regime extensivo, o volume de resíduos é bastante reduzido.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e restante agregado familiar, possuindo assim 1 trabalhador permanente e 2 sazonais.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária, de acordo com as declarações de IRS do requerente, foram de 55.112,50 € em 2015 e 74.572,31 € no ano de 2016. Convém referir que estes rendimentos se referem a duas explorações que o produtor possui, a que consta neste parecer e a que será descrita no Parecer N.º 58/SPM/RERAE/2017.

Estes valores evidenciam a importância da exploração no contexto dos rendimentos do agregado familiar e a viabilidade económica da exploração.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Sendo a atividade pecuária uma das principais ocupações do produtor, deve ser contabilizado o impacto social originado na impossibilidade de continuar a atividade, quer pela manutenção da sua ocupação, quer pelos rendimentos que desta advém, substanciais para o agregado familiar.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.





As explorações pecuárias são importantes pois permitem que seja mantida uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.

#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente Martinho dos Anjos da Fonte Dinis, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)

370/17



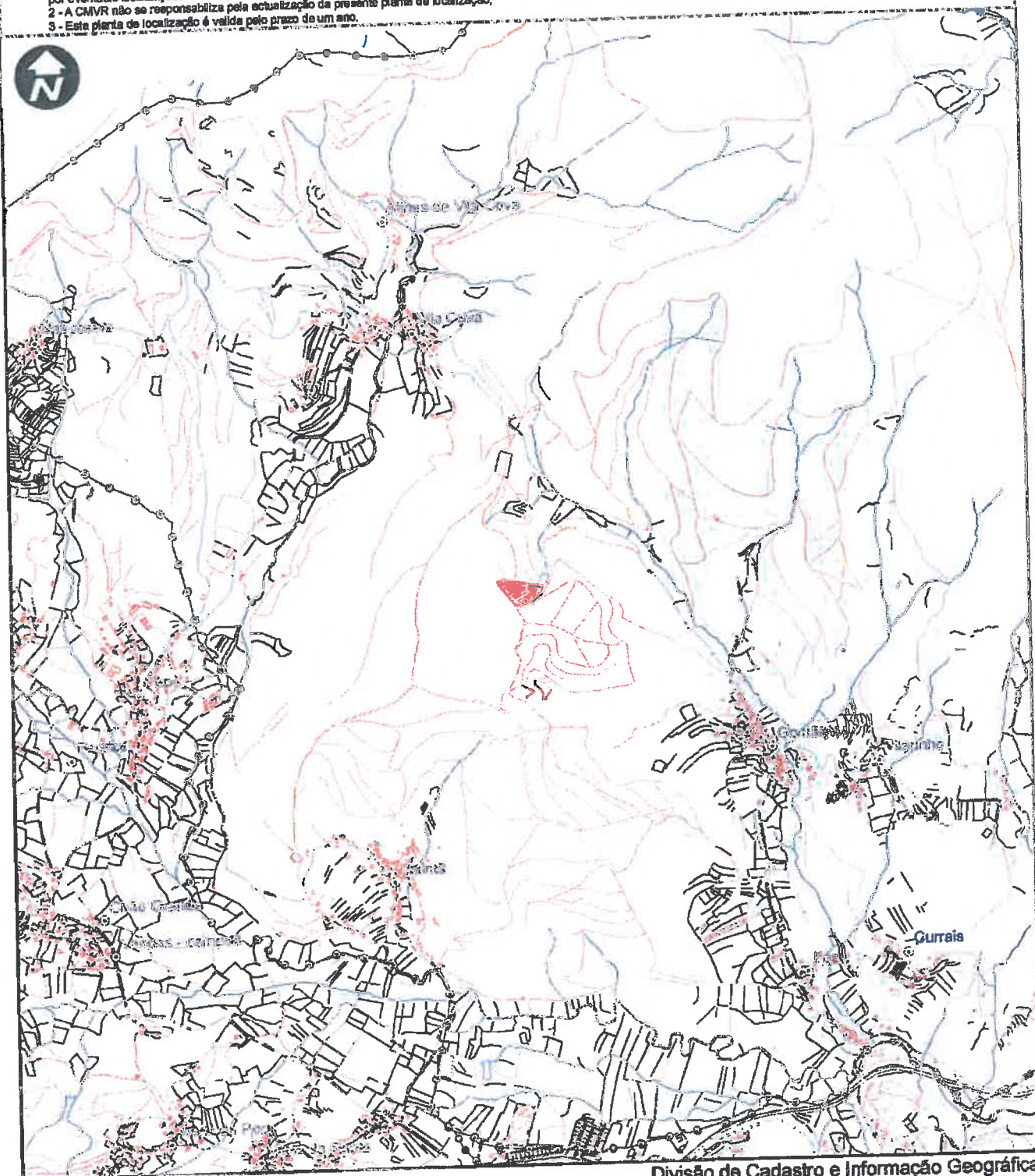
**Data :** \_\_\_\_\_

Func: \_\_\_\_\_

**Freguesia :** \_\_\_\_\_

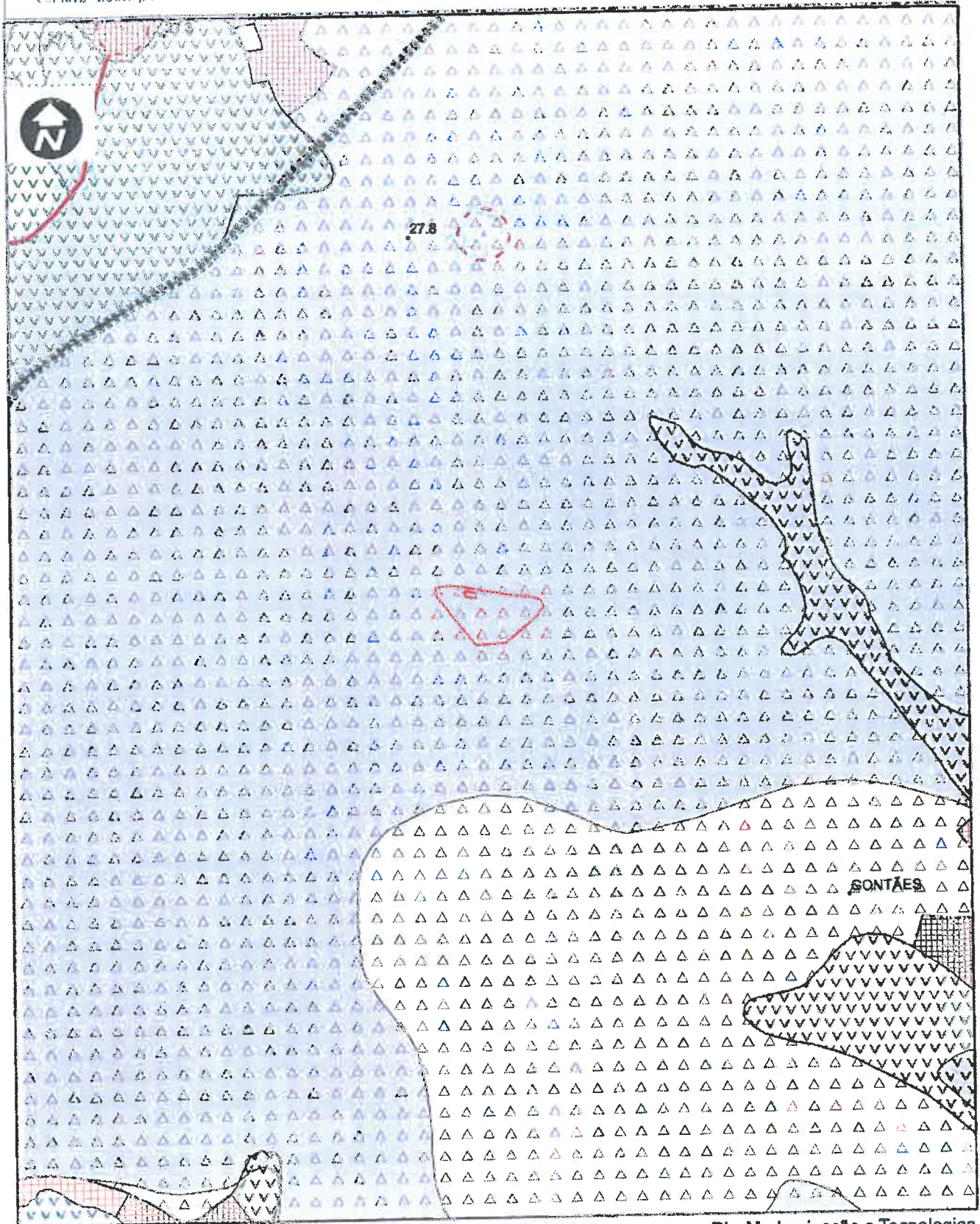
Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela atualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.

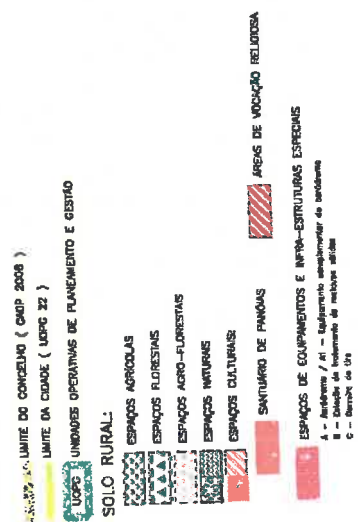


Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

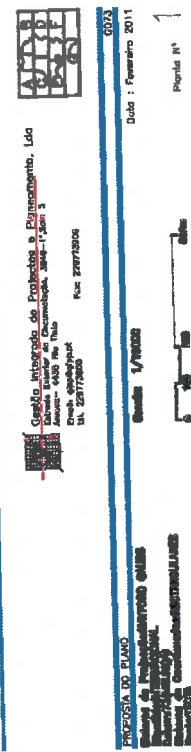






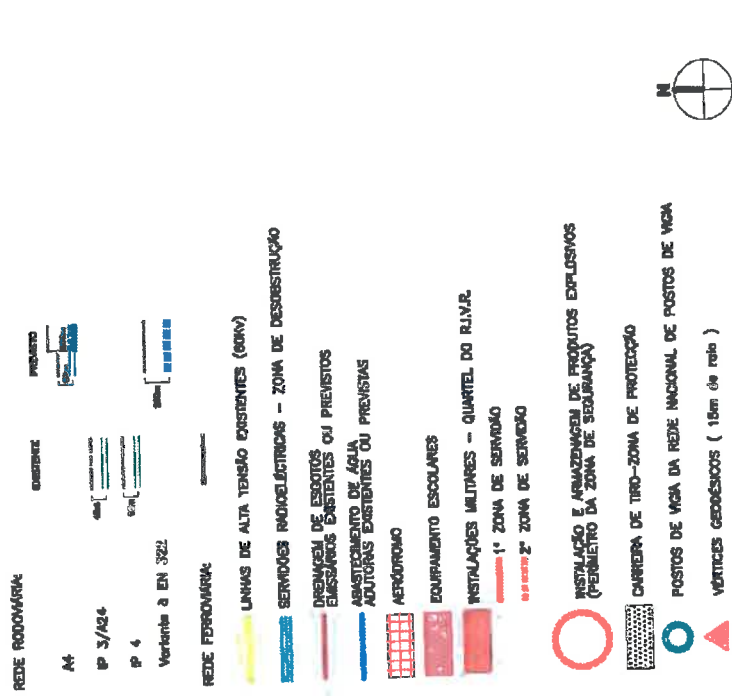


# PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL PLANTA DE ORDENAMENTO-QUALIFICAÇÃO DO SOLO







[illegible]



**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Martinho dos Anjos da Fonte Dinis. MORADA: Póvoa, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. LOCALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO: Portas da Vila, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 373/17. REQUERIMENTO N.º 12702 de 24 de julho de 2017 e N.º 15970 de 19 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 58/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização na atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12702 de 24 de julho de 2017 e n.º 15970 de 19 de agosto de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Martinho dos Anjos da Fonte Dinis, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua atividade, localizada em Portas da Vila, Pena, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número de identificação, NIF e BI / CC;





- Memória Descritiva com a descrição da exploração e condições do estábulo;
- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2274801912001;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica, à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:25.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento do PDM à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes do PDM à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária localiza-se, de acordo com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), em Solo Rural, espaço Agrícola.

Em relação ao espaço Agrícola, em que o uso dominante é o agrícola, a atividade pecuária é compatível, no entanto, não cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM, que determina o afastamento de 200 metros das instalações pecuárias em relação aos aglomerados urbanos ou edificações legalizadas. No caso de pocilgas ou aviários, o afastamento aos limites dos aglomerados urbanos e edificações com função residencial é de 400 metros.

Foi consultada a Planta de Perigosidade de Incêndio, estando a exploração localizada na classe de perigo “Muito Baixo”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração, com o número de registo de exploração 3009688 de classe 2, encontra-se em atividade, com título ou licença não válida (número 287/N/2015). Refere-se à atividade pecuária com o objetivo de produção de carne da espécie bovina de raça maronesa, recria e acabamento de bovinos, produção de carne de ovinos e caprinos, recria e acabamento de suínos e a detenção de equídeos.

Em termos de efetivo animal, o produtor possui 50 CN de vacas aleitantes e 30 CN de bovinos de 6 a 24 meses para produção de carne e 6 CN para recria e acabamento de bovinos. Em relação à produção de carne de ovinos e caprinos possui 40,4 CN de caprinos e ovinos adultos



e 3,2 CN de caprinos e ovinos jovens reprodutores. Os equídeos contemplam um efetivo de 6 CN e, no âmbito da recria e acabamento de suínos a exploração possui 3 CN suínos.

No total, a soma de todo o efetivo animal associado à exploração é de 138,6 CN.

A exploração do requerente é constituída por 275.300,0 m<sup>2</sup> dos quais 230.000 m<sup>2</sup> são área de baldio e 45.300 m<sup>2</sup> área de pastagem permanente.

O edifício do estábulo possui uma área de implantação de 738,18 m<sup>2</sup>, é constituído por 1 piso, o pavimento é impermeabilizado com cimento, as paredes em bloco e a cobertura de chapa ondulada.

A energia utilizada na exploração provém de um gerador e a água de captações superficiais, estando sempre disponível para os animais e distribuída através de bebedouros.

Os resíduos da exploração e efluentes pecuários são utilizados como fertilizantes na valorização dos terrenos agrícolas, sendo asseguradas as boas práticas e recomendações associadas. Convém referir que por funcionar em regime extensivo, o volume de efluentes é reduzido.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores afetos à exploração, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e mão-de-obra familiar, possuindo 1 trabalhador permanente e 2 sazonais.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Da exploração pecuária o produtor obteve um rendimento anual de 74.572,31€ em 2016 e 55.112,50€ em 2015, que se refere ao conjunto das explorações que possui, a que se descreve neste parecer e a que foi já descrita no Parecer N.º 57/SPM/RERAE/2017. Tendo em conta o volume dos rendimentos declarados, este configura-se como essencial ao agregado familiar, tendo a exploração uma importância e viabilidade económica evidenciada.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Ao nível social a atividade agropecuária é importante por ser a única fonte de rendimento e a única ocupação do requerente. O impacto de impossibilitar o produtor de exercer esta atividade terá grande influência na sua vida, profissional e pessoal, sendo ele o tratador dos animais, uma vez que não contrata mão-de-obra.



A exploração, no contexto das que existem no Concelho de Vila Real, relaciona-se culturalmente com a importância de manter uma atividade com tendência para o seu desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção do tipo tradicional.

Este tipo de prática agrícola e pecuária é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas nestes locais, diminuindo o êxodo rural.

#### **PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente, Martinho dos Anjos da Fonte Dinis, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)



# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:25000

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data: \_\_\_\_\_

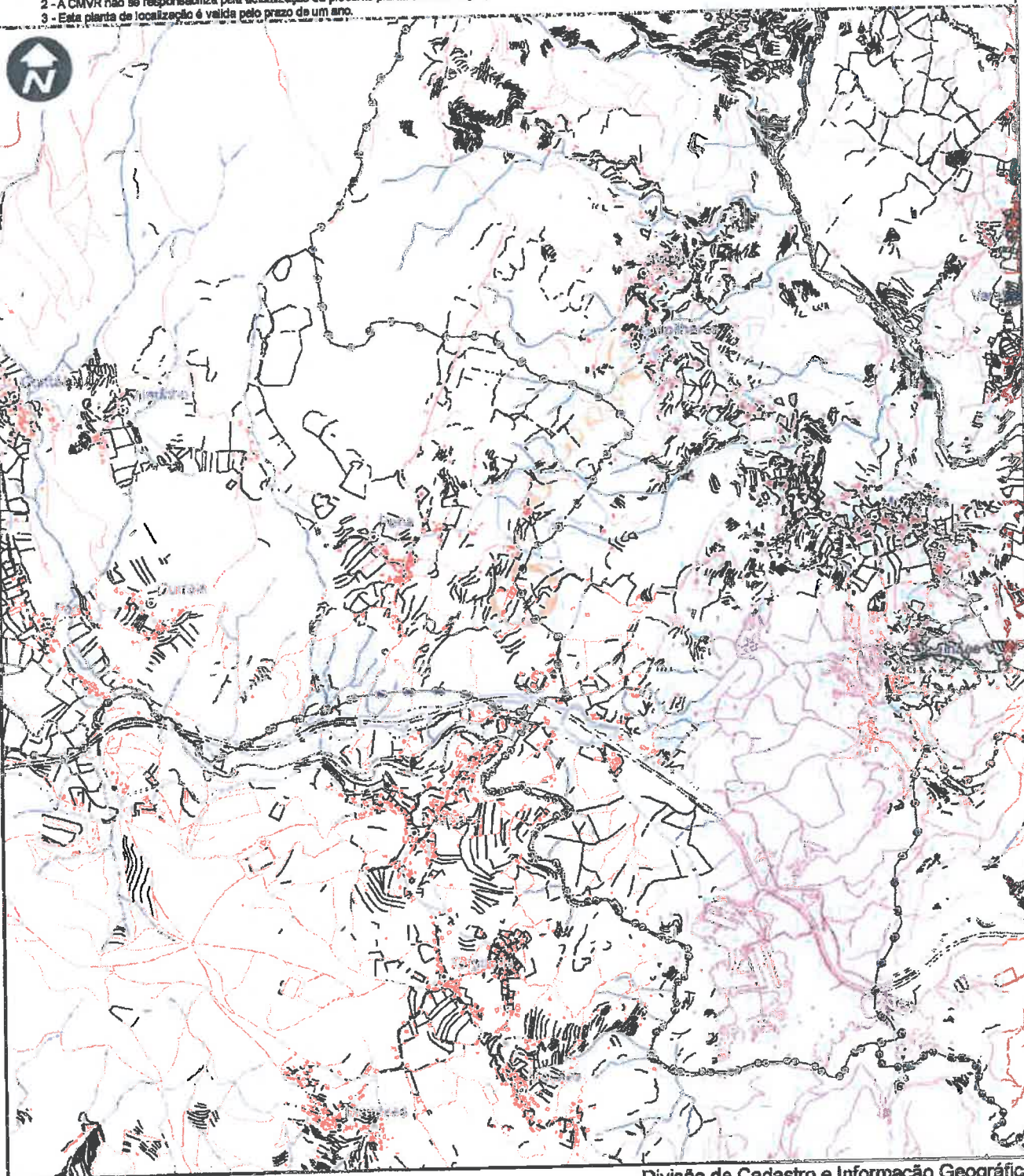
Natureza da Obra: <OBRA>

Func: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

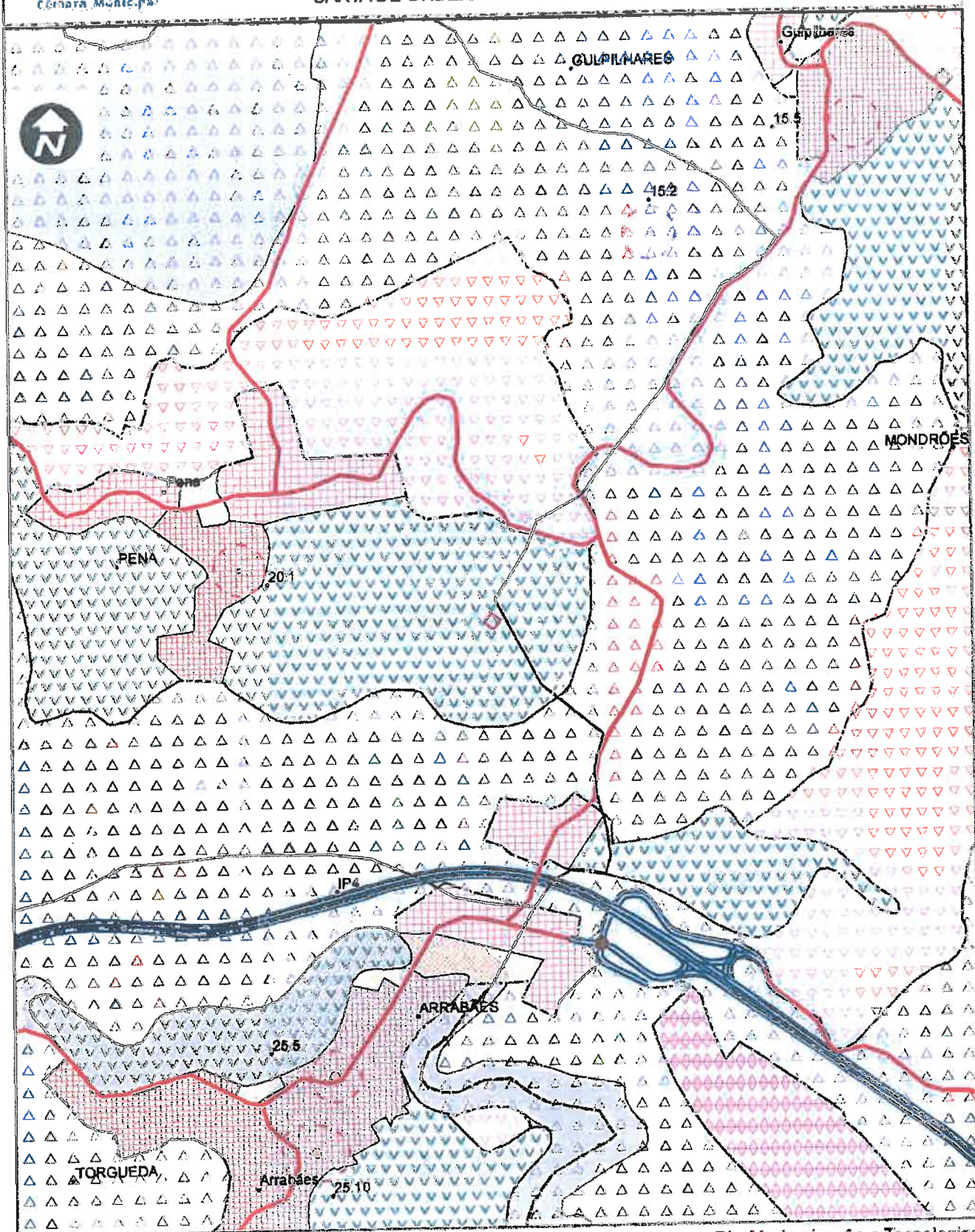
Guia: \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



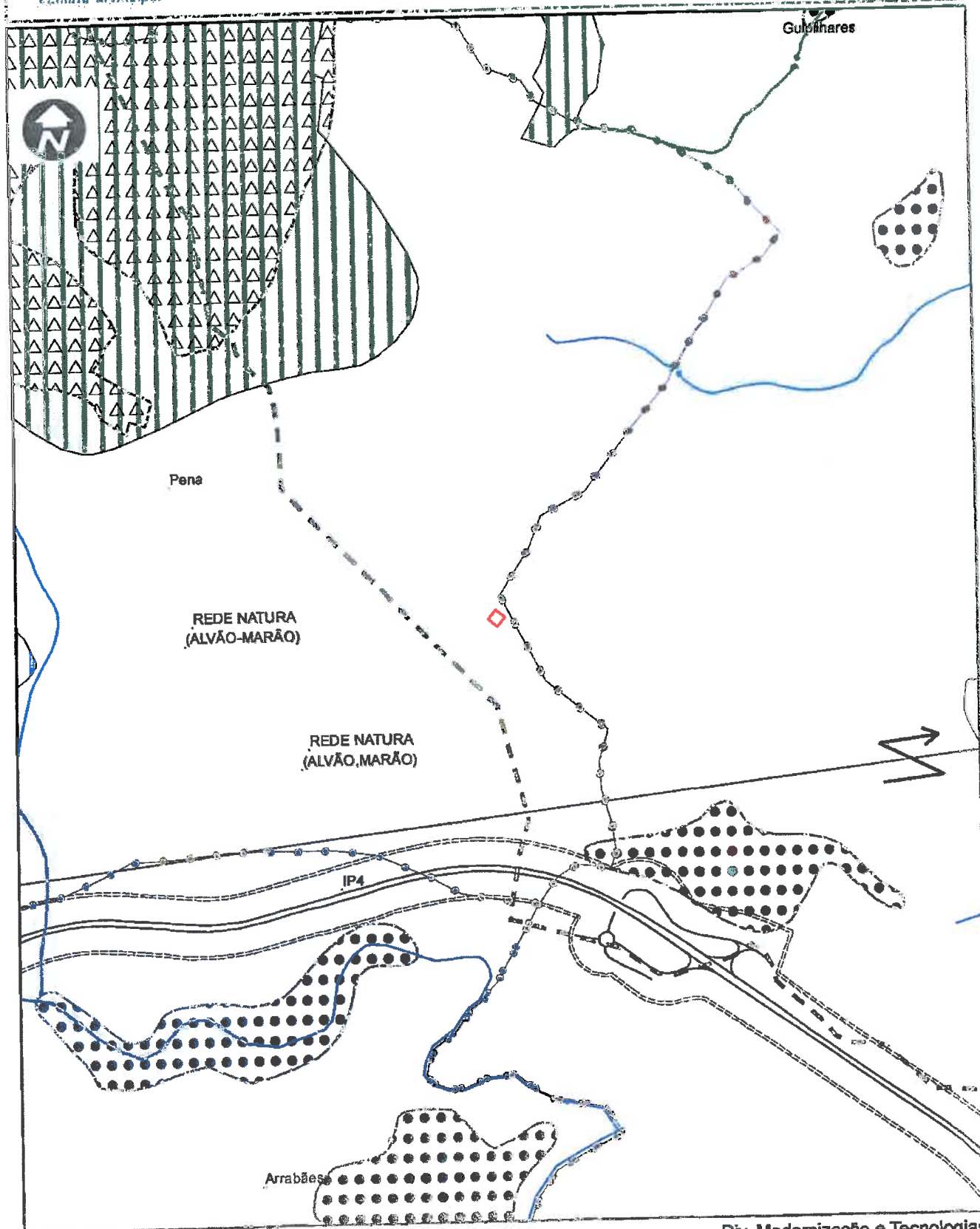
Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

















**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Carlos Alberto da Fonte Dinis. MORADA: Póvoa, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 374/17. REQUERIMENTO N.º 12703 de 24 de julho de 2017 e N.º 15969 de 18 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 59/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização na atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.

O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se



encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12703 de 24 de julho de 2017 e n.º 15969 de 18 de agosto de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Carlos Alberto da Fonte Dinis, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua atividade, localizada em Pena, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;
- Memória Descritiva com a descrição da exploração e condições do estábulo;



- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2274801912016;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica, à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:25.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento do PDM à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes do PDM à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária localiza-se, de acordo com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), em Solo Rural, espaço Agrícola.

Em relação ao espaço Agrícola, em que o uso dominante é o Agrícola, a atividade pecuária é compatível, no entanto, não cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 29.º do PDM, que determina o afastamento de 200 metros das instalações pecuárias em relação aos aglomerados urbanos ou edificações legalizadas.

Consultada a Planta de perigosidade de incêndio verificou-se que a exploração se localiza classificada com a classe de perigo "muito baixo".

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração, com o número de registo de exploração 2091412 de classe 2, encontra-se em atividade, com título ou licença não válida (número 543/N/2013). Refere-se à atividade pecuária com o objetivo de produção de carne da espécie bovina e recria e acabamento das espécies, bovina e equídeos. Assim, funciona em regime extensivo para a produção de carne e, para a recria e acabamento em regime intensivo.

Em termos de efetivo animal, o produtor possui 35 CN de vacas aleitantes e 21 CN de bovinos de 6 a 24 meses, num total de 56 CN. Em relação aos equídeos não é referido o efetivo animal.

A exploração do requerente é constituída por 150.000,0 m<sup>2</sup> de área de baldio e pastoreio. O edifício do estábulo é constituído por 1 piso, o pavimento é impermeabilizado com cimento, as paredes em bloco e a cobertura de chapa ondulada.





A energia utilizada na exploração provém de um gerador e a água de captações subterrâneas (furos). No interior do estábulo a água é fornecida aos animais através de bebedouros.

Os resíduos da exploração e efluentes pecuários são utilizados como fertilizantes nos terrenos agrícolas do produtor, cumprindo com as boas normas de manejo / práticas agrícolas.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores afetos à exploração, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e mão-de-obra familiar.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Da exploração pecuária o produtor obteve um rendimento médio anual de aproximadamente 30.000,00€ em 2016 e 21.000,00€ em 2015. Estes rendimentos resultam da venda dos produtos e de subsídios à exploração, sendo esta a única fonte de rendimento do agregado familiar.

Os rendimentos apresentados advém de duas explorações que o produtor possui, a descrita neste parecer e a que corresponde ao Parecer N.º 54/SPM/RERAE/2017.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Ao nível social a atividade agropecuária é importante por ser a única fonte de rendimento e a única ocupação do requerente. O impacto de impossibilitar o produtor de exercer esta atividade terá grande influência na sua vida, profissional e pessoal, sendo ele o tratador dos animais, uma vez que não contrata mão-de-obra.

A exploração, no contexto das que existem no Concelho de Vila Real, relaciona-se culturalmente com a importância de manter uma atividade com tendência para o seu desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção do tipo tradicional.

Este tipo de prática agrícola e pecuária é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas nestes locais, diminuindo o êxodo rural.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente, Carlos Alberto da Fonte Dinis, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: CARLOS DINIS

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : PROCEMO: 374/17

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, e CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é valida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica



Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data: \_\_\_\_\_

Natureza da Obra: <OBRA>

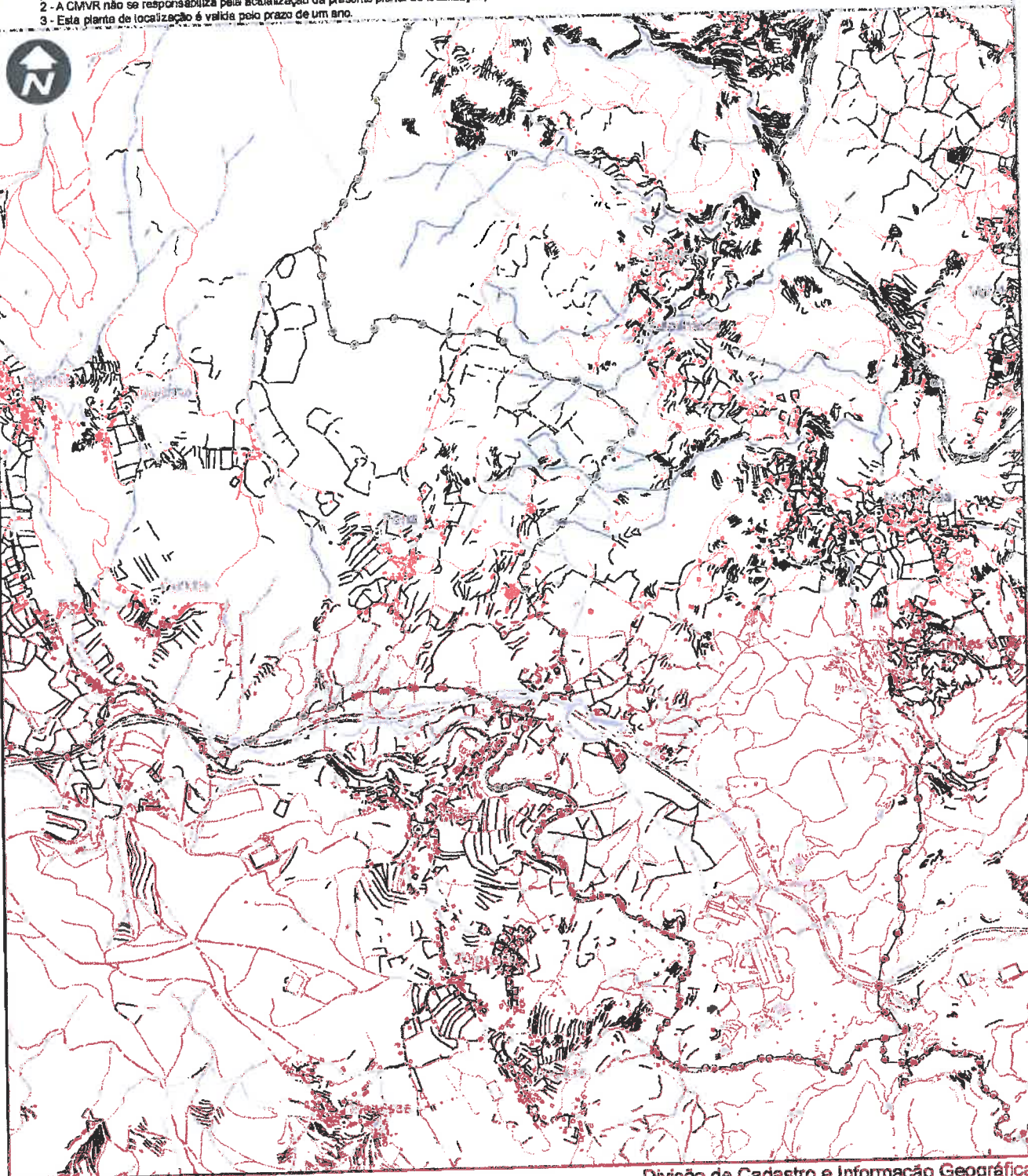
Func: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_

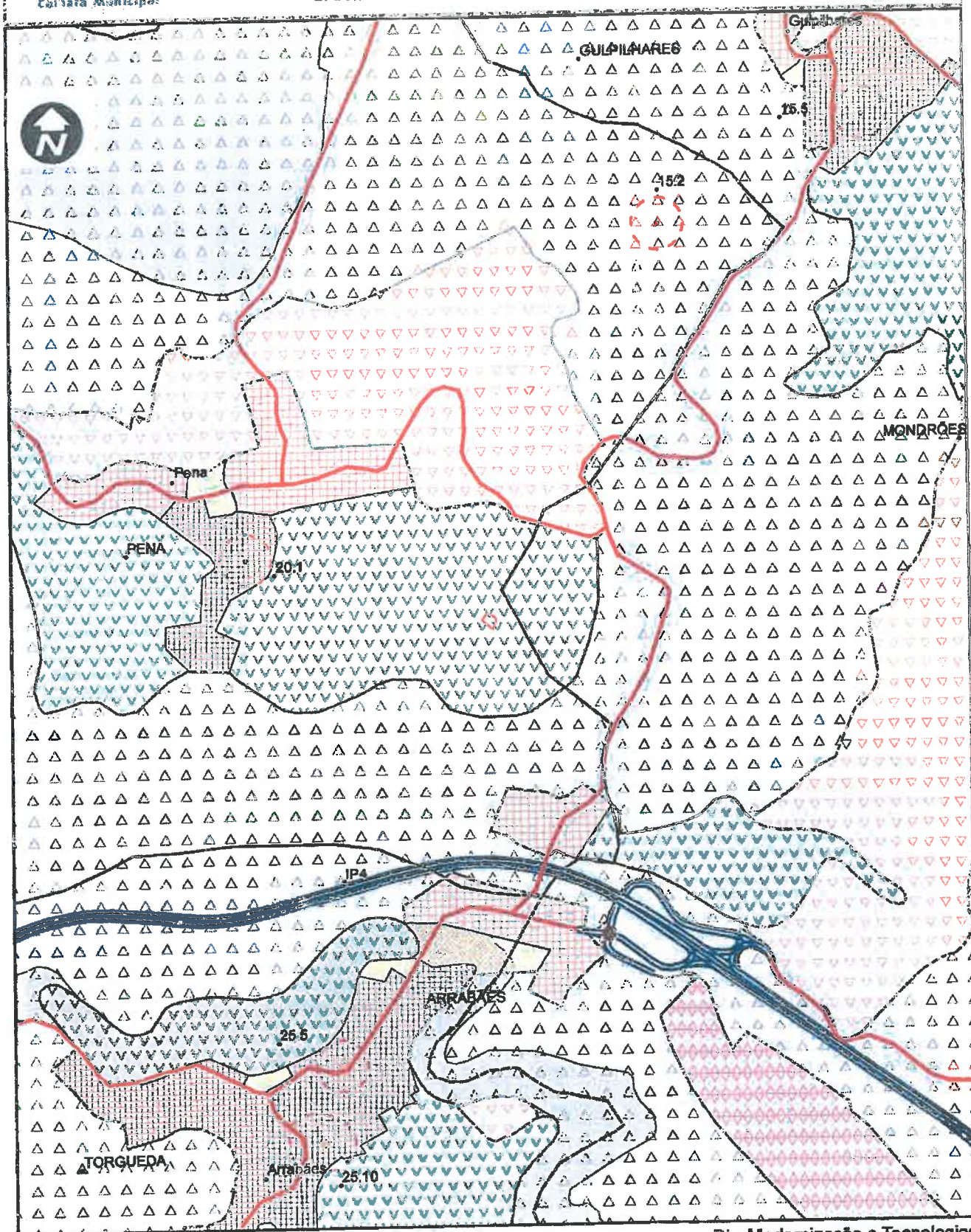
Guia: \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica









- LIMITE DO CONCELHO ( MAP 2008 )**  
**LIMITE DA COMARCA ( USOP 22 )**  
**UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO**  
**SOLO RURAL:**  
 ESPAÇOS AGRÍCOLAS  
 ESPAÇOS FLORESTAIS  
 ESPAÇOS AGRO-FLORESTAIS  
 ESPAÇOS ALBUQUERQUE  
 ESPAÇOS NATURAIS  
 ESPAÇOS CULTURAIS  
 SANTUÁRIO DE PANÓIAS  
 ÁREAS DE VOCACÃO RELIGIOSA  
 ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS ESPECIAIS  
 A = Anticima / A1 = Equipamento característico do município  
 B = Anticima / B1 = Equipamento característico do município  
 C = Anticima / C1 = Equipamento característico do município

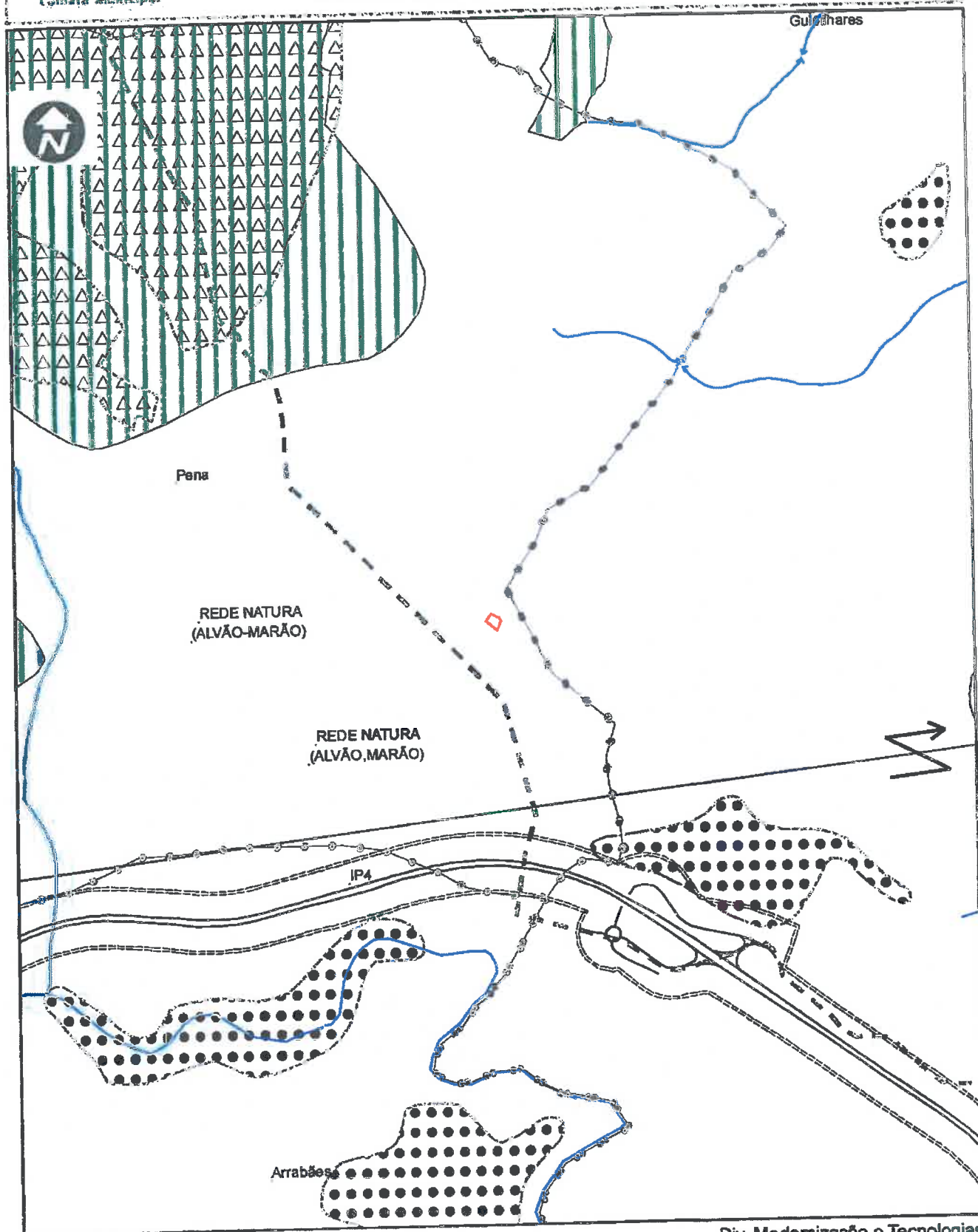
- SOLO URBANO:**  
**SOLOS URBANIZÁVEIS:**  
 ÁREAS PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS  
 ÁREAS DE INTERESSE PATRIMONIAL  
 ÁREAS CONSOLIDADAS COM DOMINÂNCIA DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR  
 TIPO HU 1  
 TIPO HU 2  
 ÁREAS CONSOLIDADAS COM DOMINÂNCIA DE HABITAÇÃO COLECTIVA  
 TIPO RC 1  
 TIPO RC 2  
 ÁREAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS  
 EXISTENTES  
 ÁREAS DE EQUIPAMENTO ESTRUTURANTE  
 EXISTENTES  
 ÁREAS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS  
 EXISTENTES  
 A EXTINGUIR  
 TIPO IE 1  
 TIPO IE 2  
**SOLOS DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA:**  
 ÁREAS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS  
 ÁREAS DE EQUIPAMENTO ESTRUTURANTE PROPOSTO  
 ÁREAS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS PROPOSTAS  
**ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA:**  
 ÁREAS DE AMBIENTE NATURAL  
 ÁREAS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA  
 ÁREAS VERDES DE PROTECÇÃO E SALVA-GUARDA  
 ÁREAS VERDES DE ENQUADRAMENTO  
 ÁREAS VERDES MISTAS

- SOLO URBANO E RURAL:**  
**REDE RODoviÁRIA:**  
 REDE NACIONAL  
 REDE MUNICIPAL  
**REDE FERROVIÁRIA:**  
 LINHA DO COURO  
**REDE URBANA DA COMARCA DE VILA REAL:**  
 SISTEMA PRIMÁRIO  
 SISTEMA SECUNDÁRIO  
 VIAS LOCAIS  
**CONDICIONAMENTOS AO USO DO SOLO:**  
 ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL EM SOLO RURAL  
 CORREDOR ECOLÓGICO  
 RECURSOS GEOLÓGICOS  
 ÁREA DE RESERVA  
 ÁREA POTENCIAL  
 ÁREA DE EXPLORAÇÃO CONSOLIDADA E COMPLEMENTAR  
 ZONAS DE PROTECÇÃO AO AERODROMO  
 ZONAS DE PROTECÇÃO AO HELIPORTO  
 ZONAS RÁDIO - PERÍMETRO DE PROTECÇÃO  
 UNIDADE DE CASERTECÇÃO - PERÍMETRO DE PROTECÇÃO  
 REIS PATRIMONIAIS MÓVEIS  
 PERÍMETRO DA ÁREA CLASSIFICADA OU A CLASSIFICAR  
 PERÍMETRO DE SALVA-GUARDA DO PATRIMÓNIO  
 XY - REFERÊNCIA DO IMÓVEL  
 REFERÊNCIA DA FREGUESIA  
 PERÍMETRO DA ÁREA DO PROT-ADP  
 PERÍMETRO DA REGIÃO DE MARCADA DO OROURO  
 LIMITE DAS ZONAS INUNDÁVEIS EM SOLO URBANIZÁVEL

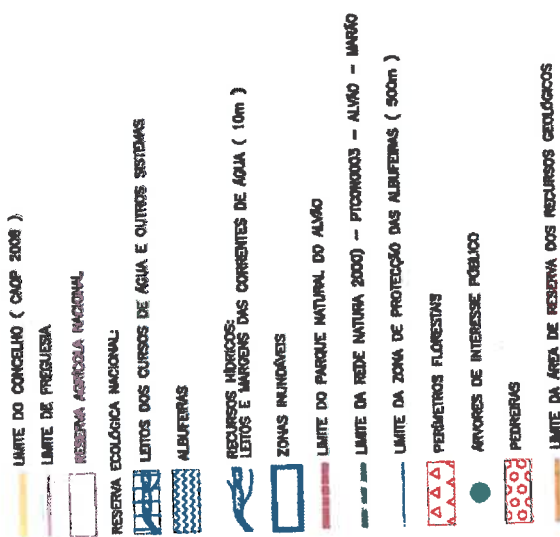
## PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL PLANTA DE ORDENAMENTO-QUALIFICAÇÃO DO SOLO

Castelo Intermunicipal de Protecção e Património, Lda  
 Avenida da República, 3004-11500  
 Vila Real, Portugal  
 Tel. 25775500 Fax 25775509

PROPOSTA DE PLANO  
 Data: Fevereiro 2011  
 Planta Nº 1







#### PAZAMENTO CULTURAL:

IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VAS DE CLASSIFICAÇÃO:

#### ÁREAS DE PROTEÇÃO

##### MONUMENTOS NACIONAIS:

— LIMITE DA ÁREA INTER-ESPECIAL  
— LIMITE DA ÁREA CLASSIFICADA  
— LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO -- JAP

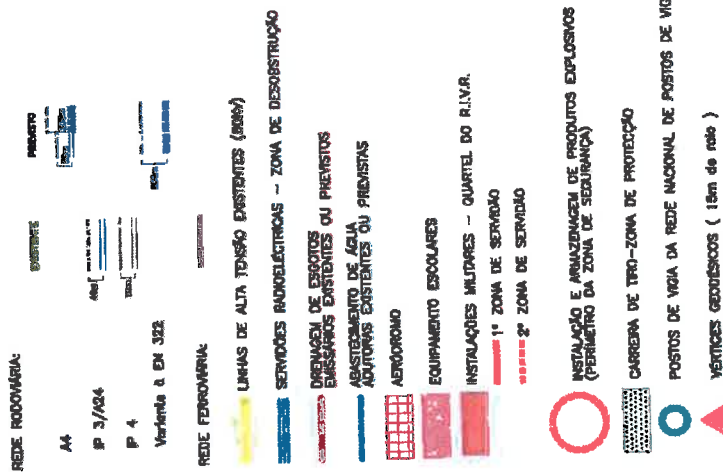
- 14.1 - Pelicula de S. Mateus  
22.1 - Capela de S. Brás / Tormento Teófilo Moisés  
22.2 - Igreja de S. Domingos / S. de Vila Rica  
26.1 - Freguesia de Paredes  
26.1 - Torre de Guadalupe  
ADV - Alto Douro Vinhateiro

##### IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO:

- 3.1 - Capela de Azeite ( N.º 2. das Torres )  
6.1 - Igreja de Cordeiro  
7.1 - Marcas Graníticas 68 a 72  
8.1 - Marcas Graníticas 58 a 67  
9.1 - Pelicula de Guifões  
9.2 - Capela de N.º 5.º de Lameira  
9.3 - Marcas Graníticas 73 a 78  
13.1 - Pelicula de Lameira  
15.1 - Igreja de Mondim  
16.1 - Igreja de Mondim  
16.2 - Igreja de N.º 3.º de Ruedelapa  
16.2 - Igreja de N.º 3.º de Ruedelapa  
22.3 - Pelicula de Vila Rica  
22.4 - Casa de Diego Cito  
23.5 - Capela Nova  
24.2 - Pelicula de Goleira

##### IMÓVEIS EM VAS DE CLASSIFICAÇÃO:

- 1.1 - Paredes da m. do Harim  
16.1 - Casa de Mondim  
22.2 - Edifício dos GTT  
22.23 - Escola Secundária Camilo Castelo Branco  
23.11 - Escola Secundária de S. Pedro  
26.2 - Freguesia Quatrocentos e Quarenta e Quatro  
Igreja Paroquial de Vila Rica



## PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL

### PLANTA DE CONDICIONANTES



ELABORAÇÃO DO PLANO	0022
Elaborado por: <b>INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	Data: Fevereiro 2011
Elaborado por: <b>INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	Escala: 1/10000
Elaborado por: <b>INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	0 100 200 300m
Elaborado por: <b>INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	Planta Nº 2



**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Maria Nair Novais Martins. MORADA: Rua da Póvoa, n.º 297, Póvoa. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 376/17. REQUERIMENTO N.º 12709 de 24 de julho de 2017 e N.º 15964 de 18 de setembro de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 60/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12709 de 24 de julho de 2017 e n.º 15964 de 18 de setembro de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Maria Nair Novais Martins, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada no lugar da Póvoa, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número NIF e BI / CC;





- Memória descritiva com as condições da exploração e do estábulo;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:1.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária, no enquadramento com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), localiza-se em espaço Florestal. O uso atribuído aos espaços Florestais não é compatível com a atividade pecuária, não estando estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM.

A parcela de terreno afeta à exploração pecuária está localizada na planta de Condicionantes do PDM em Reserva Ecológica Nacional (REN).

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração abrangida pelas classes de perigo “baixo e médio”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração do requerente, com o número de registo de exploração 6009931 de classe 2, encontra-se atualmente em atividade, e não dispõe de título ou licença válida (número 542/N/2013).

O produtor possui uma exploração pecuária, em regime extensivo de classe 2, para produção de carne da espécie bovina e ovina. O efetivo animal é de 13 CN de vacas aleitantes e 6 CN de bovinos de 6 a 24 meses. Em relação à espécie ovina o efetivo animal é de 5,1 CN. Assim, como efetivo animal total a exploração possui 24,1 CN.

A superfície de terreno total afeta à exploração é de 140.000 m<sup>2</sup> e inclui as zonas de pastoreio e baldio. Em relação ao edifício do estábulo para recolha de animais, este possui 1 piso, o pavimento é impermeabilizado com cimento, as paredes em bloco de cimento e a cobertura em



chapa ondulada. A exploração possui energia que provém de um gerador e a água é proveniente de captações, estando sempre disponível para os animais.

Os resíduos da exploração, nomeadamente o estrume, são utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas. Por ser de regime extensivo, o volume de resíduos é bastante reduzido.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e restante agregado familiar, possuindo assim 1 trabalhador permanente e 2 sazonais.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária, de acordo com as declarações de IRS da requerente foram de, 4.250,00€ em 2015 e 483,00 € no ano de 2016. Os baixos rendimentos do ano 2016 explicam-se pelo sequestro sanitário a que a exploração esteve sujeita. Nenhum destes valores se refere a subsídios, sendo ainda mais relevante a manutenção da exploração no contributo ao rendimento do agregado familiar.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Sendo a atividade pecuária uma das principais ocupações da produtora, deve ser contabilizado o impacto social originado na impossibilidade de continuar a atividade, quer pela manutenção da sua ocupação, quer pelos rendimentos que desta advém, substanciais para o agregado familiar.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.

As explorações pecuárias são importantes pois permitem que seja mantida uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente Maria Nair Novais Martins, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)



# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: *MARIA NAIR MARTINS*

Data : \_\_\_\_\_

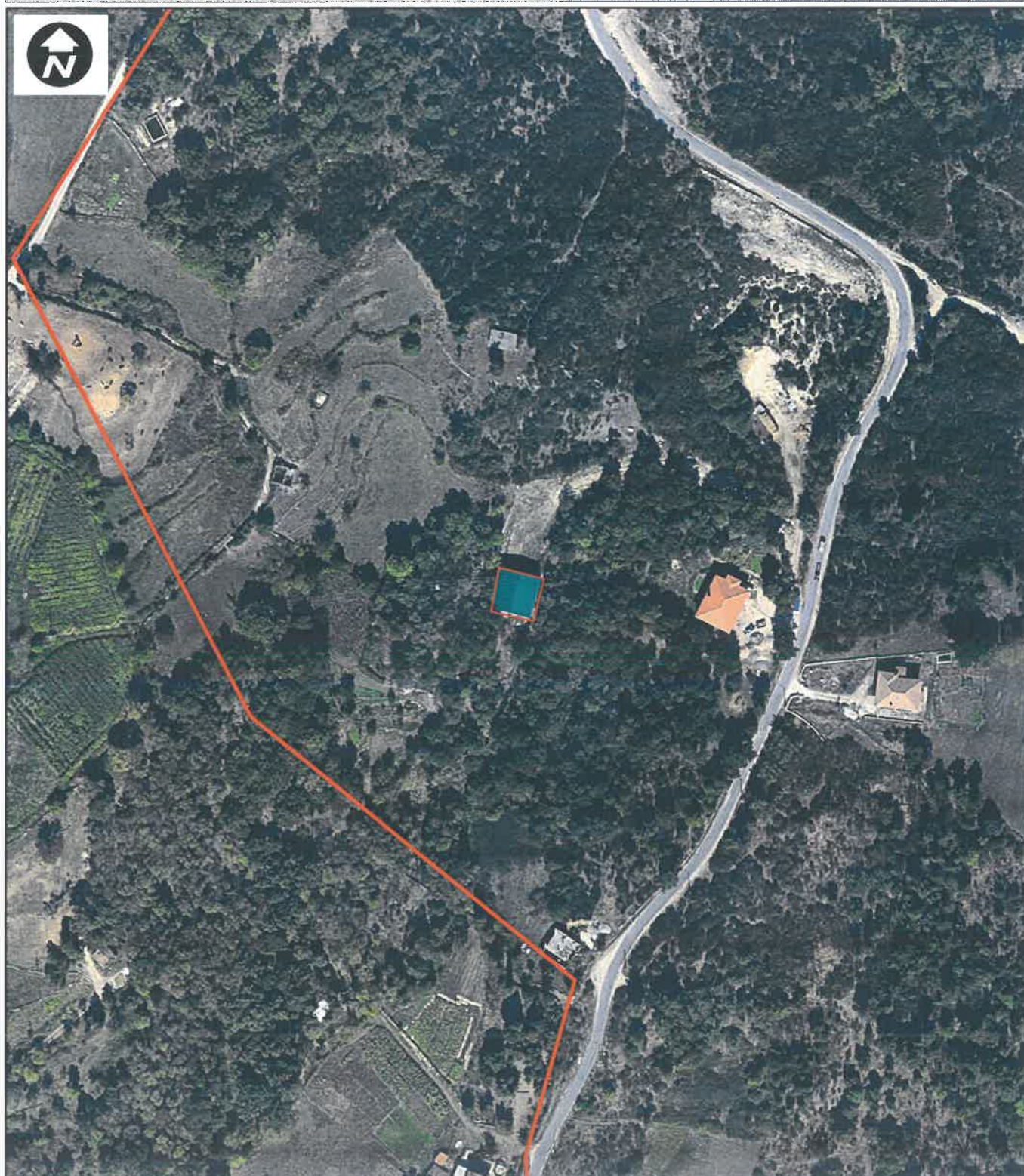
Natureza da Obra : *PROCEMO: 376/17*

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

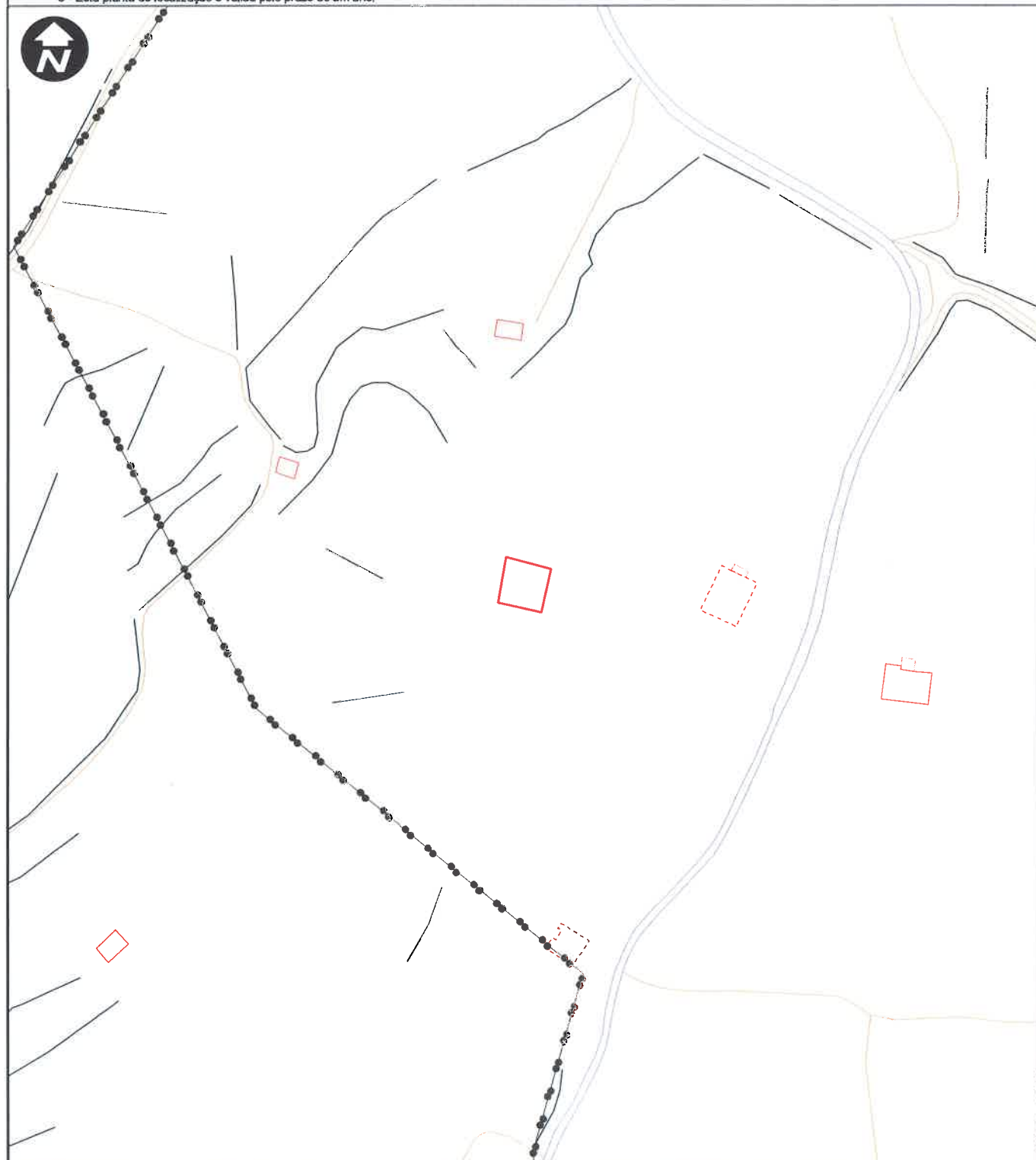
Natureza da Obra : <OBRA>

Func : \_\_\_\_\_

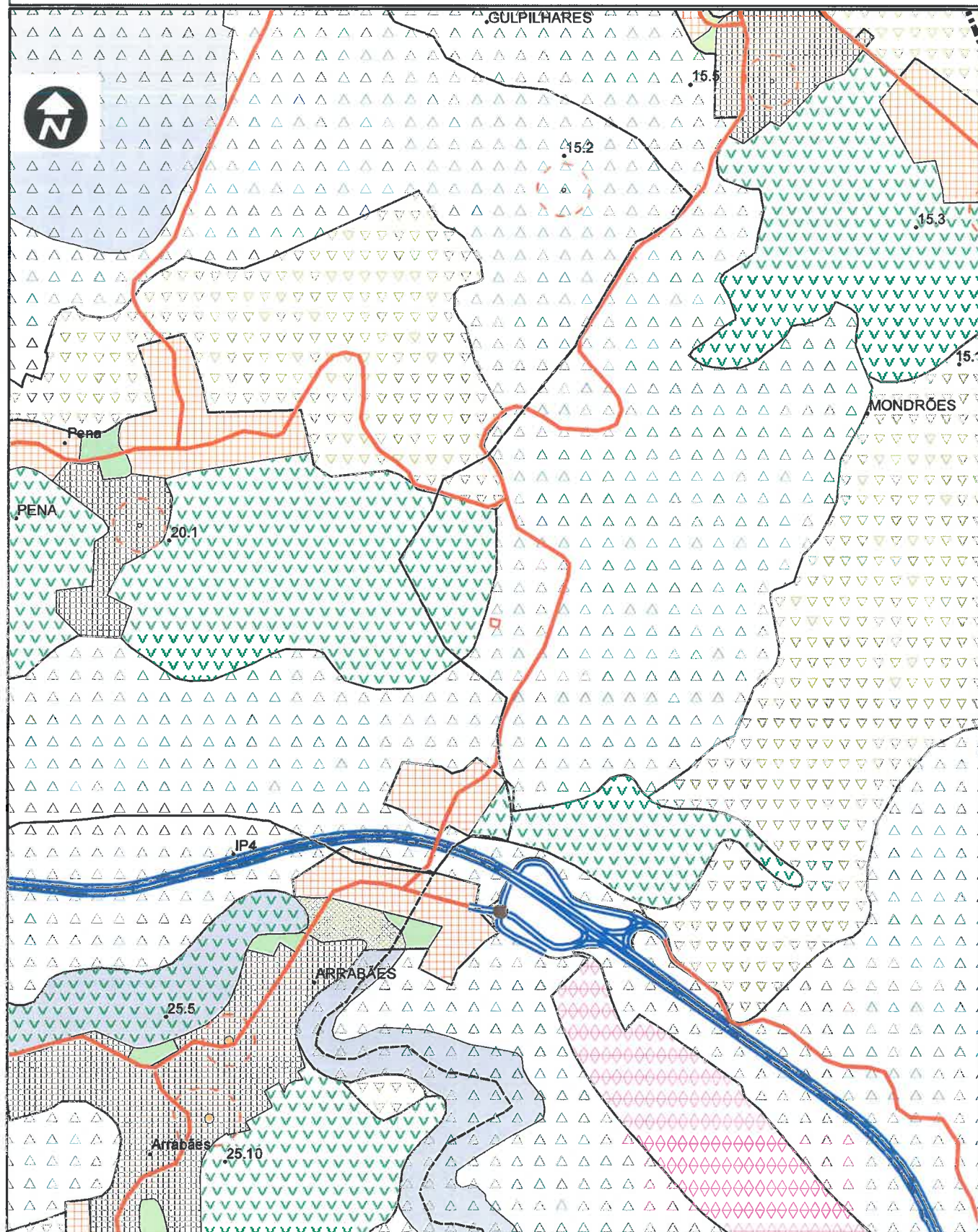
Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

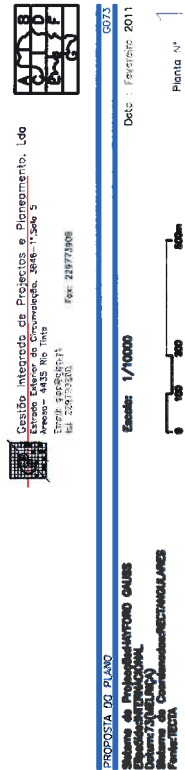
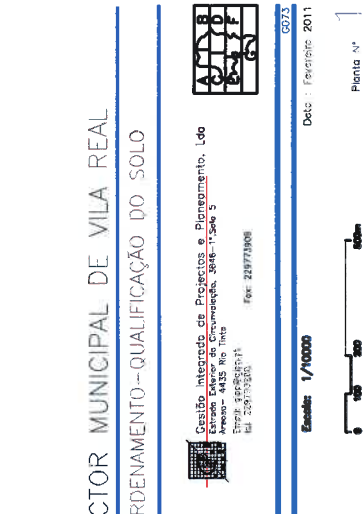
obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



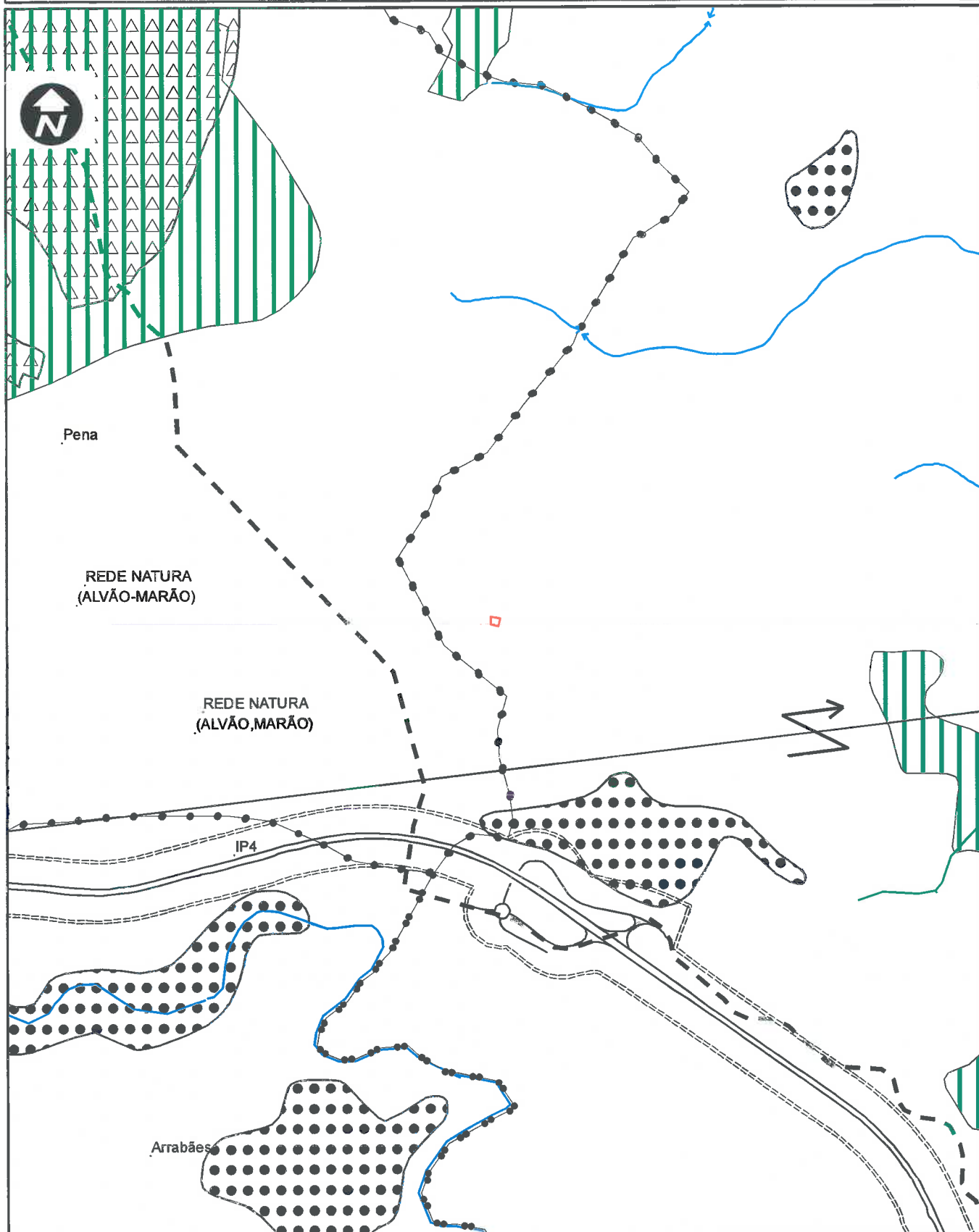



























-  LIMITE DO CONCELHO ( CAOP 2008 )  
 LIMITE DE FREGUESIA  
 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL  
 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL  
 LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA E OUTROS SISTEMAS  
 ALBUFEIRAS  
 RECURSOS HÍDRICOS:  
 LEITOS E MARGENS DAS CORRENTES DE ÁGUA ( 10m )  
 ZONAS INUNDÁVEIS  
 LIMITE DO PARQUE NATURAL DO ALVÃO  
 LIMITE DA REDE NATURA 2000 – PTCON0003 – ALVÃO – MARIÃO  
 LIMITE DA ZONA DE PROTEÇÃO DAS ALBUFEIRAS ( 500m )  
 PERÍMETROS FLORESTAIS  
 ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO  
 PEDREIRAS  
 LIMITE DA ÁREA DE RESERVA DOS RECURSOS GEOLÓGICOS

#### PATRIMÓNIO CULTURAL:

IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

#### ÁREAS DE PROTEÇÃO

MONUMENTOS NACIONAIS:

-  LIMITE DA ÁREA NON-EDIFICADA  
 LIMITE DA ÁREA CLASSIFICADA  
 LIMITE DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO – ADV

- 14.1 – Palácio de S. Mateus  
 22.1 – Capela de S. Brás / Túmulo Teixeira Macedo  
 22.2 – Igreja de S. Domingos / Sé de Vila Real  
 26.1 – Freguesia das Figueiras  
 28.1 – Torre de Quintela  
 ADV – Alto Duro Vinhateiro










#### IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO:

- 3.1 – Capela de Amóios ( N.º S. das Dóres )  
 6.1 – Igreja de Constantim  
 7.1 – Marcos Graníticos 68 a 72  
 8.1 – Marcos Graníticos 56 a 67  
 9.1 – Pelourinho de Guizões  
 9.2 – Capela de N.º S. do Loreto  
 9.3 – Marcos Graníticos 73 a 79  
 13.1 – Pelourinho de Mondrões  
 15.1 – Igreja de Mondrões  
 16.1 – Arca Tumular Românica  
 16.2 – Igreja de N.º S. de Guadalupe  
 16.24 – Ponte da Placida  
 22.3 – Pelourinho de Vila Real  
 22.4 – Casa de Diego Cão  
 23.5 – Capela Nova  
 26.2 – Pelourinho de Galegos

#### IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

- 1.1 – Penedo do mto do Homem  
 16.1 – Codex Comaral  
 22.22 – Edifício dos GTT  
 22.23 – Escola Secundária Camilo Castelo Branco  
 23.11 – Escola Secundária de S. Pedro  
 28.2 – Freixos Quatrocentistas e Quintanistas da Igreja Paroquial de Vila Martin



-  LINHAS DE ALTA TENSÃO EXISTENTES (60kV)  
 SERVIÇOS RADIOELÉTRICAS – ZONA DE DESOBRSTURÇÃO  
 DRENAGEM DE ESGOTOS  
 EMISSÁRIOS EXISTENTES OU PREVISTOS  
 ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
 AUTÓMATAS EXISTENTES OU PREVISTAS  
 AERÓDROMO  
 EQUIPAMENTO ESCOLARES  
 INSTALAÇÕES MILITARES – QUARTEL DO R.L.V.R.

-  1ª ZONA DE SERVIÇÃO  
 2ª ZONA DE SERVIÇÃO

 INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EXPLOSIVOS  
 (PERÍMETRO DA ZONA DE SEGURANÇA)

 CARRERA DE TIRO-ZONA DE PROTEÇÃO

 POSTOS DE VIGIA DA REDE NACIONAL DE POSTOS DE VIGIA

 VERTICES GEODÉSICOS ( 15m de raio )



## PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL

### PLANTA DE CONDICIONANTES



Sistema Integrado de Projectos e Planeamento, Lda  
 Estrada Nacional de Circunvalação, 344-1, Sala 5  
 Arcozelo - 4405-900 Vila Real  
 Tlf: 228779000 Fax: 228779009

PROPOSTA DO PLANO  
 Sistema de Projectos e Planeamento, Lda  
 Estrada Nacional de Circunvalação, 344-1, Sala 5  
 Arcozelo - 4405-900 Vila Real  
 Tlf: 228779000 Fax: 228779009

9073

Data: Fevereiro 2011

Escala: 1/10000

Folha Nº 2

0 100 200 300m



**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Pedro da Costa Rubião Dinis. MORADA: Lugar do Outeiro, n.º 180, Vilarinho. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 379/17. REQUERIMENTO N.º 12719 de 24 de julho de 2017 e N.º 14929 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 61/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização na atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.





O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12719 de 24 de julho de 2017 e n.º 14929 de 31 de agosto de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Pedro da Costa Rubião Dinis, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua atividade, localizada em Vilarinho, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;



- Memória Descritiva com a descrição da exploração e condições do estábulo;
- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2254803481023;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica, à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:1.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento do PDM à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes do PDM à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária localiza-se, de acordo com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), em Solo Rural, espaço Agrícola.

Em relação ao espaço Agrícola, em que o uso dominante é o Agrícola, a atividade pecuária é compatível, no entanto, não cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 29.º do PDM, que determina o afastamento de 200 metros das instalações pecuárias em relação aos aglomerados urbanos ou edificações legalizadas.

Na consulta da Planta de Condicionantes do PDM verificou-se que o terreno com a localização do estábulo se encontra ainda em Rede Natura – Alvão / Marão e em Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Adicionalmente foi consultada planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração localizada na classe de perigo “baixo e muito baixo”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração, com o número de registo de exploração 5101870 de classe 3, encontra-se em atividade, com título ou licença número PTEN8M0.

Esta exploração pecuária destina-se à produção de gado da espécie ovina e caprina e da espécie asinina, em regime extensivo. O gado asinino é produzido para propagação e valorização de uma espécie em vias de extinção. As espécies ovina e caprina, são produzidas para recria e comercialização da carne no comércio local.



Apesar de não indicar na memória descritiva qual o efetivo animal que possui, o produtor refere que vende, em média, um asinino por ano, 7 ovinos e 5 caprinos.

A exploração do requerente é constituída por 10 hectares. O edifício do estábulo encontra-se numa parcela com área de 3.000,0 m<sup>2</sup>, e é constituído apenas por um telheiro com paredes laterais. Os materiais são de madeira e betão e com placas na cobertura, perfazendo uma área de implantação do edifício é de 40,0 m<sup>2</sup>.

A limpeza dos resíduos da exploração, nomeadamente no interior do estábulo é feita 2 vezes por ano, sendo estes utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas.

Não é fornecida informação em relação à disponibilidade de energia elétrica e água. Adicionalmente, o requerente não indica se contrata mão-de-obra mas, sendo uma exploração de classe 3, deduz-se que esta utilize apenas mão-de-obra familiar.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores afetos à exploração, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e mão-de-obra familiar.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária é variável e depende da espécie, isto é, a venda de um asinino pode render entre 500,0 € e os 750,0 € por cria. Os ovinos e caprinos rendem aproximadamente 574,0 €. Para além disto, o produtor auferir cerca de 2.500,00 € de subsídios à exploração.

Assim, concretizando uma estimativa do total, o produtor pode retirar cerca de 3.574,00 € da exploração (considerando a soma dos valores mínimos apontados). Este valor evidencia a importância da exploração no contexto dos rendimentos do agregado familiar.

Na consulta do IRS do requerente, referente ao ano de 2016, verifica-se que existe um rendimento de 1.504,0 € da venda de produtos da exploração.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Ao nível social a atividade agropecuária é importante por ser a única fonte de rendimento e a única ocupação do requerente. O impacto de impossibilitar o produtor de exercer esta atividade





terá grande influência na sua vida, profissional e pessoal, sendo ele o tratador dos animais, uma vez que não contrata mão-de-obra.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.

As explorações pecuárias são importantes pois permitem que seja mantida uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.

#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente, Pedro da Costa Rubião Dinis, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: PEDRO BRNIS

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : PROJECTO: 379/17

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Gua : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data: \_\_\_\_\_

Natureza da Obra: <OBRA>

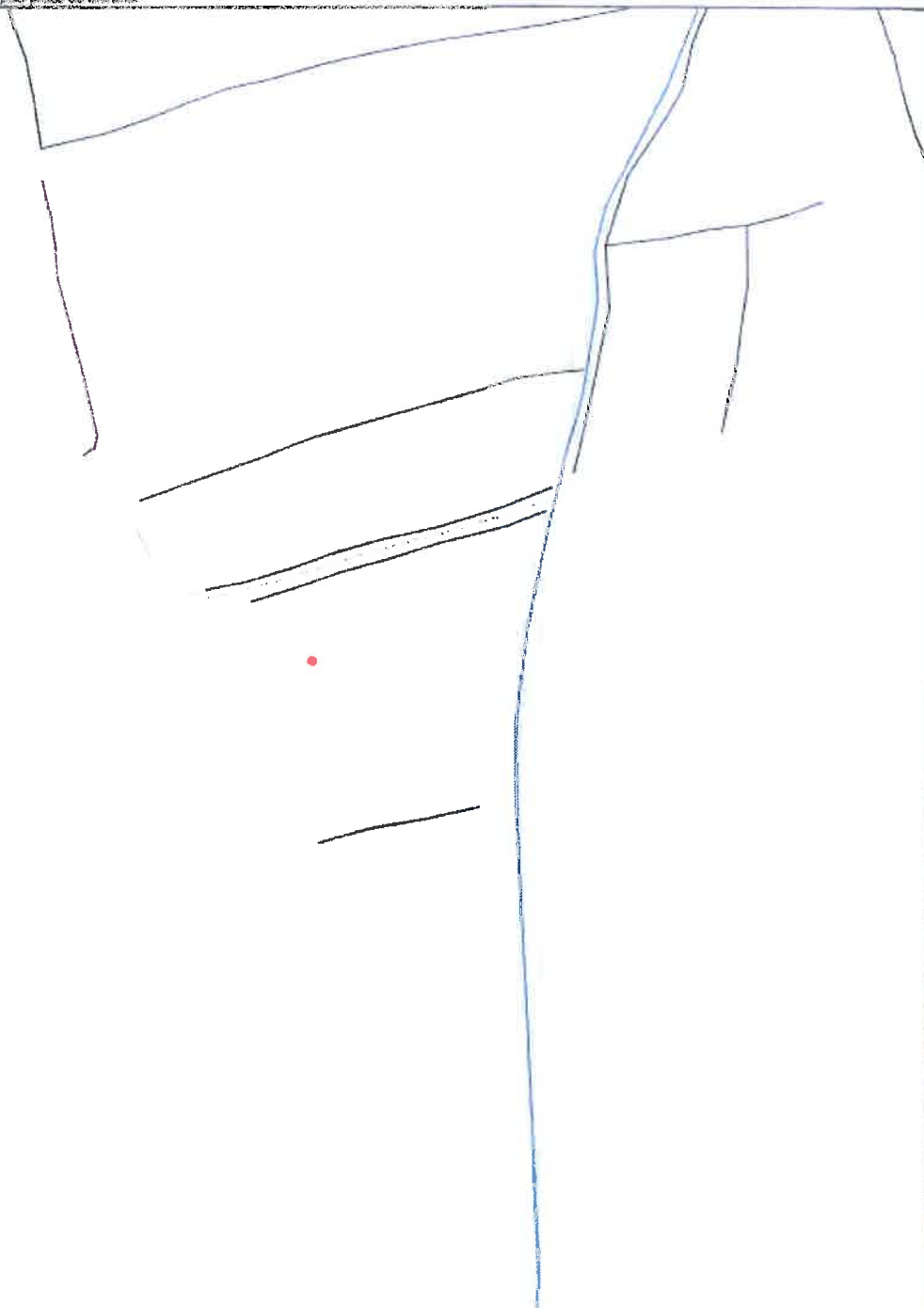
Func: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_

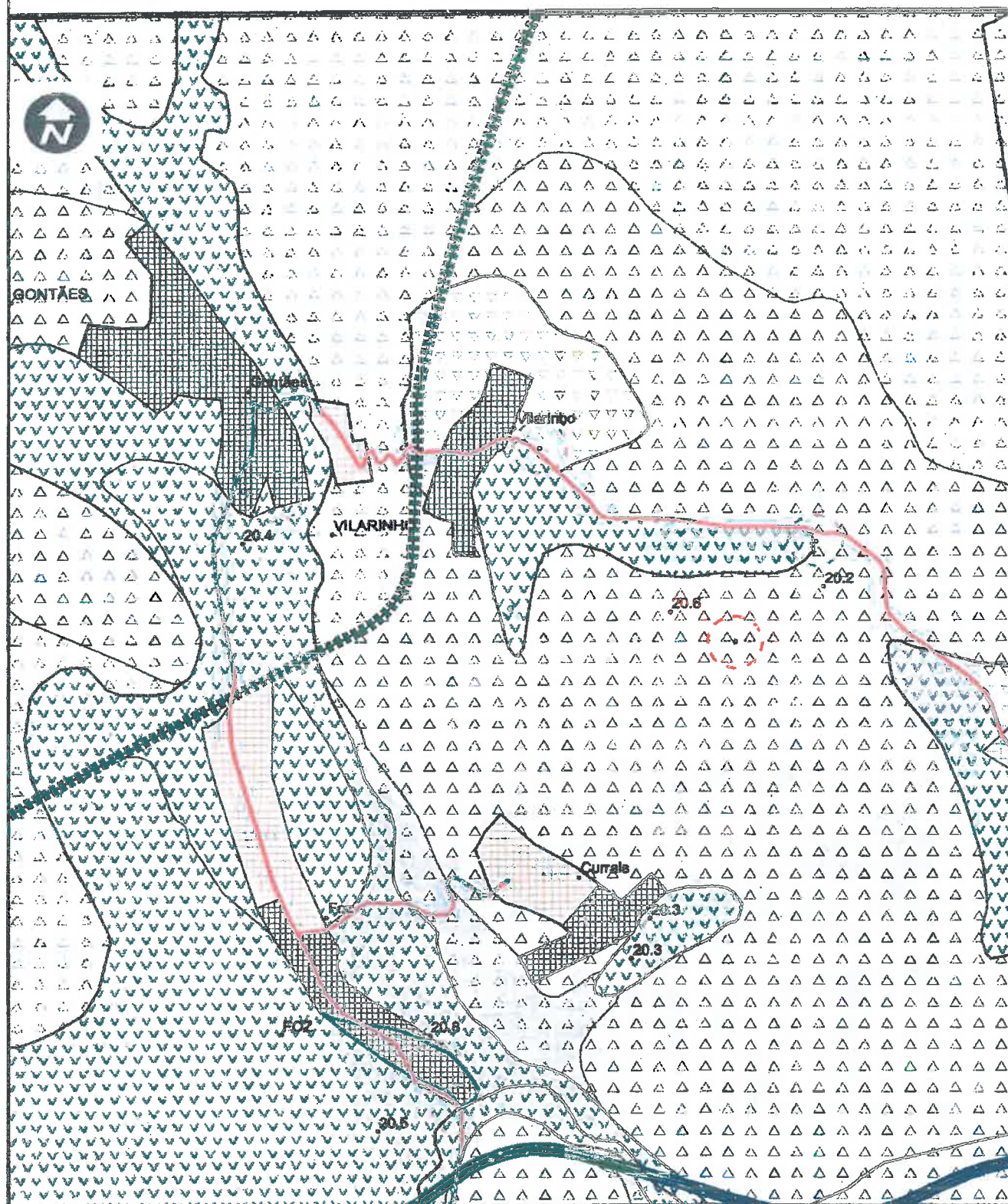
Gua: \_\_\_\_\_

Obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erróneas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



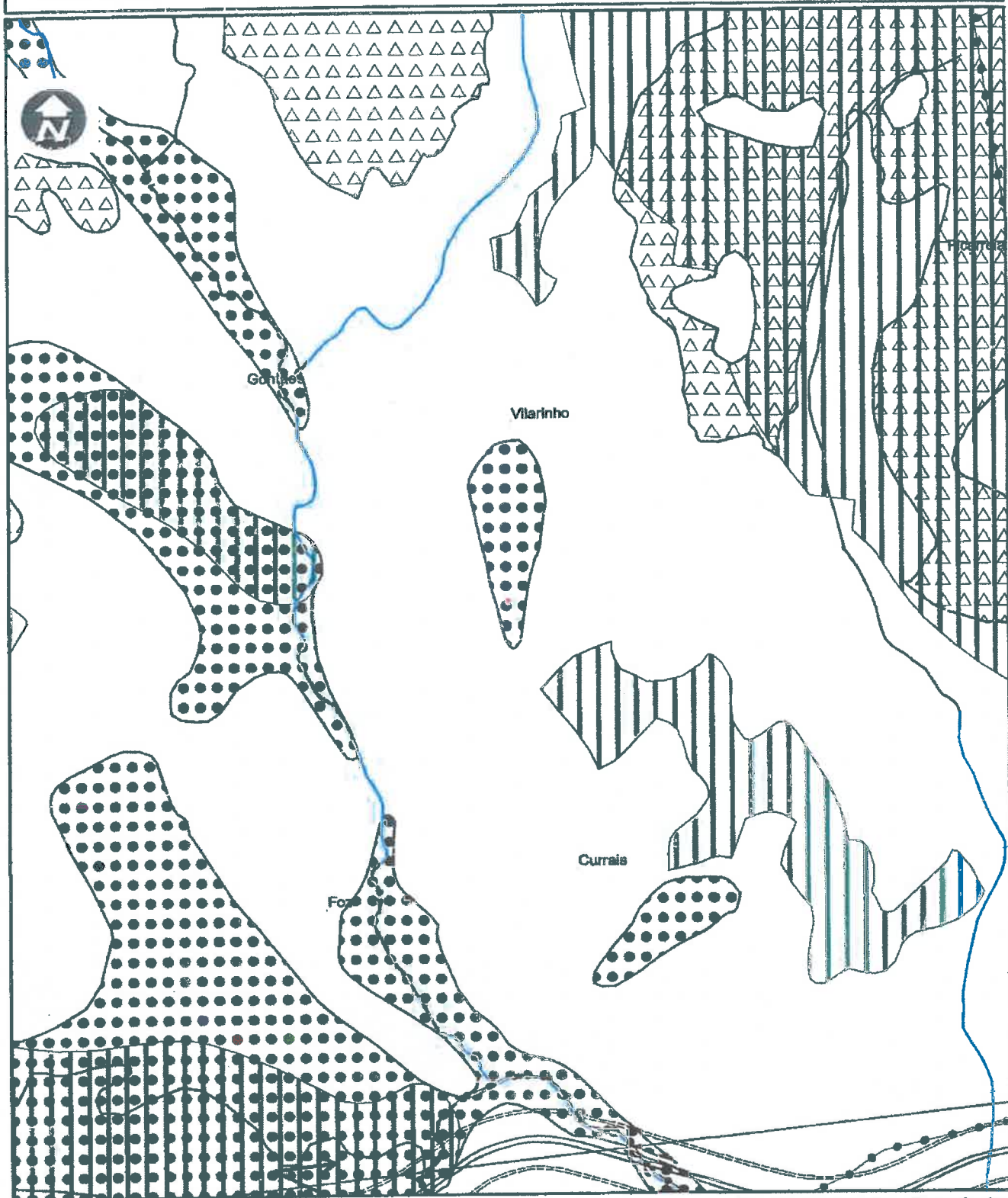
Divisão de Cadastro e Informação Geográfica













[illegible]



**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Cabeça de casal da herança de Amadeu António Alves Domingues – Requerente: Florinda de Moura Maio. MORADA: Travessa da Tojeira da Lapa, n.º 21, Pena. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 382/17. REQUERIMENTO N.º 12716 de 24 de julho de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 62/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

O requerimento n.º 12716 de 24 de julho de 2017, apresentado na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Florinda de Moura Maio (Cabeça de casal da herança de Amadeu António Alves Domingues), refere-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada na Pena, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número NIF e BI / CC;





- Memória descritiva com as condições da exploração e do estábulo;
- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2254797179022;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:1.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária, no enquadramento com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), localiza-se em Solo Rural, espaço Florestal, embora adjacente ao espaço Agrícola. O uso atribuído aos espaços Florestais não é compatível com a atividade pecuária, não estando estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM.

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração abrangida pela classe de perigo “médio”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração do requerente, com o número de registo de exploração 1103821 de classe 3, encontra-se atualmente em atividade, e dispõe de título ou licença válida, número PTEN9M0.

O produtor possui uma exploração pecuária de classe 3 que funciona em regime extensivo para produção de carne da raça bovina, da espécie Maronesa. Possui ainda criação e manutenção da raça asinina. O requerente não indica o número do efetivo animal, no entanto, e em relação à espécie bovina, declara que vende um vitelo/a nascido da vaca existente na exploração. Em relação à espécie asinina, são esperados 3 partos por ano das reprodutoras que existem na exploração.

A área de terreno total afeta à exploração é de 12 hectares. Em relação ao edifício do estábulo para recolha de animais, este possui uma área de implantação de 200,00 m<sup>2</sup> e uma área de construção de 64,00 m<sup>2</sup>, constituída por 2 pisos com paredes de pedra e cobertura de telha. No primeiro piso destina-se ao abrigo dos animais quando o clima o exige e o segundo piso ao armazenamento de alimento.



A limpeza dos resíduos da exploração, nomeadamente no interior do estábulo é feita 2 vezes por ano, sendo estes utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas.

Não é fornecida informação em relação à disponibilidade de energia elétrica e água. Adicionalmente, o requerente não indica se contrata mão-de-obra mas, sendo uma exploração de classe 3, deduz-se que esta utilize apenas mão-de-obra familiar.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária é variável e depende da raça que é comercializada. Assim, o produtor auferir entre 441,0 € / 750,0 € consoante seja um vitelo ou vitela, respetivamente. Em relação às crias da espécie asinina, são vendidas com um ano de idade e geram um lucro de aproximadamente 750,0 € cada cria, lembrando que a estimativa é de comercializar 3 por ano. Para além disto, o produtor recebe ainda 2800,00 € de subsídios à exploração.

Assim, concretizando uma estimativa do total, o produtor retira aproximadamente 5490,00 € da exploração (considerando a soma dos valores mínimos apontados). Este valor evidencia a importância da exploração no contexto dos rendimentos do agregado familiar.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Sendo a atividade pecuária uma das principais ocupações do produtor, deve ser contabilizado o impacto social originado na impossibilidade de continuar a atividade, quer pela manutenção da sua ocupação, quer pelos rendimentos que desta advém, substanciais para o agregado familiar.

A exploração, no contexto das que existem no Concelho de Vila Real, relaciona-se culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones, como a raça Maronesa, e o modo de produção tradicional/caseiro.

Este tipo de prática agrícola e pecuária é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente Florinda de Moura Maio (Cabeça de casal da herança de Amadeu António Alves Domingues), para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)



# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_ Escala: 1:2000

Requerente: CABESA DE CASAL - AMADEU DOMINUES Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : PROCELO: 382/17 Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_ Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : <OBRA>

Funo : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_

Freguesia : \_\_\_\_\_

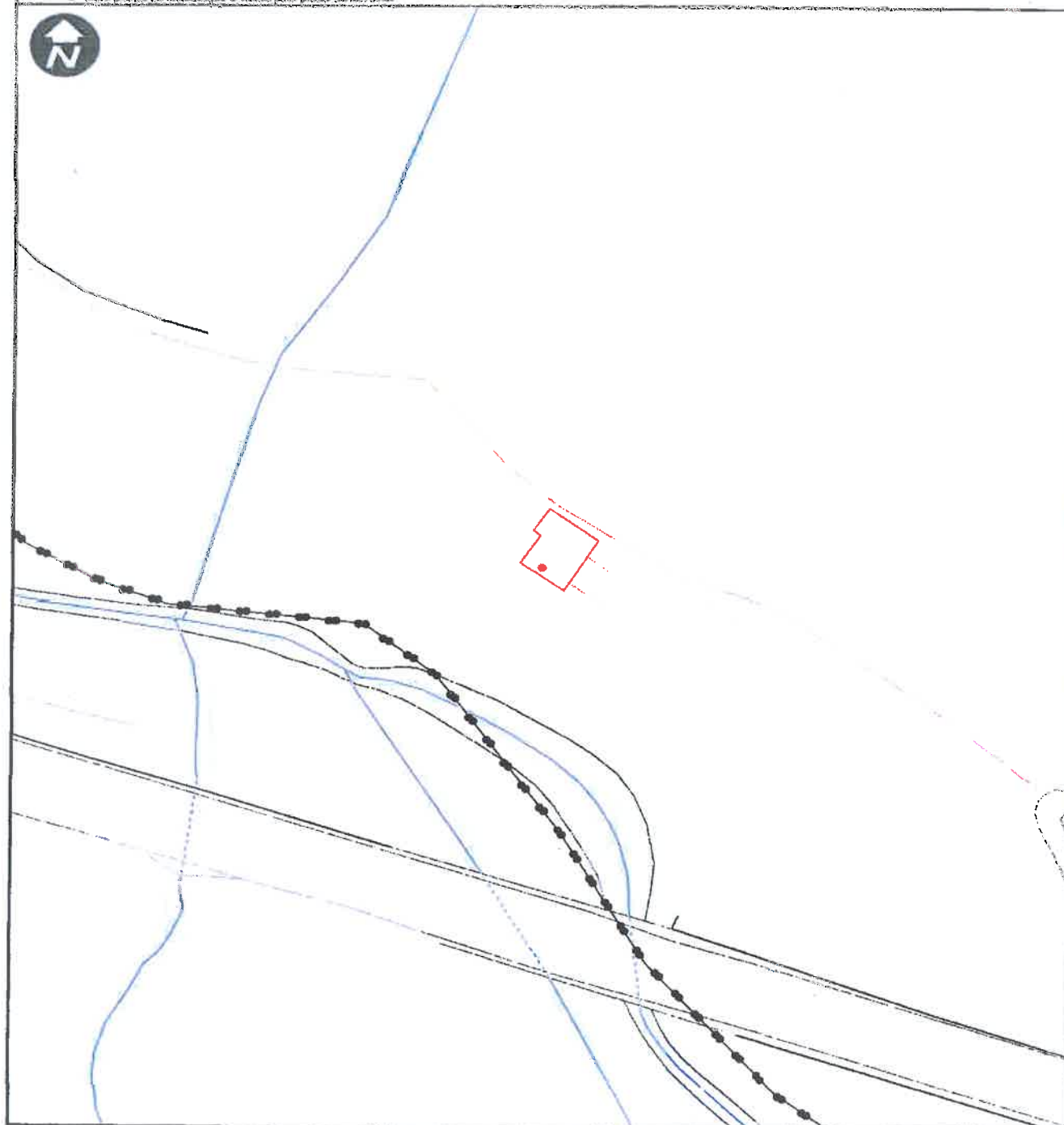
Gua : \_\_\_\_\_

Obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza

por eventuais localizações erradas;

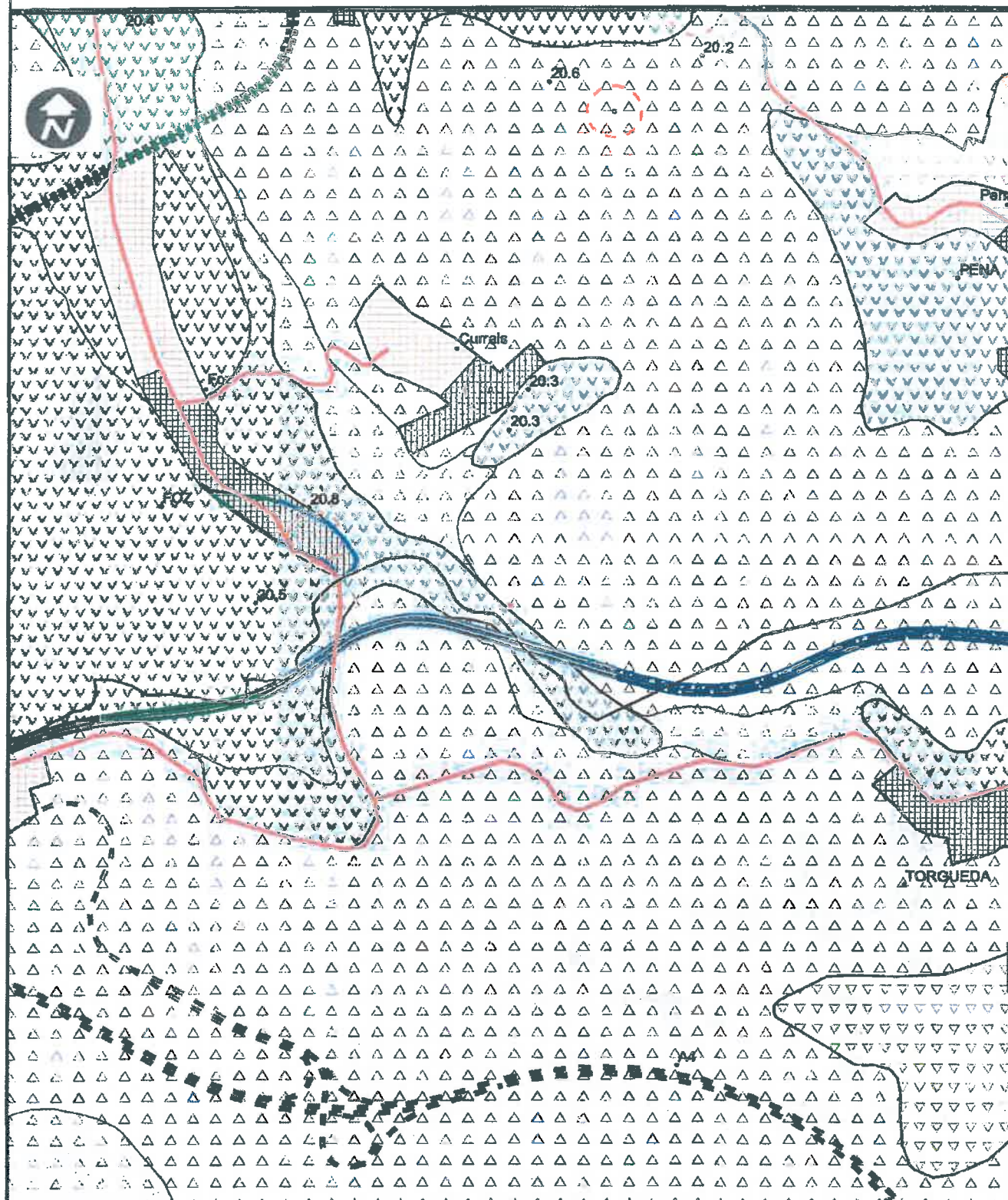
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;

3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

















**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Fernanda Costa da Silva. MORADA: Rua da Fonte Romano, n.º 12, Aveçãozinho. FREGUESIA: Campeã. PROCESSO N.º 384/17. REQUERIMENTO N.º 12727 de 25 de julho de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 63/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

O requerimento n.º 12727 de 25/07/2017, apresentado na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Fernanda Costa da Silva, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua exploração pecuária, localizada no lugar de Aveçãozinho, Freguesia de Campeã, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.



## **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;
- Memória descritiva com a descrição da atividade;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Levantamento topográfico e Área de Implantação do edifício do estábulo à escala 1:250;
- Cópia de comprovativo de IRS do ano 2015 e 2016;

## **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A área da parcela relativa à atividade pecuária identificada localiza-se, na planta de Ordenamento do PDM, em solo urbano, áreas predominantemente habitacionais com dominância de habitação unifamiliar do tipo HU2. Neste contexto, a atividade pecuária é incompatível com o uso dominante, o habitacional, não cumprindo com o estabelecido no n.º 3 do 29.º artigo do Regulamento do PDM.

## **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração pecuária, com o número de registo de exploração 7068138, é de classe 3 e encontra-se atualmente em atividade. Funciona em regime semiextensivo para a produção de carne da espécie bovina e, ao nível agrícola, de hortícolas. Não indica qual o número de efetivo animal que possui.

O estábulo localiza-se numa parcela com uma área 9.200 m<sup>2</sup>, sendo que no total, contabilizando terrenos agrícolas e agroflorestais, o detentor usufrui de uma área de 8 hectares. O edifício





possui uma área de implantação total é de 196,336 m<sup>2</sup> (aproximadamente 200,0 m<sup>2</sup>), sendo a construção em bloco e betão e cobertura em madeira revestida com chapas metálicas / lusalite.

Os resíduos da exploração são utilizados como fertilizantes nos terrenos agrícolas, segundo as boas práticas tradicionais da região.

O requerente não contrata mão-de-obra, uma vez que recorre a mão-de-obra do agregado familiar, estando 2 trabalhadores a tempo inteiro na exploração e 1 a tempo parcial.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Da exploração pecuária, o produtor obteve um rendimento aproximado de 9.500,0 € em 2015 e 10.280,0 € no ano de 2016 que resultam da venda dos produtos da exploração e de subsídios à exploração. Este rendimento é essencial ao produtor uma vez que representa a maioria dos rendimentos do agregado familiar constituído por 3 pessoas.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

O produtor executa a grande maioria da mão-de-obra necessária à atividade pecuária, contando com a ajuda do restante agregado familiar. Por ser uma das principais atividades do requerente e outro elemento do seu agregado, é importante considerar o impacto gerado em 2 trabalhadores, dada na impossibilidade de continuar com esta atividade. É importante referir que existe a perspetiva da exploração ser assumida pelos filhos do proprietário.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.

Convém ainda referir que esta atividade se relaciona culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente Fernanda Costa da Silva, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade pecuária, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018

A Comissão,

Susana A. C. Gomes

(Susana Gomes, SPM)

Filipe José Martins Machado

(Filipe Machado, DAF)

António Faria

(António Faria, GMVM)

Fátima Alexandra Canelas Lucas

(Fátima Lucas, GPCDF)

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: FERNANDA SILVA

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : PROJETO: 384/17

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.





Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : <OBRA>

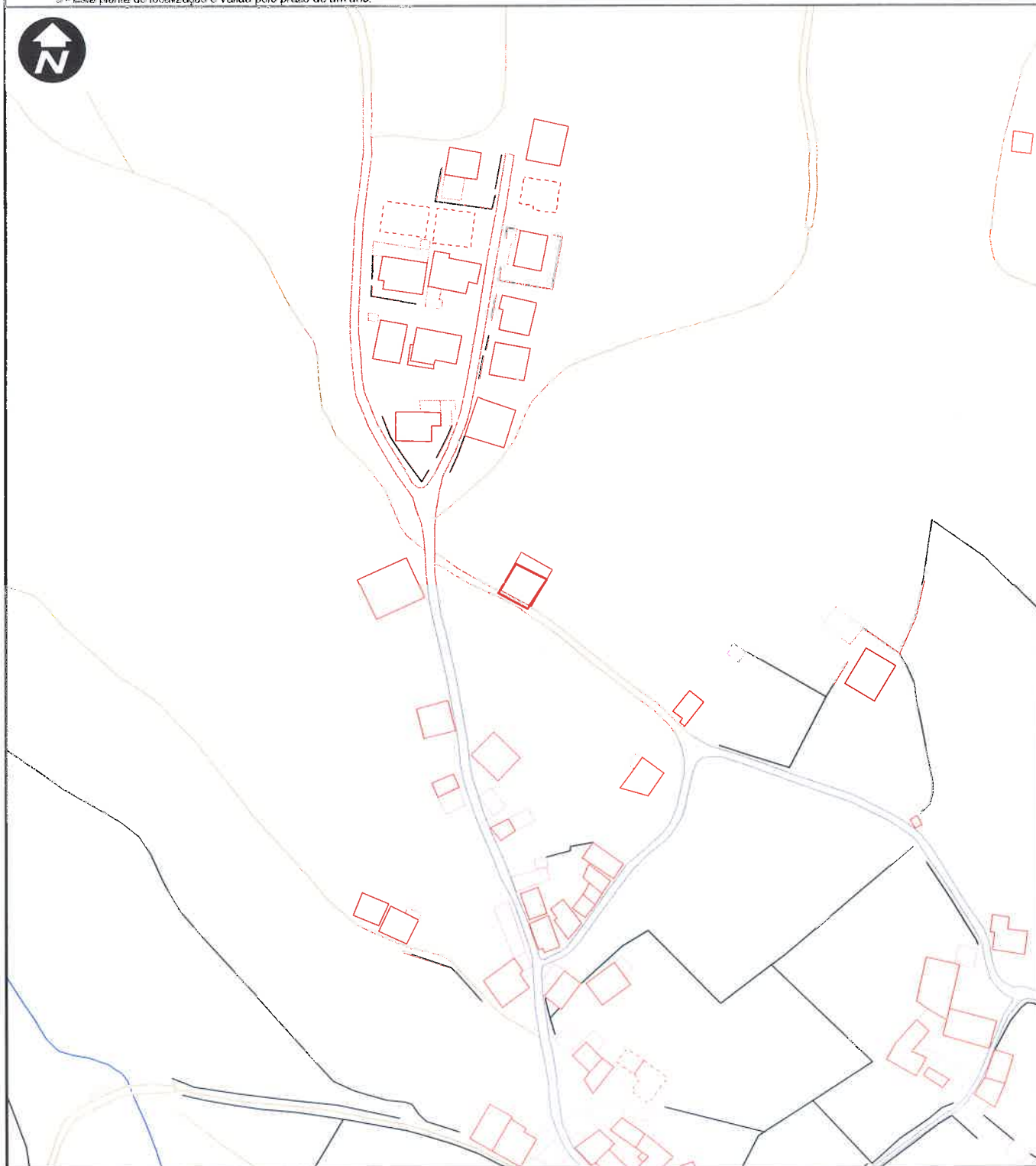
Func : \_\_\_\_\_

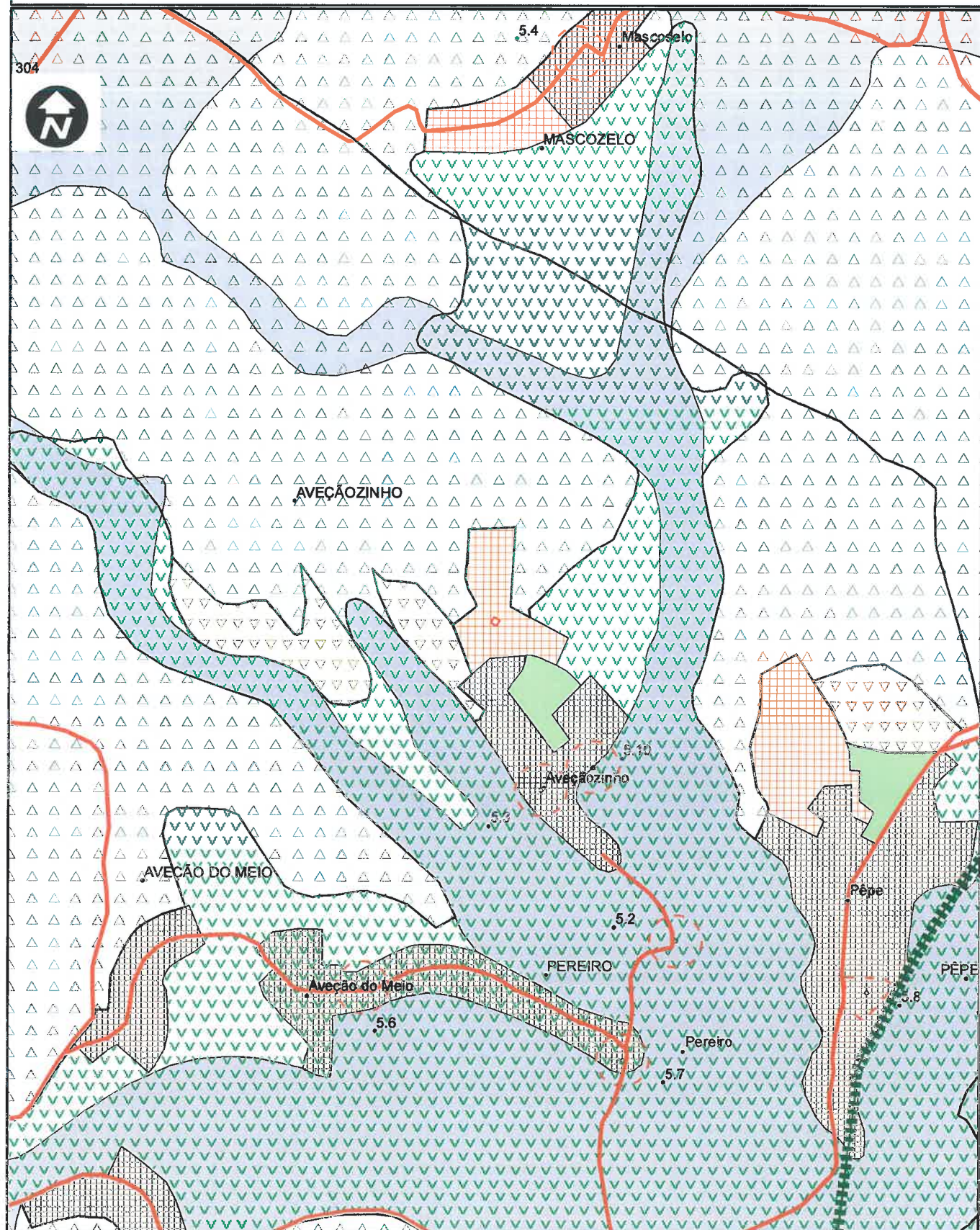
Lugar : \_\_\_\_\_

Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.









LIMITE DO CONCELHO ( CAOP 2008 )  
LIMITE DA CIDADE ( LUPG 22 )  
UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

#### SOLO RURAL:

- ESPAÇOS AGRÍCOLAS
- ESPAÇOS FLORESTAIS
- ESPAÇOS AGRO-FLORESTAIS
- ESPAÇOS NATURAIS
- ESPAÇOS CULTURAIS
- SANTUÁRIO DE PANÓIAS
- ÁREAS DE VORAGEM RELIGIOSA

#### ESPAÇOS DE EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS ESPECIAIS

- A - Edifícios / A1 - Equipamento complementar do centro urbano
- B - Estação de tratamento da resíduos sólidos
- C - Centro de lazer

#### SOLO URBANO:

##### SOLOS URBANIZADOS:

- ÁREAS PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS
- ÁREAS DE INTERESSE PATRIMONIAL
- ÁREAS CONSOLIDADAS COM DOMINÂNCIA DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
- TIPO HU 1
- TIPO HU 2
- ÁREAS CONSOLIDADAS COM DOMINÂNCIA DE HABITAÇÃO COLECTIVA
- TIPO RC 1
- TIPO RC 2

##### ÁREAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS:

##### ÁREAS DE EQUIPAMENTO ESTRUTURANTE:

##### ÁREAS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS:

##### ÁREAS DE AMBIENTE NATURAL:

##### ÁREAS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA:

##### ÁREAS VERDES DE PROTECÇÃO E SALVAGUARDA:

##### ÁREAS VERDES DE ENQUADRAMENTO:

##### ÁREAS VERDES MISTAS:

##### SOLOS DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA:

##### ÁREAS DE EXPANSÃO PREDOMINANTEMENTE HABITACIONAIS:

##### ÁREAS DE EQUIPAMENTO ESTRUTURANTE PROPOSTO:

##### ÁREAS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS PROPOSTAS:

##### ESTRUTURA ECOLÓGICA URBANA:

##### ÁREAS DE AMBIENTE NATURAL:

##### ÁREAS VERDES E DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA:

##### ÁREAS VERDES DE PROTECÇÃO E SALVAGUARDA:

##### ÁREAS VERDES DE ENQUADRAMENTO:

##### ÁREAS VERDES MISTAS:

#### SOLO URBANO E RURAL:

##### REDE RODoviÁRIA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:

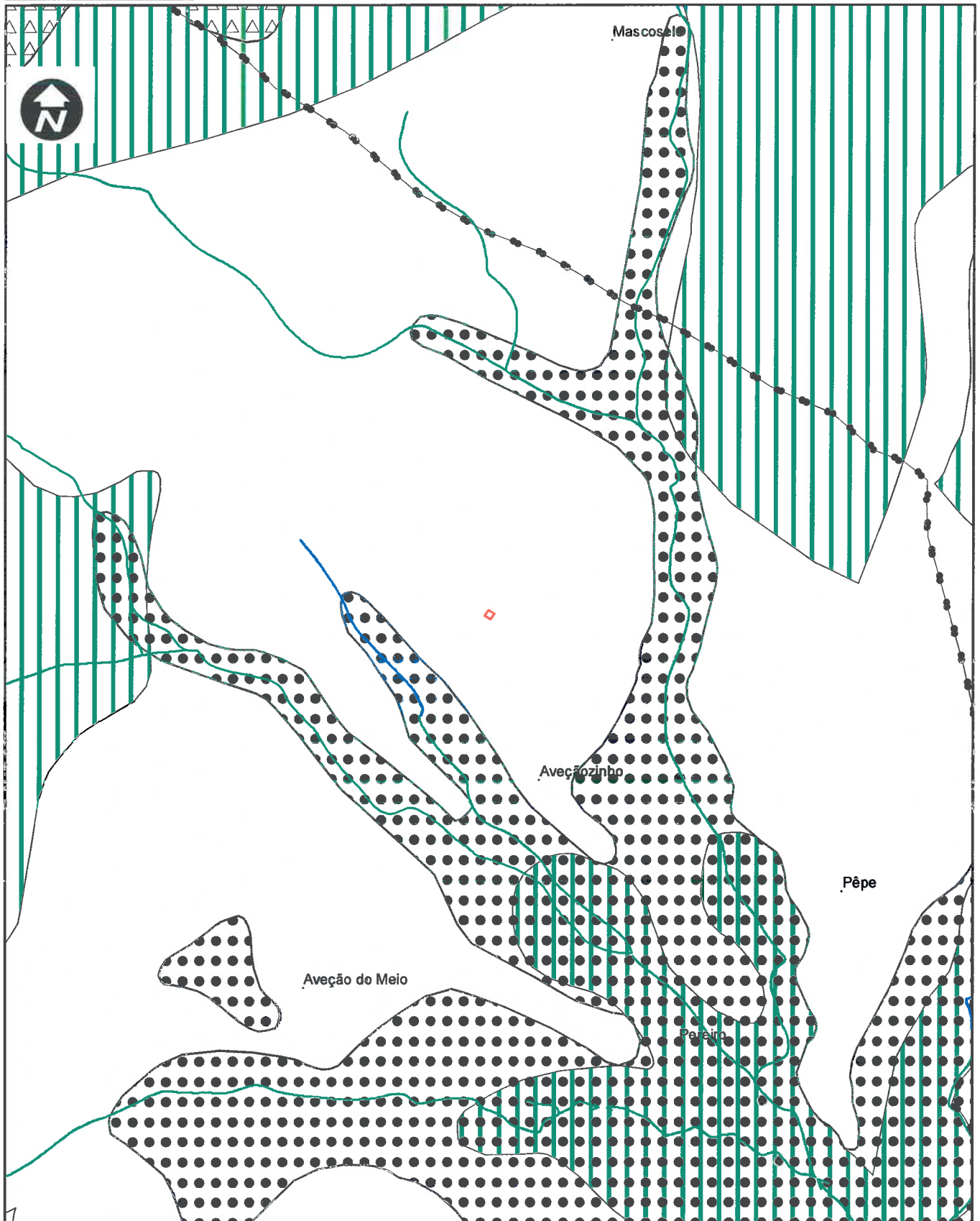
##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

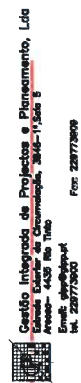
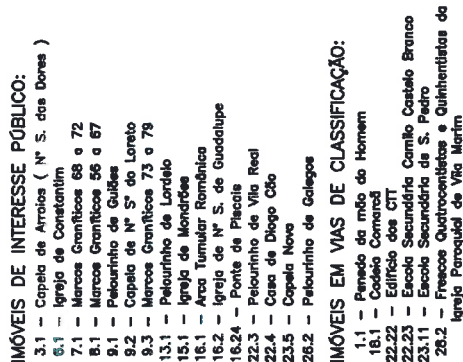
##### REDE PERIFÉRICA:

##### REDE URBANA DA CIDADE DE VILA REAL:

##### REDE PERIFÉRICA:









**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: José Martins da Silva. MORADA: Travessa da Rua, n.º 16, Muas. FREGUESIA: Vila Marim. PROCESSO N.º 386/17. REQUERIMENTO N.º 12749 de 24 de julho de 2017, N.º 14821 de 29 de agosto de 2017 e N.º 384 de 9 de janeiro de 2018. PROPOSTA PARECER N.º 64/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.





O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12749 de 24 de julho de 2017, n.º 14821 de 29 de agosto de 2017 e n.º 384 de 9 de janeiro de 2018, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente José Martins da Silva, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada no lugar de Muas, Freguesia de Vila Marim, por se encontrar em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;



- Descrição das condições da exploração e estábulo;
- Cópia do Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar com a localização atual do estábulo n.º 2294843996003;
- Cópia do Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar com a **nova localização** do estábulo n.º 2294843451001;
- Extrato da Planta Ortográfica com nova localização do estábulo, à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta Cartográfica com nova localização do estábulo, à escala 1:1.000;
- Extrato da Carta de Ordenamento com nova localização do estábulo, à escala 1:10.000;
- Extrato da Carta de Condicionantes com nova localização do estábulo, à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária está atualmente localizada, de acordo com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), em Solo Urbano, tipologia HU1. No entanto, e segundo o que o requerente alega na memória descritiva anexa ao processo, o abrigo para os animais será transferido para uma nova localização que, de acordo com a planta de Ordenamento do PDM, se localizará em Solo Rural, espaço Florestal.

Como condicionantes, a nova localização da atividade localiza-se em Estrutura Ecológica Municipal em solo rural e, adicionalmente em zona de servidão do Heliporto.

Neste contexto refere-se que, ao abrigo do número 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM, a atividade pecuária não é permitida nos espaços florestais.

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando abrangida a exploração pelas classes de perigo “média e baixa”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração do requerente, com o número de registo de exploração 7091760 de classe 3, encontra-se atualmente em atividade e funciona em regime extensivo, para produção de carne da espécie bovina de raça Maronesa. Atualmente possui 6 animais da espécie bovina, sendo a



produção média anual de 6 animais. Um é para autoconsumo e 5 são vendidos à Associação de Criadores do Maronês.

Como pretende transferir o estábulo das atuais instalações para outra parcela, importa dar indicação das futuras condições da exploração, uma vez que deverão ser estas as consideradas para deliberação em Reunião de Câmara Municipal e posteriormente em Assembleia Municipal.

Assim, as novas instalações terão uma área de 60 m<sup>2</sup> enquadradas numa parcela com 0,45 hectares (segundo o Parcelário). A construção será de ferro e cobertura de chapa isolada revestida por pedra de “lousa” para uma melhor integração na paisagem. Alegam que o local se encontra descrito como zona de pastagem, sendo por isso utilizado como zona agrícola há mais de 50 anos. A área total afeta à exploração é cerca de 8 hectares.

Os resíduos da exploração e efluentes pecuários são utilizados como fertilizantes nos terrenos afetos ao produtor, numa área total com cerca de 8 hectares, como referido anteriormente.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores afetos à exploração, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário com a ajuda dos familiares.

Como nota final importa referir que, com a transição da exploração, irá ocorrer o aumento da produção, esperando aumentar para 15 animais por ano, valorizados através da Produção em Modo Biológico. O título da exploração será transferido para o filho do produtor que, emigrado, pretende regressar à aldeia apenas e se a nova localização da exploração for aprovada.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Atualmente, o produtor obtém um rendimento médio anual de 2.205,00€ com a venda dos animais e cerca de 3.700,00€ de subsídios afetos à exploração. Assim, no total, o rendimento médio anual da exploração é de 5.905,00€. Apesar desta indicação dada pelo requerente na memória descritiva, consultando o IRS de 2015 e 2016 verifica-se que o rendimento da exploração é bastante superior e na ordem dos 9.000,00€ a 10.000,00€ anuais. Admite-se assim que o rendimento da exploração é bastante significativo, sendo o único rendimento do agregado familiar.





### 3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL

Sendo a atividade pecuária uma das principais ocupações do produtor e restante agregado familiar, é importante considerar o impacto que a falta desta atividade teria na vida do produtor.

Considerando a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural. Convém ainda referir que esta atividade se relaciona culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.

Relembra-se que, à importância já referida da exploração, acresce o facto de o filho do produtor, emigrado, pretende regressar à aldeia e dar continuidade à exploração do pai.

### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido do requerente José Martins da Silva, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)

Pareda Nova

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: JOSE MARTINS DA SILVA

Data: \_\_\_\_\_

Natureza da Obra: PROCEMO: 386/17

Func: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

Guia: \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

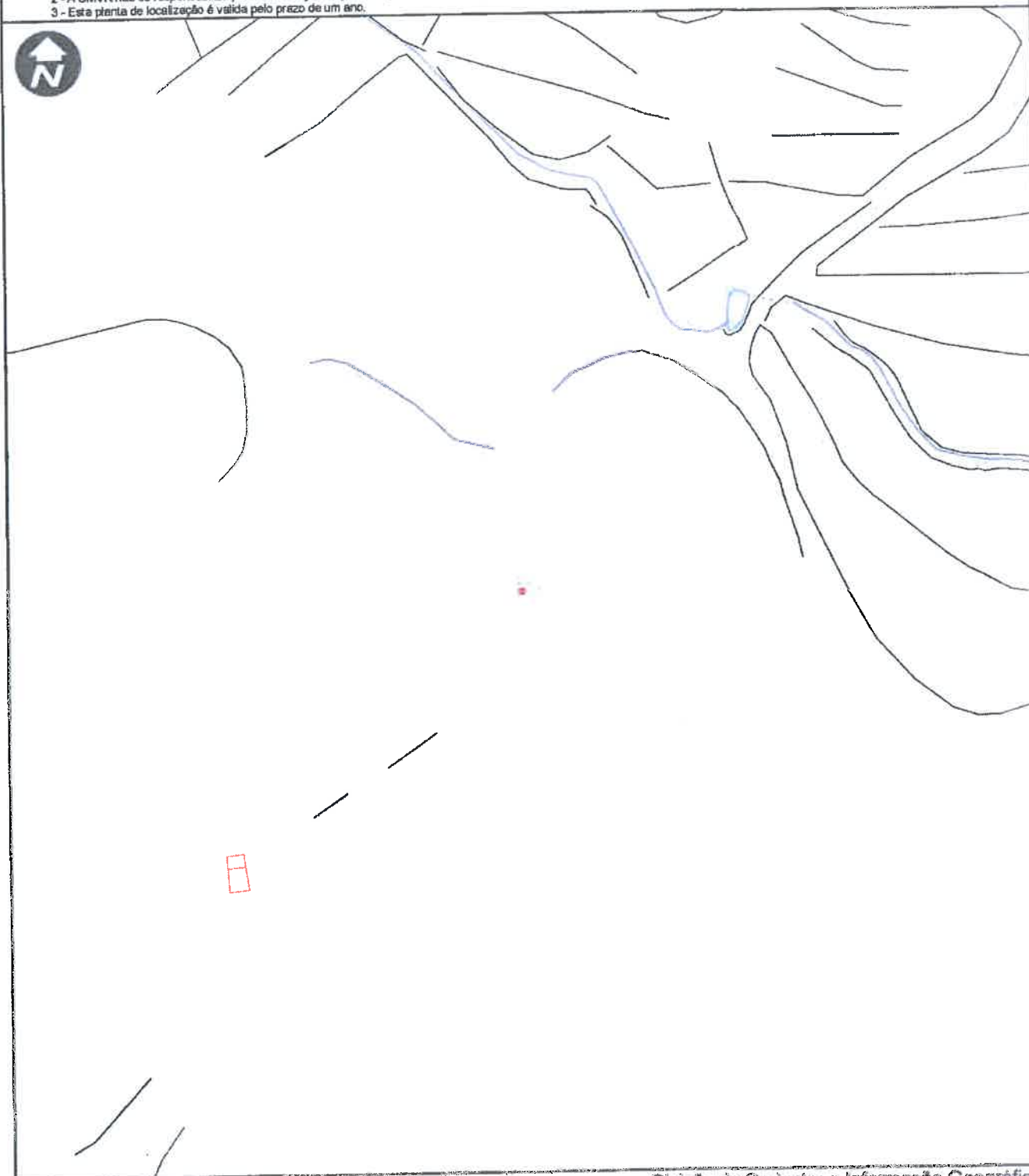
Natureza da Obra : <OBRA>

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica



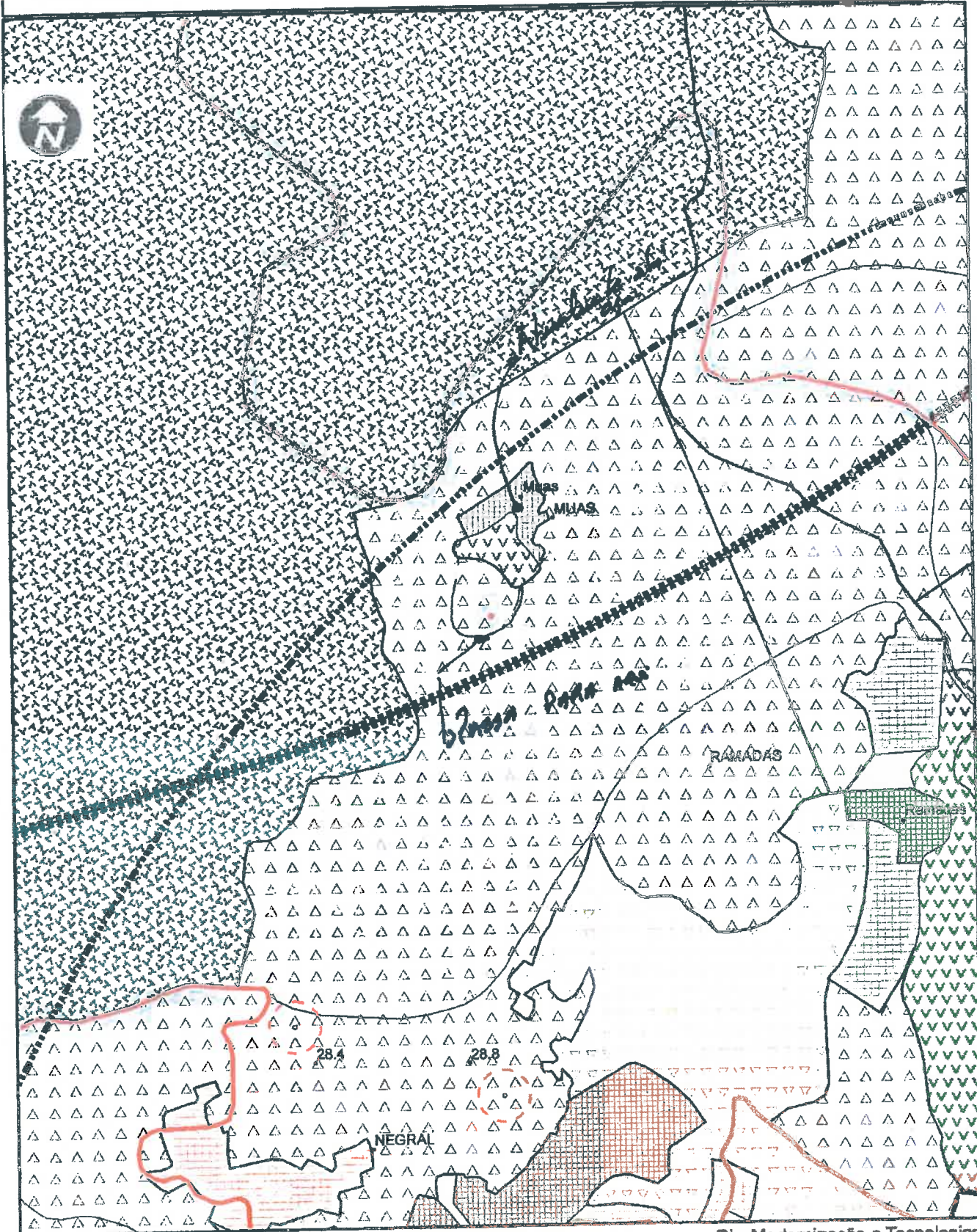
Parcela 101a



# Câmara Municipal de Vila Real

CARTA DE ORDENAMENTO DO PDM

Escala: 1:10000



Div. Modernização e Tecnologias





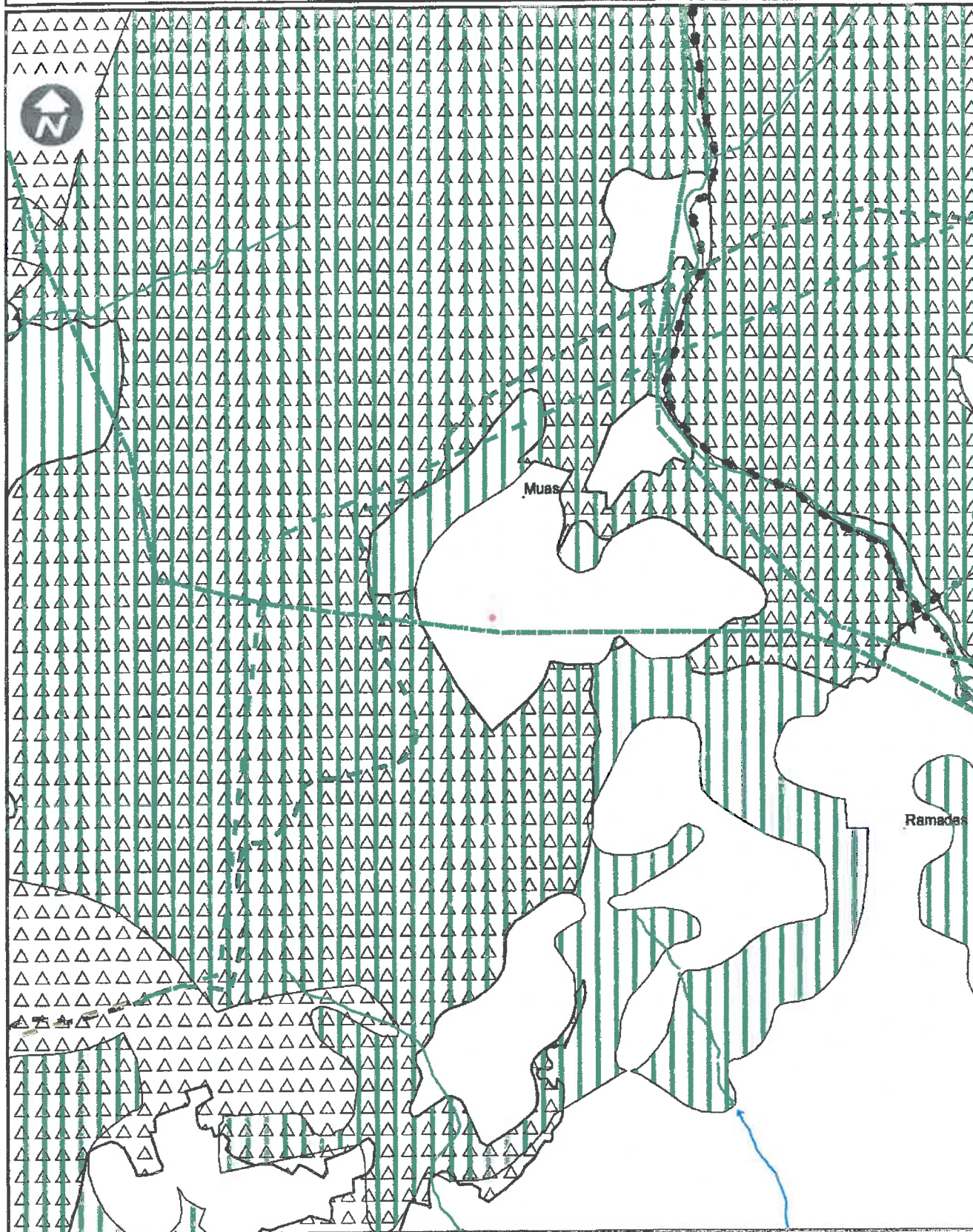
Parcela Nova



# Câmara Municipal de Vila Real

CARTA DE CONDICIONANTES DO PDM

Escala: 1:10000



Div. Modernização e Tecnologias







**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Gracinda Maria Maio Ferreira. MORADA: Rua Nossa Sra. Conceição, n.º 2132, Currais, São Miguel. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 387/17. REQUERIMENTO N.º 12750 de 24 de julho de 2017 e N.º 14932 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 65/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12750 de 24 de julho de 2017 e n.º 14932 de 31 de agosto de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Gracinda Maria Maio Ferreira, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da exploração pecuária, localizada no lugar do Triguinho, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Número NIF e BI / CC;





- Memória descritiva com as condições da exploração e do estábulo;
- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2254804005015;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:1.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Comprovativo de entrega de declaração de IRS do ano de 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária, no enquadramento com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), localiza-se em Solo Rural, espaço Florestal, embora adjacente ao espaço Agrícola. O uso atribuído aos espaços Florestais não é compatível com a atividade pecuária, não estando estabelecido no n.º 3 do artigo 29.º do regulamento do PDM.

Adicionalmente, foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, não estando o edifício da exploração abrangido por qualquer classe de perigo.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração da requerente, com o número de registo de exploração 1107582 de classe 3, encontra-se atualmente em atividade, e dispõe de título ou licença válida, número PTENP04.

O produtor possui uma exploração pecuária de classe 3 que funciona em regime extensivo para produção de carne da raça bovina, da espécie Maronesa. Possui ainda criação e manutenção da espécie asinina da raça Mirandesa.

O requerente não indica o número do efetivo animal, no entanto, e em relação à espécie bovina, declara que vende dois vitelos/as, nascidos das duas vacas existentes na exploração. Em relação à espécie asinina, é esperado 1 parto por ano.

A área de terreno total afeta à exploração é de 4 hectares. Em relação ao edifício do estábulo para recolha de animais, este possui uma área de 54,00 m<sup>2</sup> e encontra-se numa parcela com 3.800,0 m<sup>2</sup>. O edifício é constituído por 2 pisos com paredes de bloco e betão e a cobertura de



telha. O primeiro piso destina-se ao abrigo dos animais quando o clima o exige e o segundo piso ao armazenamento de alimento.

A limpeza dos resíduos da exploração, nomeadamente no interior do estábulo é feita 2 vezes por ano, sendo estes utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas.

Não é fornecida informação em relação à disponibilidade de energia elétrica e água. Adicionalmente, o requerente não indica se contrata mão-de-obra mas, sendo uma exploração de classe 3, deduz-se que esta utilize apenas mão-de-obra familiar.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária é variável e depende da raça que é comercializada. Assim, o produtor auferir entre 441,0 € / 750,0 € por cada animal, consoante seja um vitelo ou vitela, respetivamente. Em relação à cria da espécie asinina, a sua venda gera um lucro de aproximadamente 750,0 €. Para além disto, o produtor recebe ainda 1.500,00 € de subsídios à exploração, o que no total, representa um rendimento médio anual de 3.132,00 € da exploração (considerando os valores mínimos apontados).

Na consulta do IRS do requerente verificou-se que entre vendas e subsídios à exploração o produtor teve um rendimento de 2.103,0 € em 2015 e 1.706,0 € em 2016. Os valores indicados evidenciam a importância da exploração no contexto dos rendimentos do agregado familiar.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Sendo a atividade pecuária uma das principais ocupações do produtor, deve ser contabilizado o impacto social originado na impossibilidade de continuar a atividade, quer pela manutenção da sua ocupação, quer pelos rendimentos que desta advém, substanciais para o agregado familiar.

Tendo em conta a realidade dos espaços rurais em permanente decadência e abandono, no Concelho de Vila Real a atividade pecuária e agrícola é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas, diminuindo o êxodo rural.

Convém ainda referir que esta atividade se relaciona culturalmente com a importância de manter uma atividade, neste caso a pecuária, com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção tradicional/caseira.







#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente Gracinda Maria Maio Ferreira, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

Susana A. C. Gomes

(Susana Gomes, SPM)

Filipe José Machado

(Filipe Machado, DAF)

António Faria

(António Faria, GMVM)

Fátima Alexandra Cavelas Lucas

(Fátima Lucas, GPCDF)

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: *GRACINDA FERREIRA*

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : *PROCEHD: 387/17*

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data : \_\_\_\_\_

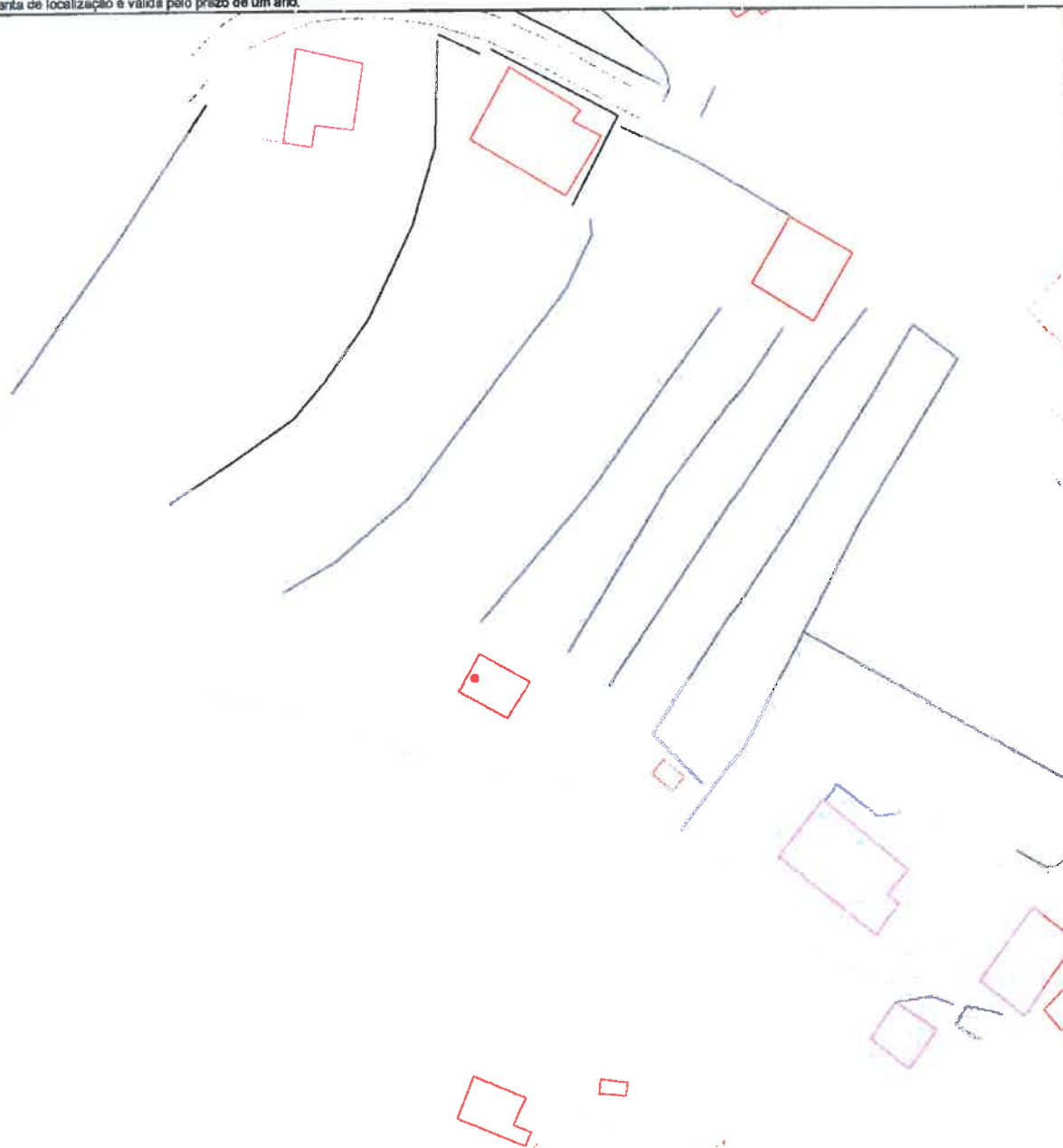
Natureza da Obra : <OBRA>

Func : \_\_\_\_\_

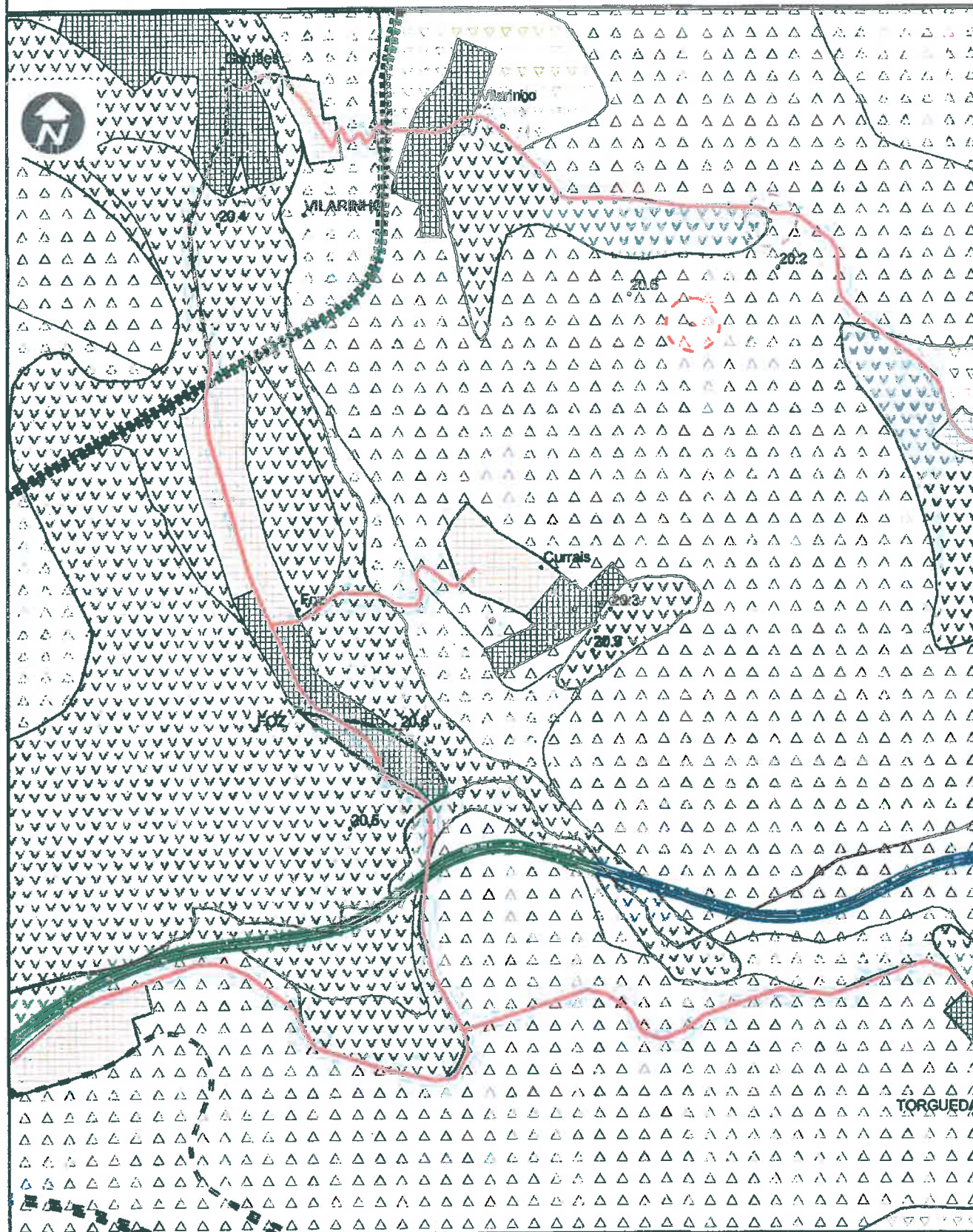
Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.

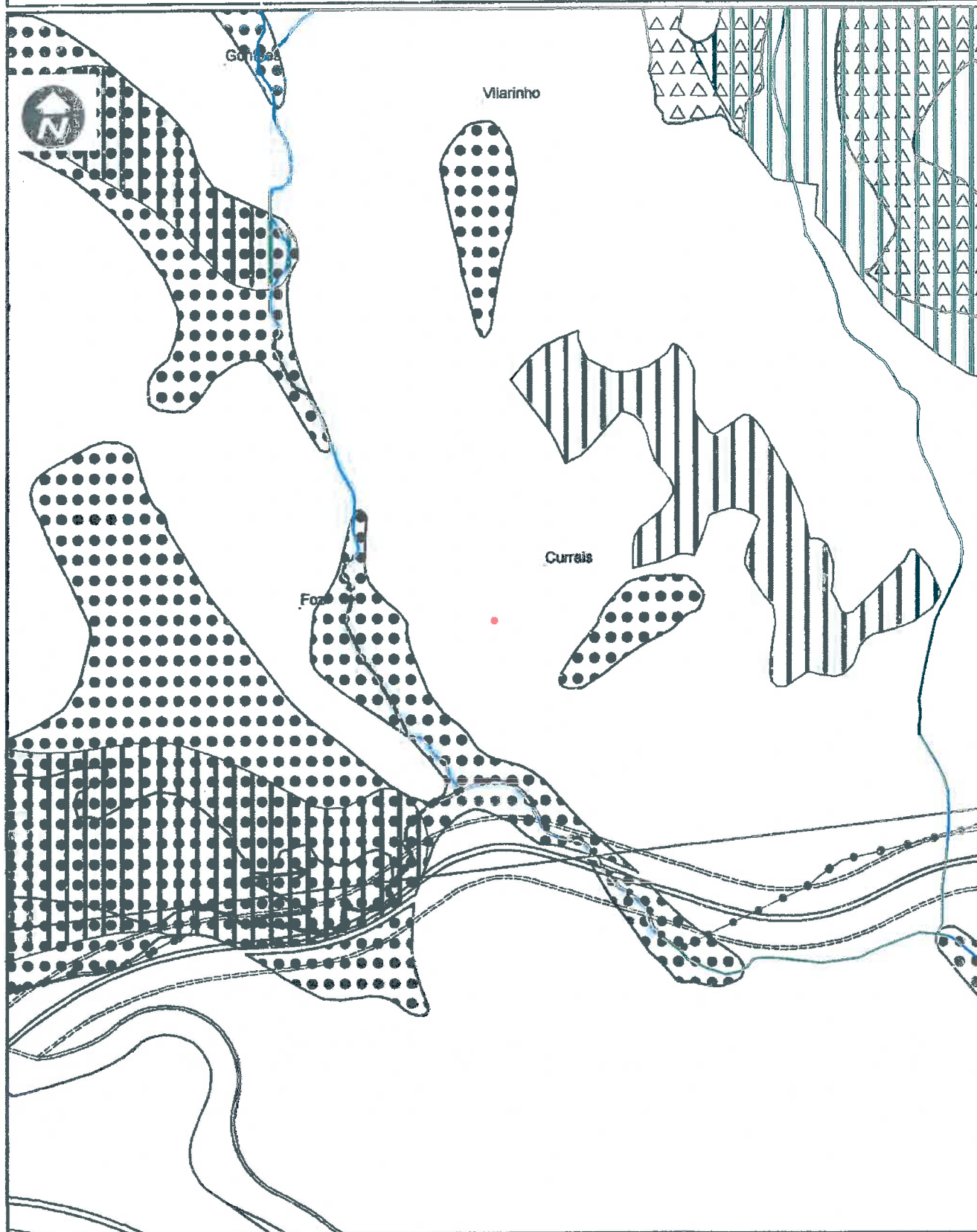




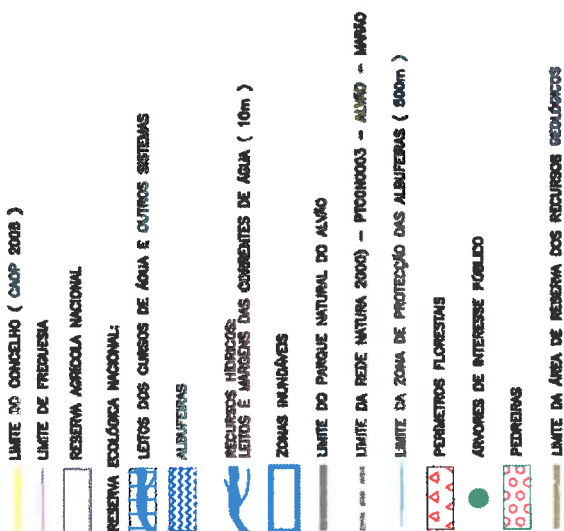












**PATRIMÔNIO CULTURAL:**  
IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VMS DE CLASSIFICAÇÃO:

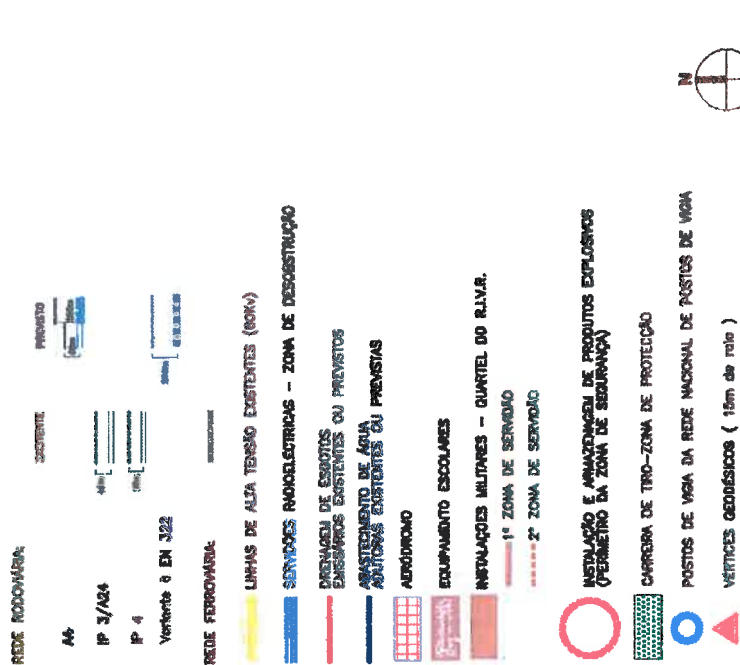


## IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO:

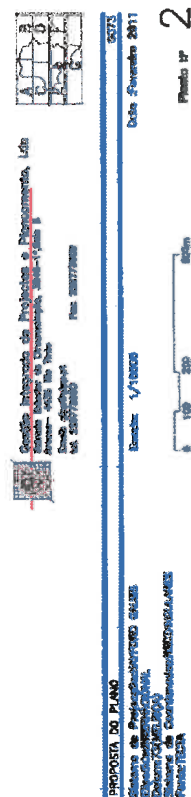
- [illegible]

#### IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO:

- 1,1 - Presado do mto de Hamann  
18,1 - Cozinha Comend  
22,22 - Edifício dos GTT  
22,23 - Escola Secundária Conde Oualdo Branco  
23,11 - Escola Secundária de S. Pedro  
29,2 - Freixo Quatrocentistas e Quinhentistas de  
Igreja Paróquia de Vias Martin



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL  
PLANTA DE CONDICIONANTES





**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Maria Agostinha Novais Maletto. MORADA: Rua de Santo António, n.º 24, Pepe. FREGUESIA: Pena, Vila Cova e Quintã. PROCESSO N.º 388/17. REQUERIMENTO N.º 12751 de 24 de julho de 2017 e N.º 14930 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 66/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal da regularização na atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12751 de 24 de julho de 2017 e n.º 14930 de 31 de agosto de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Maria Agostinha Novais Maleto, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua atividade, localizada em Pepe, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;





- Memória Descritiva com a descrição da exploração e condições do estábulo;
- Documento Ortofotográfico do Sistema de Informação Parcelar n.º 2224813660010;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica, à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:1.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento do PDM à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes do PDM à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de entrega de declaração de IRS relativa ao ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A atividade pecuária localiza-se, de acordo com a planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), em Solo Rural, espaço Agrícola.

Em relação ao espaço Agrícola, em que o uso dominante é o Agrícola, a atividade pecuária é compatível, no entanto, não cumpre o disposto no n.º 3 do artigo 29.º do PDM, que determina o afastamento de 200 metros das instalações pecuárias em relação aos aglomerados urbanos ou edificações legalizadas.

Adicionalmente foi consultada a planta de perigosidade de incêndio, estando a exploração localizada na classe de perigo “baixo e muito baixo”.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração, com o número de registo de exploração 7068184 de classe 3, encontra-se em atividade, com título ou licença número PTEN671.

Esta exploração refere-se à atividade pecuária e tem como objetivo a produção da espécie bovina e raça Maronesa em regime extensivo. Não indica na memória descritiva qual o efetivo que possui, no entanto refere que são vendidos 3 animais por ano das 3 vacas que pertencem à exploração.

A exploração do requerente é constituída por 10 hectares de área de baldio e pastoreio. O edifício do estábulo encontra-se numa parcela com área de 3.600,0 m<sup>2</sup>, é constituído por bloco e betão e placa de ferro na cobertura. A Área de implantação do edifício é de 80,75 m<sup>2</sup>.



A limpeza dos resíduos da exploração, nomeadamente no interior do estábulo é feita 2 vezes por ano, sendo estes utilizados para valorização agrícola dos terrenos da exploração e manuseados e incorporados no solo de acordo com as boas práticas agrícolas.

Não é fornecida informação em relação à disponibilidade de energia elétrica e água. Adicionalmente, o requerente não indica se contrata mão-de-obra mas, sendo uma exploração de classe 3, deduz-se que esta utilize apenas mão-de-obra familiar.

O requerente não contrata mão-de-obra nem possui trabalhadores afetos à exploração, sendo todo o trabalho desenvolvido pelo proprietário e mão-de-obra familiar.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

O rendimento da exploração pecuária é variável e depende do género, se fêmea ou macho. Assim, o produtor auferir entre 550,0 € e os 750,0 € por cria, consoante seja um vitelo ou vitela, respetivamente. Para além disto, o produtor recebe ainda e aproximadamente, 1.800,00 € de subsídios à exploração.

Assim, concretizando uma estimativa do total, o produtor pode retirar cerca de 3.450,00 € da exploração (considerando a soma dos valores mínimos apontados). De acordo com o IRS, o produtor gerou 2.740,0 € de vendas e subsídios à exploração e, em 2016, obteve um rendimento de 3.760,0 € em vendas e subsídios. Este valor evidencia a importância da exploração no contexto dos rendimentos do agregado familiar.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

Ao nível social a atividade agropecuária é importante por ser a única fonte de rendimento e a única ocupação do requerente. O impacto de impossibilitar o produtor de exercer esta atividade terá grande influência na sua vida, profissional e pessoal, sendo ele o tratador dos animais, uma vez que não contrata mão-de-obra.

A exploração, no contexto das que existem no Concelho de Vila Real, relaciona-se culturalmente com a importância de manter uma atividade com tendência para o seu desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção do tipo tradicional.



Este tipo de prática agrícola e pecuária é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas nestes locais, diminuindo o êxodo rural.

#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente Maria Agostinha Novais Maleto, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)



# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2001

Requerente: MARIA AGOSTINHA MALETO

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : PROLETO: 388/17

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_ Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica

Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data: \_\_\_\_\_

Natureza da Obra: <OBRA>

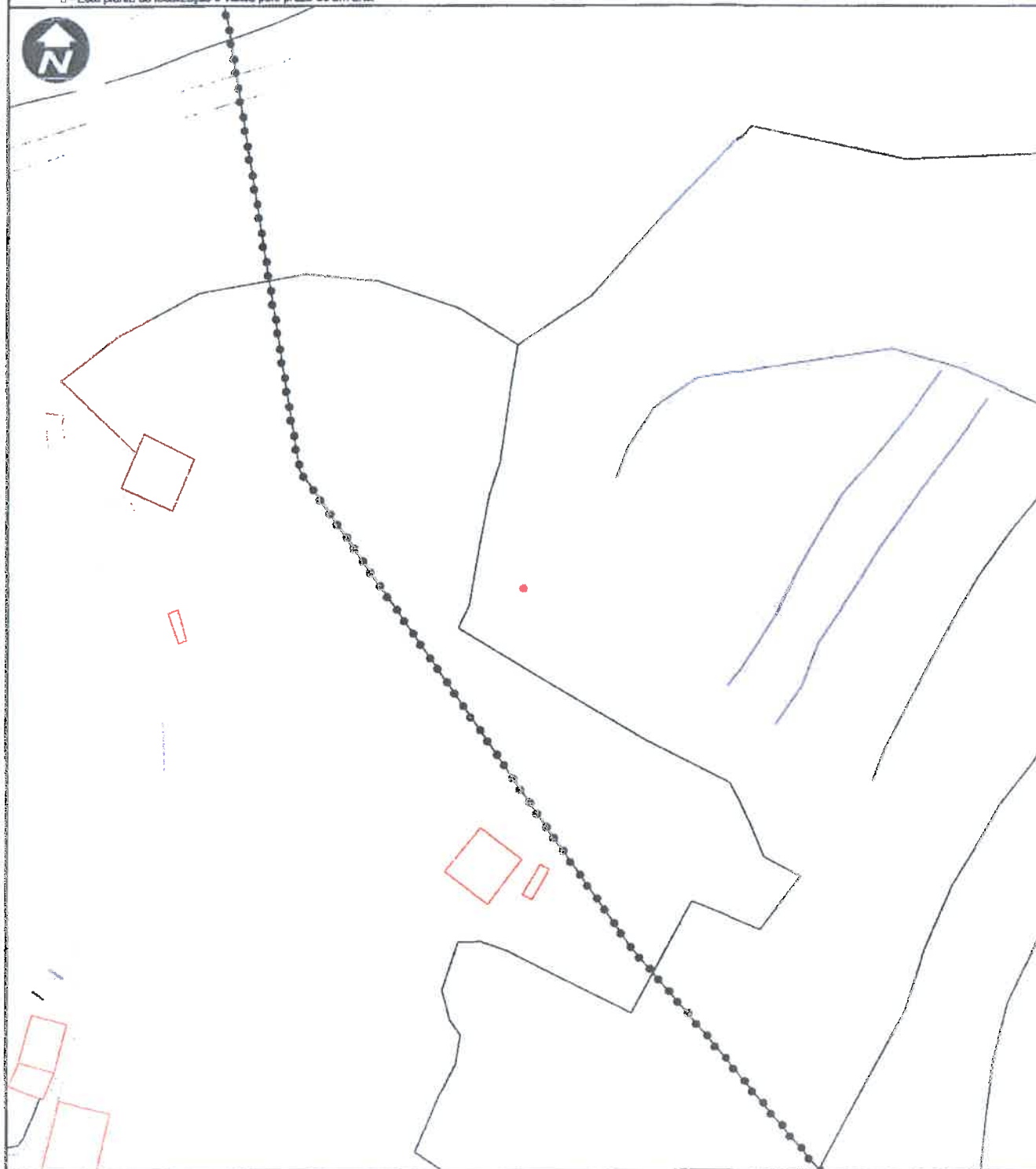
Func: \_\_\_\_\_

Lugar: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_

Guia: \_\_\_\_\_

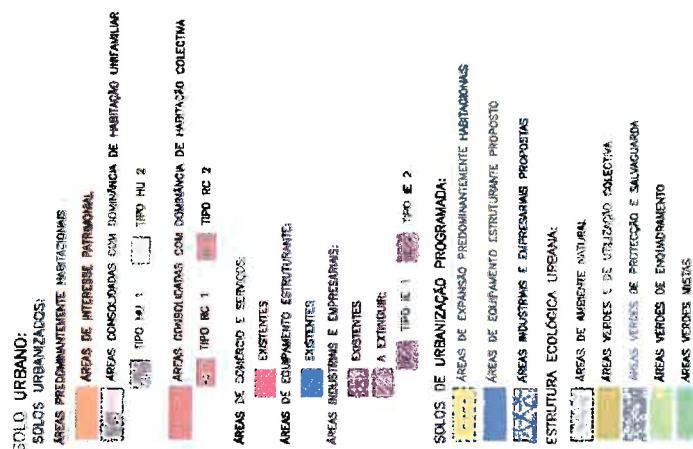
obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.











PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE VILA REAL  
PLANTA DE ORDENAMENTO-QUALIFICAÇÃO DO SOLO











**PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (RERAE), DE ACORDO COM O DECRETO-LEI N.º 165/2014 DE 5 DE NOVEMBRO, PRORROGADO PELA LEI N.º 21/2016 DE 19 DE JULHO.**

## **PARTE I – IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PEDIDO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

NOME: Maria Lisete da Costa Rodrigues. MORADA: Rua Nova n.º 44, Quintã. FREGUESIA: Pena, Quintã e Vila Cova. PROCESSO N.º 389/17. REQUERIMENTO N.º 12752 de 24 de julho de 2017 e N.º 14933 de 31 de agosto de 2017. PROPOSTA PARECER N.º 67/SPM/RERAE/2017.

### **1.2 OBJETIVO DA INFORMAÇÃO**

A presente informação refere-se ao pedido de parecer de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária. Este parecer foi formulado tendo por base o regime excecional de regularização das atividades económicas, de acordo com a alínea a) do número 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

### **1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL DA PRETENSÃO**

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime jurídico que estabelece, com carácter extraordinário, o Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), no qual, e de acordo com o n.º 3 do artigo 1.º, se incluem as atividades pecuárias, as atividades industriais, as operações de gestão de resíduos e as explorações de pedreiras, incompatíveis com os instrumentos de gestão territorial (IGT) e/ou condicionantes ao uso do solo. Adicionalmente, e de acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, este regime estabelece o alargamento da sua aplicação aos estabelecimentos e explorações que se destinem ao apoio da atividade agropecuária, da agricultura, horticultura, fruticultura, silvicultura e apicultura, designadamente armazéns, anexos e centrais de frio.



O âmbito da aplicação do presente regime excecional dirige-se, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aos estabelecimentos ou explorações que se encontrem em atividade por um período mínimo de dois anos e que, à data da apresentação do pedido se encontrem: em atividade; com atividade suspensa há menos de um ano; com atividade suspensa por um período máximo de três anos, autorizada pela DRAP, entidade licenciadora.

Recentemente, este âmbito foi alargado às atividades que, conforme estabelecido no artigo 2.º da Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, não tenham chegado a iniciar-se ou tenham cessado ou sido suspensas há mais de um ano, desde que existissem, inacabadas ou acabadas, instalações de suporte dessa atividade à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 165/2014.

Por fim, e de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, este diploma é aplicado às explorações / atividades que se encontrem nas seguintes situações: sem qualquer título de exploração, abrangendo as que não são compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; sem título de exploração ou exercício válido face às condições da atividade, abrangendo as que se encontram em desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública; com título de exploração válido embora, as alterações e ampliações não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

## **PARTE II - ANÁLISE DO PEDIDO PELA COMISSÃO**

### **2.1 REQUERIMENTO**

Os requerimentos n.º 12752 de 24 de julho de 2017 e n.º 14933 de 31 de agosto de 2017, apresentados na Câmara Municipal de Vila Real, sendo requerente Maria Lisete da Costa Rodrigues, referem-se ao pedido de emissão de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da sua exploração pecuária, localizada no lugar de Quintã, Freguesia de Pena, Quintã e Vila Cova, por não dispor de título válido de exercício de atividade, encontrando-se em situação de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares e/ou com as servidões e restrições de utilidade pública.

### **2.2 INSTRUÇÃO DO PEDIDO**

O requerente procedeu à entrega dos seguintes elementos instrutórios:

- Identificação, NIF e BI / CC;



- Memória descritiva com a descrição da atividade;
- Cópia do documento Ortofotográfico da Parcela n.º 2224806137003;
- Extrato da Planta de Localização Ortográfica à escala 1:2.000;
- Extrato da Planta de Localização Cartográfica à escala 1:1.000;
- Extrato da Planta de Ordenamento à escala 1:10.000;
- Extrato da Planta de Condicionantes à escala 1:10.000;
- Cópia de comprovativo de rendimentos do ano 2015 e 2016.

### **2.3 ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (IGT)**

A área da parcela relativa à atividade pecuária anteriormente identificada localiza-se, na planta de Ordenamento do PDM, em solo urbano, área consolidada com dominância de habitação unifamiliar do tipo HU2. Neste contexto, a atividade pecuária é incompatível com o uso dominante, o habitacional, não cumprindo com o estabelecido no artigo 29.º.

### **2.4 CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO**

A exploração pecuária é de classe 3, identificada com o número de registo de exploração (NRE) 3025615 e possui título ou licença válida com o número PTEN55L. Funciona em regime semiextensivo para a produção de gado da espécie bovina. O efetivo animal que possui é de 6 vacas, sendo a produção anual estimada de 6 vitelos que vende com 11 meses de idade.

O estábulo localiza-se numa parcela com uma área 10.000,0 m<sup>2</sup>, sendo que, no total a área afeta à exploração é de 15 hectares. Em relação ao edifício do estábulo, a área de implantação é de 221,0 m<sup>2</sup>, sendo apenas 80,0 m<sup>2</sup> utilizado como abrigo para os animais, construído em bloco e betão.

Os resíduos da exploração são utilizados como fertilizantes nos terrenos agrícolas, segundo as boas práticas tradicionais da região. A limpeza das instalações ocorre duas vezes por ano.





O requerente não contrata mão-de-obra, uma vez que recorre a mão-de-obra familiar, sendo todo o trabalho garantido pelo produtor e restante agregado.

### **PARTE III - ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO**

#### **3.1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO**

Da exploração pecuária, o produtor obtém um rendimento anual de aproximadamente 5.100,0 € da venda dos 6 vitelos que nascem na exploração. Adicionalmente recebeu, em 2016, cerca de 3.000,0 € relacionados com subsídios à exploração e, em 2015 cerca de 1.800,0€. No total, a exploração apresentou um rendimento de 8.100,0 € em 2016, que, mesmo não sendo o único rendimento do produtor, permite reforçar o baixo rendimento global anual do agregado familiar.

#### **3.2 ENQUADRAMENTO SOCIAL**

O produtor executa a grande maioria da mão-de-obra necessária à atividade pecuária, contando com a ajuda do restante agregado familiar. Por ser uma das atividades de ocupação do requerente é importante considerar o impacto originado na impossibilidade de a continuar, quer pela manutenção da sua ocupação, quer pelos rendimentos que obtém. É importante referir que existe a perspetiva de futuramente, a exploração ser assumida pelos filhos do proprietário.

No contexto das que existem no Concelho de Vila Real, a exploração relaciona-se culturalmente com a importância de manter uma atividade com tendência para o desaparecimento, cumulativamente com o risco de desaparecimento de raças autóctones e de produção do tipo tradicional/caseira.

Este tipo de prática agrícola e pecuária é fundamental para a sustentabilidade dos territórios rurais e fixação de pessoas nestes locais, diminuindo o êxodo rural.



#### PARTE IV - PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando o exposto nos pontos 3.1 e 3.2, referente à importância socioeconómica da exploração pecuária, esta comissão propõe que o pedido da requerente Maria Lisete da Costa Rodrigues, para obtenção do reconhecimento do Interesse Público Municipal, para a regularização da sua atividade pecuária, seja considerado favorável pela Câmara Municipal.

Vila Real, 24 de janeiro de 2018,

A Comissão,

(Susana Gomes, SPM)

(Filipe Machado, DAF)

(António Faria, GMVM)

(Fátima Lucas, GPCDF)

# Câmara Municipal de Vila Real

Planta de Localização nº \_\_\_\_\_

Escala: 1:2000

Requerente: *MARIA LÍFETE RODRIGUES*

Data : \_\_\_\_\_

Natureza da Obra : *PROCEMO: 389/17*

Func : \_\_\_\_\_

Lugar : \_\_\_\_\_

Freguesia : \_\_\_\_\_

Guia : \_\_\_\_\_

obs: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, e CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas;  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização;  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.



Divisão de Cadastro e Informação Geográfica



Requerente: <NOMEREQUERENTE>

Data: \_\_\_\_\_

Natureza da Obra: <OBRA>

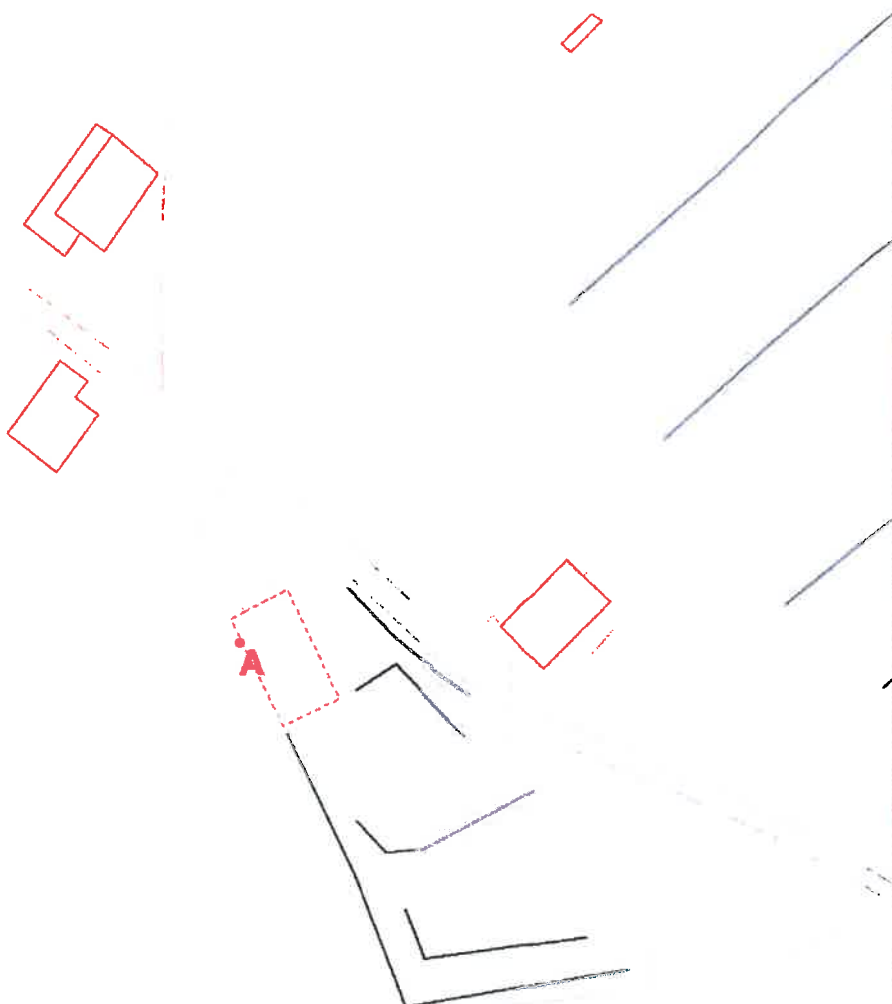
Func: \_\_\_\_\_

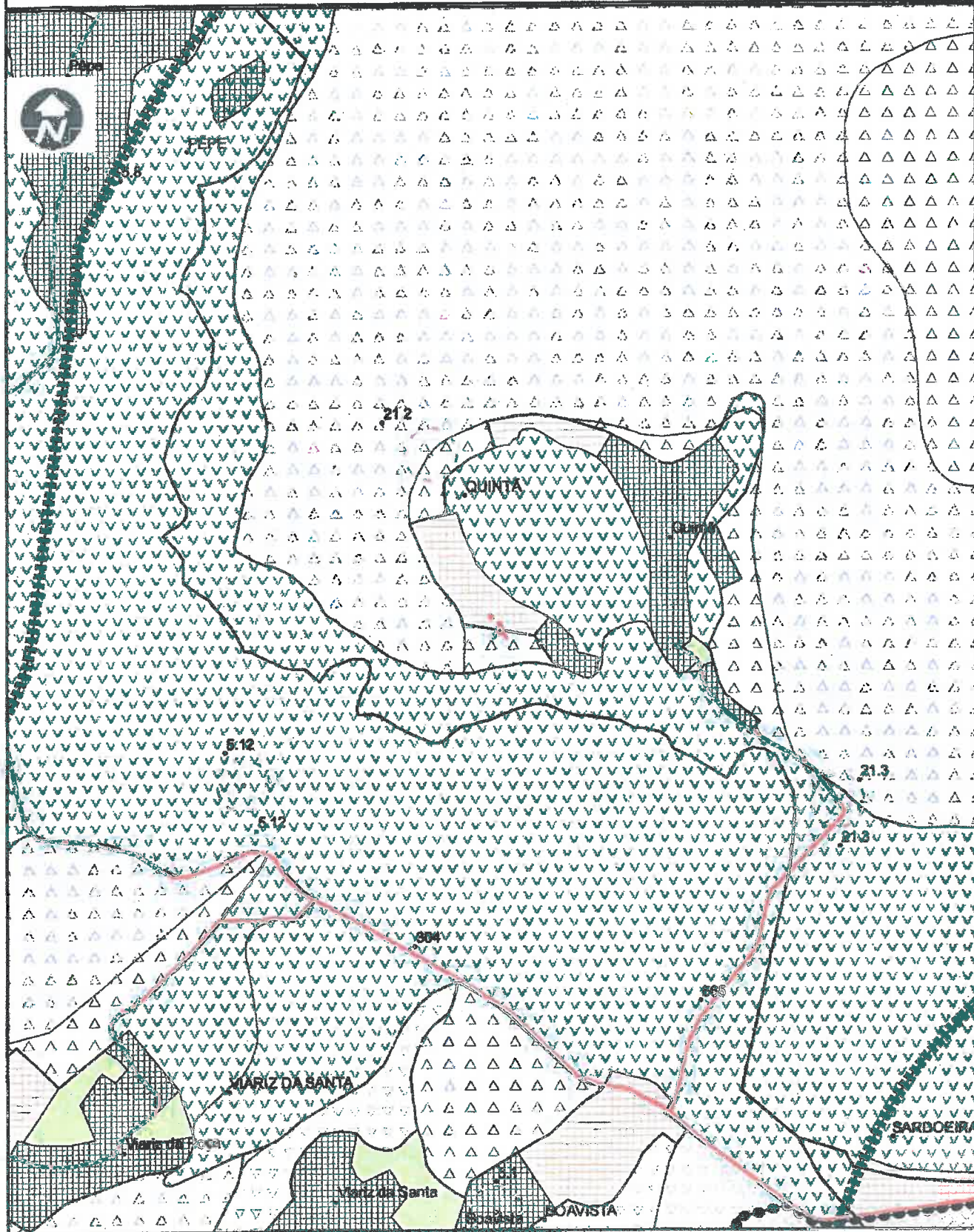
Lugar: \_\_\_\_\_

Freguesia: \_\_\_\_\_

Guia: \_\_\_\_\_

Notas: 1 - A obra que se projecta deve ser localizada com rigor nesta planta, a CMVR não se responsabiliza por eventuais localizações erradas.  
2 - A CMVR não se responsabiliza pela actualização da presente planta de localização.  
3 - Esta planta de localização é válida pelo prazo de um ano.













**Comitê Interpol de Polícia e Planejamento, Lda**  
 Serviço Federal de Criminalidade, 2000-1 para 5  
 Polícia - 6011 311 1111  
 Unidade de Polícia  
 de Segurança

[illegible]